



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

MARCIA SOUTO DA SILVA

**ANCESTRALIDADE CULTURAL NO NORDESTE PARAENSE: UM OLHAR
PARA NOVA TIMBOTEUA-PA**

Castanhal – Pará
2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

MARCIA SOUTO DA SILVA

**ANCESTRALIDADE CULTURAL NO NORDESTE PARAENSE: UM OLHAR
PARA NOVA TIMBOTEUA-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Castanhal – Pará
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S726a Souto da Silva, Marcia.
Ancestralidade Cultural no Nordeste Paraense: um olhar para
Nova Timboteua-PA / Marcia Souto da Silva. — 2024.
113 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, 2024.

1. Ancestralidade. Nova Timboteua. Diversidade.
Patrimônio. Turismo.. I. Título.

CDD 016.3

MARCIA SOUTO DA SILVA

***ANCESTRALIDADE CULTURAL NO NORDESTE PARAENSE: UM OLHAR
PARA NOVA TIMBOTEUA-PA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Avaliado em: **05/09/2024**

Conceito: **APROVADO**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Orientador (Membro interno)

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Examinador (Membro interno)

Prof. Dr. Francisco Placido Magalhaes Oliveira
Professor adjunto III da Universidade Federal do Pará.
Examinador (Membro externo)

Aos conterrâneos de Nova Timboteua-PA.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela minha existência e pela grandiosidade da família que me deu, ao meu pai, Marcelo Felipe da Silva, pelo exemplo de pessoa e de pai, a minha mãe: Rosilene da Costa Souto, por aconselhar por ofertar afeto demonstrando presença forte de mãe, de mulher e de pessoa. Ao meu irmão, Roberto Souto da Silva, pelos conselhos e risadas, pelas massagens nos pés, por me ouvir e por me mostrar caminhos os quais eu não conseguia enxergar sozinha, pelo fortalecimento dos nossos laços que me tornaram mais forte ao longo desses anos! À minha irmã Marcilene Souto da Silva por ter sido a primeira da nossa família a me mostrar o caminho das Universidades e por me influenciar até hoje nesse processo, incentivando, acreditando e compartilhando ideias iluminadoras. Aos meus tios: Francisco Felipe da Silva (Chaguinha) por ser meu tio-avô preferido e Dinar Felipe da Silva por mesmo que longe se fazer presente torcendo e incentivando as filhas do Marcelo.

A amiga Eliana, maravilhosa que me acompanha desde que consigo lembrar quem torce, vibra e se emociona junto comigo, pela amizade e pelos inúmeros conselhos. Ao amigo Cássio Raick, o meu historiador favorito, por me fazer companhia durante as pesquisas de campo, por aceitar ser meu parceiro de viagens pela Zona Bragantina, pelo zelo e carinho; às irmãs Alyane e Aninha que também me acompanharam em visitas de campo, ao Antônio Reynaldo por ser presença forte no final dessa caminhada do mestrado, por segurar a minha mão mesmo que às vezes a distância e por se fazer presente elaborando as ilustrações cartográficas desse trabalho com tanto zelo e dedicação, por ser gente, por me acolher e me ouvir e dizer coisas que mesmo que não fossem o que eu queria serviam para engrandecer ainda mais a estrutura dessa dissertação. Ao meu grupo de Seis: Marcilene Damasceno Xavier; Elem da Silva e Silva; Renata Costa da Cunha Maméde; Maria Adélia Santos da Cruz e Paula Aleixo da Conceição por serem presentes da graduação até os dias de hoje, por torcerem por mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, na pessoa do meu orientador Professor Paulo Roberto do Canto Lopes por ter aceitado o desafio de me orientar, de me acolher e rabiscar os meus textos durante as orientações, e sobretudo, por ter acreditado que eu daria conta de fazer o que precisava ser feito dentro do prazo. Aos demais professores do programa, em especial aos professores: Francisco Plácido Magalhães, Yomara Pinheiro Pires Euzébio de Oliveira, José Guilherme Fernandes, Sylvia Maria Trusen e João Batista Santiago Ramos, aos amigos do mestrado: Tiago Tabayara (dono de São Francisco do Pará) e Juliana Marques por serem para mim referência de inspiração acadêmica e os colegas de trabalhos em grupo e das “fococas” saudáveis que tornaram a caminhada no programa mais suave.

“A identidade não é algo que encontramos, ou que tenhamos de uma vez e para sempre. Identidade é um processo.” (SARUP, 1996, p.28).

RESUMO

O processo de povoamento do município de Nova Timboteua, no estado do Pará remonta a quatro origens ancestrais, que são: os povos originários, os europeus, os afrodescendentes e os nordestinos, representando respectivamente, as antigas ocupações territoriais da região bragantina; o contato com os estrangeiros; a utilização de mão de obra escravizada, e por último, o grupo que viria a trabalhar na abertura da Estrada de Ferro Belém-Bragança. A carência de documentação escrita e de fontes bibliográficas que tratem da temática da origem de Nova Timboteua ocasiona um apagamento das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais referentes a essas diversidades de ocupação. Dessa maneira, essa pesquisa instaura sua relevância acadêmica, que busca dar visibilidade aos diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, estimula a elaboração de diretrizes para o inventário cultural de Nova Timboteua, referentes aos diversos bens patrimoniais de cunho material, imaterial e natural que ainda não foram devidamente apropriados pelas comunidades locais. Neste sentido, objetiva-se contribuir com a disseminação das heranças deixadas pela miscigenação na Região Bragantina do Pará, interpretando os aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a expansão urbana da cidade. Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Os resultados sugerem que, embora não haja registro escrito de populações originárias ocupantes das terras de Timboteua (Nova e Velha), vestígios arqueológicos, tais como, terra preta arqueológica (TPA), lâminas de machados de rocha e artefatos cerâmicos, comprovam essa presença. O mapa de Curt Nimuendaju (1944) também é uma fonte iconográfica (linguística) a respeito dos grupos indígenas que povoavam a região. Outras referências das diversidades do patrimônio cultural são os instrumentos de pesca, a dança (carimbó), bem como os hábitos alimentares e os usos de plantas medicinais e de palmeiras de frutos comestíveis, que também reforçam isso. Existe ainda um elemento identitário importante para a cidade, que popularmente está relacionado à Festa do Mingau, realizada desde 1985, sendo reconhecida como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará a partir de 2013.

Palavras-chave: Ancestralidade. Nova Timboteua. Diversidade. Patrimônio. Turismo.

RESUMEN

El proceso de povoamento do município de Nova Timboteua, no estado do Pará remonta a quatro origens ancestrais, que são: os povos originários, os europeus, os afrodescendentes e os nordestinos, representando respectivamente, as antigas ocupações territoriais da região bragantina; o contacto con os extraños; a utilização de mão de obra escravizada, e, por último, o grupo que viria a trabajar na abertura da “Estrada de Ferro Belém-Bragança”. La carencia de documentaciones escrita y de fuentes bibliográficas que traten de la temática de la origen de Nova Timboteua ocasiona en un apagamiento de las relaciones sociales, culturales, económicas, políticas y ambientales referentes a esas diversidades de ocupación. De esa manera, esa investigación insta su relevancia académica, que busca dar visibilidad a los distintos grupos sociales y, al mismo tiempo, estimula la elaboración de directrices para el inventario cultural de Nova Timboteua, referentes a los diversos bienes patrimoniales del cuño material, inmaterial y natural que aún no fueran debidamente apropiados por las comunidades locales. En este sentido, se objetiva contribuir con la diseminación de las herencias dejadas por el mestizaje en la Región Bragantina del Pará, interpretando los aspectos culturales, históricos, sociales y económicos que contribuyeron para la expansión urbana de la ciudad. Los procedimientos metodológicos incluyen investigación documental, bibliográfica y de campo. Hasta el momento, los análisis sugieren que, aunque no haya registro escrito de poblaciones originarias ocupantes de las tierras de Timboteua (*Nova y Velha*), vestigios arqueológicos, tales como, tierra negra arqueológica (TNA), láminas de hancha de roca y fragmentos cerámicos, compraban esa presencia. El mapa de Curt Nimuendaju (1944) también es una fuente iconográfica (lingüística) a respecto de los grupos indígenas que poblaban la región. Otras referencias de las diversidades del patrimonio cultural son los instrumentos de pesca, la danza (carimbó), bien como los hábitos alimentares y los usos de plantas medicinales y de palmeras de frutos comestibles, que también refuerzan eso. Existe aún un elemento identitario importante para la ciudad, que popularmente está relacionado a la “Festa do Mingau”, realizada desde 1985, siendo reconocida como Patrimonio Cultural de Naturaleza Inmaterial del Estado de Pará de 2013.

Palabras clave: Ancestralidad. Nova Timboteua. Diversidad. Patrimonio. Turismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Nova Timboteua.....	13
Figura 2. Marcos de quilometragem da EFB.....	14
Figura 3. Agência dos Correios de Nova Timboteua.....	15
Figura 4. Antigo território de Igarapé-Açu.....	18
Figura 5. Ocupação Tembé-Tenetehara na Região Bragantina	22
Figura 6. Ocupação Tembé no Pará.....	27
Figura 7. Pavilhão D do Lazarópolis do Prata.....	28
Figura 8. Localização dos Tembé de Santa Maria do Pará.....	29
Figura 9. Antigo espaço de Tucumanduba	32
Figura 10. Ocupação afrodescendente nas terras pertencentes a Igarapé-Açu (1906).	33
Figura 11. Percurso da Estrada de Ferro Belém-Bragança (1870-1908).....	37
Figura 12. Pontos de parada da estrada de Ferro Belém- Bragança	39
Figura 13. Antiga ponte da Estrada de Ferro Belém-Bragança em Jambú-Açu.....	58
Figura 14. Ponte do Livramento	58
Figura 15. Ruínas da estação de trem do Livramento	59
Figura 16. Canteiro de babosa (<i>Aloe vera</i>).....	60
Figura 17. Planta de Malvarisco (<i>Plectranthus amboinicus</i>)	60
Figura 18. À esquerda Capim Santo (<i>Cymbopogon citratus</i>) à direita Jambu (<i>Acmella oleracea</i>)	61
Figura 19. À esquerda açafão (<i>Curcuma longa</i>) à direita Canarana (<i>Costus arabicus L.</i>)	61
Figura 20. Descendência ancestral de Nova Timboteua.....	63
Figura 21. Síntese da base alimentar da Vila Timboteua.....	67
Figura 22. Extrativismo vegetal de Nova Timboteua.....	72
Figura 23. Açaí em área de Várzea em Nova Timboteua	73
Figura 24. Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>) da Vila Traquateua	74
Figura 25. Balneário Ângelo Gomes aos finais de semana- 2024.....	75
Figura 26. Placa de venda de mel no Ângelo Gomes (2024)	76
Figura 27. Balneário São Francisco aos finais de semana-2024	77
Figura 28. Balneário Igarapé grande	79
Figura 29. Lixão a céu aberto da cidade de Nova Timboteua	80
Figura 30. Vasta área de desmatamento próximo ao Igarapé grande	81
Figura 31. Igarapé da Água Boa em 2024	82

Figura 32. Extrativismo mineral de Nova Timboteua	83
Figura 33. Impactos ambientais causados pelo extrativismo de areia.....	83
Figura 34. Frutos comestíveis de Palmeiras da Vila Timboteua-PA.....	84
Figura 35. Moduru para pesca de camarão na Vila Timboteua	87
Figura 36. Lâminas de machado encontradas na Vila Timboteua-PA	90
Figura 37. Antiga usina de energia da Vila Timboteua-PA.....	91
Figura 38. Usos das plantas medicinais pelos entrevistados	93
Figura 39. Modalidades de utilização das plantas medicinais.....	97
Figura 40. Retirada de casca de Cajú (<i>Anacardium nanum</i>).....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação de núcleos agrícolas por lotes de terra (Zona Bragantina)	34
Quadro 2. Linha do tempo.....	35
Quadro 3. Perfil dos entrevistados.....	57
Quadro 4. Produção agrícola de Nova Timboteua.....	69
Quadro 5. Engenhos de cana de açúcar	70
Quadro 6. Base da economia de Nova Timboteua	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Plantas úteis entre os Timboteuenses.....	85
Tabela 2. Plantas medicinais entre os Timboteuenses.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A Formação de Nova Timboteua e as mudanças na cartografia do Pará	17
1.1. Movência Cultural e Geográfica: A Diáspora dos Tembê Tenetehara na Região Bragantina	21
1.2. Do Mocambo ao Quilombo: A Construção da Identidade Negra nas Margens do rio Maracanã	30
1.3. Construindo a Modernidade: A Influência da Estrada de Ferro Belém-Bragança na Formação das Cidades da Região Bragantina	34
1.4. Fluxos Históricos: a evolução urbana de Timboteua através das vias fluviais e ferroviárias	40
2. METODOLOGIAS	42
2.1. Pesquisa Bibliográfica: aprofundando conceitos.....	48
2.2. A pesquisa de campo de caráter descritivo	54
3. IDENTIFICAÇÃO ANCESTRAL: dos PRIMEIROS HABITANTES à geração de renda	63
4. Manutenção das tradições originárias: o olhar da miscigenação cultural	86

4.1. Desdobramentos do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial da Vila Timboteua	88
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

O estudo “Ancestralidade Cultural no Nordeste Paraense: Um Olhar para Nova Timboteua-PA” é uma descrição das identidades que ajudaram a formar a população de Nova Timboteua, no estado do Pará, pouco se conhece da História de Formação de Timboteua, tanto como vila quanto como cidade, devido à carência de registros escritos a esse respeito. Embora a pesquisa bibliográfica seja, em síntese, um "estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica" (OLIVEIRA, 2007, p. 69), constatou-se que há carência de cabedal teórico pertinente à cidade de Nova Timboteua, objeto de estudo desta dissertação de mestrado, pois a produção acadêmica existente não contempla ou contempla apenas em parte o histórico de formação da cidade.

Nessa direção, mencionamos a monografia de Monteiro (1995) cujo título é: "*A realidade de sobrevivência e a luta pela escolaridade: Um estudo de caso em uma comunidade rural de Nova Timboteua-PA*". Nessa monografia, a autora discute o processo de escolarização da população existente na vila de Velha Timboteua, ao mesmo tempo em que discorre sobre a realidade econômica da sede (Nova Timboteua), tendo como base aquele ano. Ainda de acordo com ela, era comum o "[...] deslocamento de trabalhadores para outras regiões em busca de trabalho nos projetos estatais, para a Capital do Estado, onde se dedicavam a atividades urbanas do mercado informal de trabalho ou ainda para garimpos e matas da Amazônia [...]" (MONTEIRO, 1995, p.23-24). Ou seja, havia um êxodo rural e urbano devido à carência de empregos na cidade de Nova Timboteua, realidade que não fornecia as condições mínimas de subsistência.

Mencionamos também o artigo: "*A Diversidade Cultural no currículo escolar: Uma análise sobre o currículo em uma escola pública no município de Nova Timboteua, estado do Pará*" escrito por Fonseca; Fonseca (2019), esse trabalho discute em seu bojo que há uma preocupação pertinente à diversidade dentro do contexto escolar, porém não há uma prática que contemple de modo efetivo dessa diversidade dentro das escolas municipais. Entende-se por diversidade que ela “pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança” (ABRAMOWICZ, 2006. p.12).

Nesse sentido, citamos o artigo “*Açaí e Manejo: Um impasse não resolvido na comunidade de Velha Timboteua-PA*” de Pinto (2017), a autora abordou uma situação problema que ocorre na Vila de Velha Timboteua: a resistência das pessoas que vivem da renda produzida

pelo açaí em realizar o manejo dos açazais, gerando conseqüentemente a diminuição da produção, por medo de acabar perdendo a sua fonte de renda e de alimento das famílias, somado ao histórico da retirada de palmito que acontecia há alguns anos na localidade, a comunidade permanece sem realizar o manejo adequado da extensa área de várzea que dispõe (PINTO, 2017).

Nesse viés, ampliando essa abordagem da relação do homem com o ambiente mencionase o trabalho de Alves; Nascimento e Júnior (2019), cujo título é: *“Qualidade e uso da água de um igarapé, uma nascente e um reservatório na zona rural do município de Nova Timboteua – PA”*, que aponta como resultados que na cidade a água é utilizada com as seguintes finalidades: “a dessedentação, uso doméstico e agricultura – irrigação” (ALVES et al., 2019, p.55). Além disso, o trabalho indica que a preservação das nascentes é fundamental para a comunidade local, para que a oferta de água continue a atender as necessidades e finalidades de usos pela população.

Ainda com relação ao uso das águas na cidade, citamos o Inventário Turístico de Nova Timboteua realizado em 2016 em parceria com a política de incentivo ao turismo das cidades construídas às margens da antiga estrada de ferro (EFB) promovido pelo governo do estado do Pará. Esse inventário menciona os espaços de lazer ofertados pela cidade, especialmente quanto aos usos das águas para abertura de Balneários, nos quais cita-se: o Balneário Ângelo Gomes, situado na rodovia PA-324, os balneários: do Tabaco; Barrada, Seis e Pega Leve com acesso por via terrestre pela rodovia PA-380 (PARÁ, 2016).

Conforme demonstrado, os trabalhos sobre a cidade de Nova Timboteua são de abordagem ampla, isto é, de discussões diversas, não há um específico para tratar da sua constituição/formação enquanto cidade. Dito isso, a presente proposta de estudo partiu da questão-problema: A carência de documentação escrita e de fontes bibliográficas que tratem a temática da origem de Nova Timboteua ocasionou um apagamento das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais referentes a essas diversidades de ocupação, desdobrando-se em outros questionamentos, como o que aconteceu com os povos originários, antigos habitantes da Vila Timboteua? Pois, vestígios arqueológicos evidenciam a presença de povos antigos da Amazônia na região; todavia, o cabedal teórico existente, além de ser raro, não contempla as contribuições das comunidades ameríndias para a construção da cidade, pelo contrário, as silencia.

Apesar da existência de trabalhos acadêmicos que abordem os problemas da cidade de Nova Timboteua, eles não contemplam o histórico de formação, não fazem um levantamento aprofundado do município, e na maioria das vezes, as discussões promovidas indicam um movimento de fora para dentro, e não de dentro para fora, isto é, do externo para a cidade, e não da cidade para externo. Mediante isso, esta pesquisa instaura sua relevância acadêmica, visto

que pretende ampliar e contribuir para alavancar as discussões teóricas sobre as questões locais da cidade de Nova Timboteua, isto é, seu processo de formação, sua povoação, bases da economia, seus costumes e hábitos formadores de identidades culturais, que, aliás, até a presente data não se tem conhecimento de pesquisa voltada para essa questão, ainda que, a cidade tenha popularidade em decorrência do festival do mingau.

O interesse em estudar essa temática, e no município de Nova Timboteua, tem relação direta com a noção de pertencimento a um grupo, que se inicia na educação infantil, conforme nos fala Spréa e Garanhaní (2014, p.121): “Para ser aceito no grupo, é preciso compartilhar de seu conhecimento e de suas regras”. Dito de outro modo, o sentimento de pertencimento gerado na coletividade provoca a necessidade de contribuir para disseminação cultural do local, e como tal, é isso que se pretende fazer aqui, ainda que, de modo discreto.

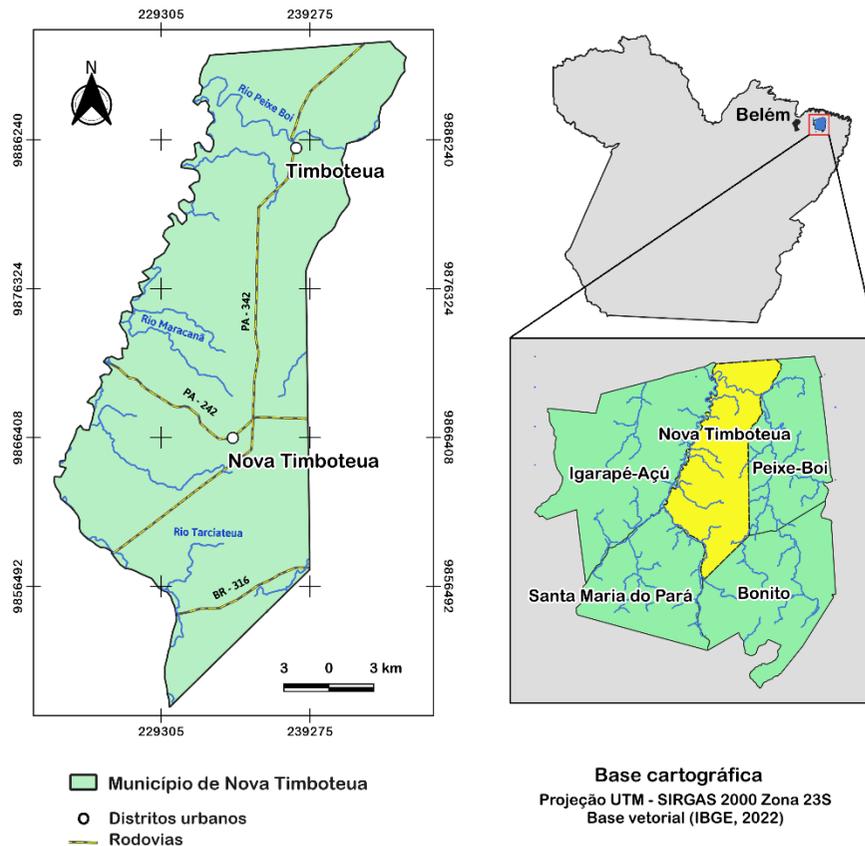
Segundo Sarmiento (2002): “a característica essencial da relação comunitária é a construção de horizontes de referência, de valores e das pautas de conduta [...]” (SARMENTO, 2002, p.276), isto é, o pertencimento é construído através da distribuição de poderes característicos da vida em sociedade. Essa dimensão é alargada por Stuart Hall, nas palavras dele:

Frequentemente operamos com uma concepção excessivamente simplista de “pertencimento”. Às vezes nos revelamos mais pelos nossos vínculos quanto mais lutamos para nos livrar deles, ou discutimos, criticamos ou discordamos radicalmente deles. Como os relacionamentos paternos, as tradições culturais nos moldam quando nos alimentam e sustentam, e também quando nos forçam a romper irrevogavelmente com elas para que possamos sobreviver [...] (HALL, 2003, p.84).

Nesse viés, as tradições culturais, às quais estamos vinculados, contribuem para a formação humana, crítica, racional, em que o sentimento de pertencimento é mais do que uma mera regra coletiva; trata-se de uma experiência individual, historicamente construída no seio coletivo, que ocorre mediante inúmeros fatores, inclusive quando se tenta desvincular de

determinada herança cultural. O município de Nova Timboteua está localizado na Microrregião Bragantina do estado do Pará, na Região Nordeste, e é no chão desse território que esta pesquisa se debruça. O mapa a seguir ilustra a localização geográfica da cidade em sua configuração atual, com enfoque para as vias de acesso à cidade.

Figura 1. Localização de Nova Timboteua



(Elaborado por: COSTA, Antônio Reynaldo. 2024).

O mapa acima indica que o rio Peixe-Boi interliga a cidade de Nova Timboteua com as cidades de Peixe-Boi e Santarém Novo, o rio Tarciateua, por sua vez, estabelece os limites hidrográficos com as cidades de Bonito e Santa Maria do Pará, enquanto que o rio Maracanã interliga Nova Timboteua à Igarapé-Açu. Em virtude disso, o acesso à Nova Timboteua pode ser feito por vias aquáticas e terrestres, esse último por meio das PA'S 242 e 342. Não é novidade que seu surgimento enquanto cidade tenha relação direta com a implantação da Estrada de Ferro Belém Bragança (EFB), a qual segundo Rosa e Palácios (2020, p.569):

Visava facilitar a conexão entre Belém e as colônias da Zona Bragantina responsáveis pela produção agrícola e abastecimento da Capital do Pará. Esta relação pretendia ainda, incentivar a colonização e ocupação daquela Região, proporcionando o

transporte de pessoas e o crescimento de vilas e cidades às margens do percurso da ferrovia.

A esse respeito, segundo Cruz (1955) Nova Timboteua estava localizada no quilômetro 147 da referida estrada. A imagem abaixo demonstra os marcos de quilometragem das estações.

Figura 2. Marcos de quilometragem da EFB

QUADRO DE ALTITUDES, QUILOMETRAGEM E DISTÂNCIA ENTRE CADA ESTAÇÃO NA LINHA GERAL E RAMAIS DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Quilometragem — Estações	Dif. quilométrica (distância entre paradas)	Altitude
BELEM	0	
Entroncamento	6	18,220
ANANINDEUA	14	17,590
Marituba	18	16,058
Itapepucu	23	
Canutama	26	34,020
Benevides	29	29,712
São Pedro	32	
Cupú-Açu	34	
Quarta Travessa	36	
Moema	38	35,593
JOÃO COELHO	42	21,543
Palma Muniz	45	
Nina Ribeiro	49	
Americano	53	44,832
Parada Bahia	57	
Itaquí	59	
APEQ	62	13,917
Sá Pereira	66	
CASTANHAL	69	45,913
Inocencio Holanda	81	
ANHANGA	83	39,304
Augusto Montenegro	89	
Granja Eremita	96	
Jambú-Açu	104	20,859
Abacate	106	
IGARAPE-AÇU	112	39,212
Maracanã	122	
São Luis	129	47,500
Livramento	135	11,526
NOVA TIMBOTEUA	147	50,187
Experimental	149	46,004
Peixe Boi	157	11,174
Anauerá	165	
Vitória	169	
Parada Bezerra	171	
CAPANEMA	175	20,055
Santa Rosa	183	
Tauri	192	38,123
Miraselvas	203	
Tracuateua	212	19,995
BRAGANÇA	228	28,900
RAMAIS		
PINHEIRO	21	
Prata	18	
Benjamin Constant	26	

(Fonte: Cruz, 1955, p.105)

Conforme ilustração acima, Nova Timboteua ficava entre a estação do Livramento no quilômetro 135 e a parada experimental no quilômetro 149, ou seja, antes da estação de Peixe-Boi. Atualmente no quilômetro 147 está situado a agência dos Correios da cidade, conforme indicado abaixo:

Figura 3. Agência dos Correios de Nova Timboteua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Em consonância com dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizado em 2022, a população de Nova Timboteua corresponde a 12.806 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 26,14 habitantes por quilômetro quadrado (BRASIL, 2022). Esse número populacional demonstra um crescente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvimento esse que não está isento de um processo de construção identitária.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar as influências da miscigenação na Região Bragantina do Pará, focando nos aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos que moldaram a identidade e a expansão urbana da região. Para atingir esse objetivo, o estudo propõe os seguintes objetivos específicos: a) Descrever os processos de incorporação e desmembramento territorial na região bragantina, com ênfase na formação de Nova Timboteua; b) Identificar a ancestralidade de Nova Timboteua através da investigação dos primeiros habitantes, examinando o viés econômico, turístico e ambiental da realidade local; c) Indicar quais costumes oriundos de povos originários foram mantidos pelos habitantes, apontando as relações destes com o meio ambiente e com o patrimônio a partir da noção de alteridade.

Dito isso, esse estudo apoia-se nas contribuições teóricas de Palma Muniz (1895); Cruz (1955) no que concerne à discussão das influências de formação do território de Nova Timboteua. Para abordar as noções de pertencimento e as identidades apoiamos em pressupostos

de Hall (2003); Delgado (2006); Boligian; Almeida (2003); Proença; Teno (2011). Além disso, ao tratarmos de cultura, patrimônio e turismo, ancoramo-nos nos pressupostos de Gilbert (2007), DaMatta (1981) Cunha (1987) Vaz (1966); Mendes (2007); Moraes (1998); Londres (2001), Magno (2015) e Barreto (2002). Além de termos como base também o entendimento de Patrimônio a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Inventário Turístico de Nova Timboteua realizado em 2016 pelo SETUR.

Para isso, utilizamos a pesquisa documental, leis e decretos antigos, o hino da cidade, iconografias, imagens em movimento e jornais da época. Durante a pesquisa bibliográfica, baseamo-nos no acervo de obras raras do Pará, nos livros das bibliotecas públicas municipais da Zona Bragantina, também em artigos, teses e dissertações. Posteriormente a isso, realizamos a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores da referida vila, consubstanciada com pesquisa bibliográfica da área. Dito isso, a investigação teve caráter descritivo e exploratório, cuja abordagem foi qualitativa e quantitativa.

O trabalho está organizado em quatro seções, além das considerações finais. A primeira seção, subdividida em tópicos, contempla o histórico de formação da Vila Timboteua e Nova Timboteua a partir da apresentação de alterações na cartografia do Pará, as quais demarcam as incorporações e desmembramentos territoriais no Estado, bem como a presença de povos originários na região bragantina. A segunda seção indica os procedimentos metodológicos percorridos pela pesquisa, de base documental, bibliográfica e de campo. A terceira seção, subdividida em tópicos, apresenta e discute os resultados gerados através da pesquisa de campo dentro da Vila Timboteua, abordando desde os hábitos alimentares até a geração de renda, os usos das palmeiras de frutos comestíveis e artesanais, e as plantas de usos medicinais, assim como a discussão dos patrimônios material (móvel e imóvel) e o patrimônio imaterial.

A quarta seção, por sua vez, aborda os aspectos econômicos e ambientais, incluindo a produção de extrativismo vegetal e mineral presente na região, além das ofertas turísticas da cidade de Nova Timboteua, as quais foram construídas por meio da observação participante e de conversas informais com os feirantes e agricultores locais. Por fim, a conclusão retoma as principais descobertas realizadas durante essa investigação, cedendo espaço também para a contribuição da pesquisa, bem como para as limitações e principais desafios enfrentados.

1. A FORMAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA E AS MUDANÇAS NA CARTOGRAFIA DO PARÁ

Na época colonial, quando ainda havia resquícios no Brasil da divisão territorial a partir da demarcação das capitanias hereditárias, a província do Grão-Pará e Maranhão, na sua maioria, habitado por comunidades originárias de diversas etnias, passou por ações de aldeamento colonial agrícola, abertura de estradas, domínio de novas terras, missão religiosa, construção de quilombos, perda de terras e anexação de outras. Essas ações tiveram impacto gigante no processo de construção das cidades, após a dissolução da província.

Diante disso, a desanexação da província do Grão-Pará, atual Pará, é historicamente marcada por revoluções, revoltas, e sobretudo, por inúmeras divisões territoriais sob domínio da coroa portuguesa, cuja finalidade era promover o povoamento da região e ao mesmo tempo afastar a concorrência de outras nações estrangeiras interessadas na exploração de drogas do sertão, borracha, minérios e madeira. Nesse sentido, Vidal; Malcher (2009, p.106) pontuam que:

Garantir os domínios do Reino a partir do Pará exigia projetos que demandavam recursos que o Estado não tinha. A estratégia portuguesa para a defesa era ao estabelecimento de núcleos populacionais estáveis em lugares estratégicos da fronteira, ainda indefinida, e sempre ameaçada por espanhóis, por franceses vindos de Caiena e também por holandeses, que alcançavam as costas brasileiras vindos pelo Suriname.

Em face disso, vislumbra-se que a demarcação territorial servia como instrumento de defesa, e para tal, essa área precisava ser habitada, fortificada e defendida se necessário. Nesse sentido, a noção de território esteve ancorada no conceito que nasceu na Geografia Política do século XIX, em que, conforme demonstra Silva (2009), o território é enxergado: “como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo” (SILVA, 2009, p. 100). No entanto, essa dimensão de território foi alargada ao longo dos anos, fazendo com que a demarcação assumisse contornos e finalidades maiores.

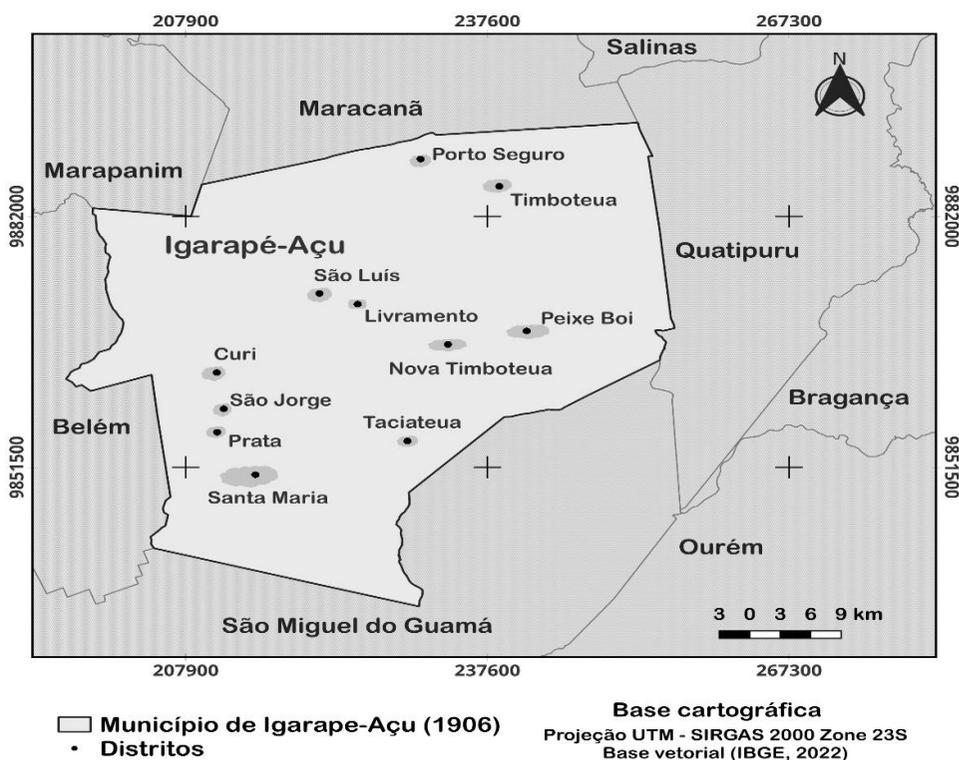
Esses contornos territoriais contribuíram para aumentar a dualidade entre campo e cidade, bem como entre o campesinato e a burguesia (MARX; ENGELS, 2008). Nessa perspectiva, lançamos nosso olhar para a formação territorial do estado do Pará, composto por 144 municípios, dos quais um em especial, diante do cenário de separações e incorporações é central na discussão dessa investigação acadêmica aqui empreendida, que é a cidade de Nova Timboteua, cuja dimensão territorial já pertenceu, na condição de distrito de Santarém Novo e de Igarapé-Açu.

Nos debruçamos agora sob essas divisões territoriais que resultaram na elevação de povoado, e posteriormente cidade de Nova Timboteua. Para isso, é preciso compreender como se deu a formação da cidade de Igarapé-Açu, localizada no nordeste paraense, a qual, após ter seu território fragmentado e incorporado a novas áreas culminou com a formação de três novas cidades, uma delas foi Nova Timboteua. A esse respeito, Freitas (2005), no livro “Memória de Igarapé-Açu” explica que foram várias etapas que deram à cidade a configuração espacial que conhecemos, nas palavras dele:

Foi passando por várias etapas do desenvolvimento que a 26 de outubro de 1906, o Exmº Sr. Governado do Estado do Pará, Dr. Augusto Montenegro, assinava a lei nº 985 que extinguiu o município de Santarém-Novo e ao mesmo tempo, criava o município de Igarapé-Açu. A referida Lei, em um dos seus artigos, elevava a povoação de Igarapé-Açu à categoria de vila (FREITAS, 2005, p. 27).

Conforme o exposto, até ser elevada à categoria de cidade, o vilarejo de Igarapé-Açu também teve terras incorporadas a sua extensão territorial e posteriormente dissolvidas. A esse respeito, podemos citar os chamados distritos de: Porto Seguro, São Luís, Livramento, São Jorge do Jaboti, Prata, Curi, Tacioteua, Timboteua, Santa Maria, Nova Timboteua e Peixe-Boi. A ilustração cartográfica a seguir põe em evidência o espaço geográfico de Igarapé-Açu e seus distritos.

Figura 4. Antigo território de Igarapé-Açu



(Elaborado por: COSTA, Antônio Reynaldo. 2024).

Ao mesmo tempo, a cartografia também dá enfoque às localidades antigas formadas durante os séculos XVII e XVIII e que galgavam da condição de vilas (depois cidades), justamente por suas posições geográficas privilegiadas capazes de ligar vilas a outras e até a outros estados, por meio do transporte marítimo, inclusive, em algumas dessas vilas foram construídos fortificações, afim de limitar o acesso e proteger o território contra invasões de nações estrangeiras aos interesses da Coroa Portuguesa, como foi o caso de Belém fundada em (1616) com o Forte do Presépio, Bragança (1622), Salinas em (1656), Ourém (1752), Maracanã (1757), São Miguel do Guamá (1872), Marapanim (1874) (TAVARES, 2008).

Embora o mapa em questão demonstre a dimensão territorial de Igarapé-Açu no ano de 1906, é preciso destacar que ele apresentava essa dimensão desde 1895 após a transferência de sede do núcleo colonial Jambu-Açu. Para CRUZ (1955, p.127): “A antiga sede do núcleo colonial de Jambu-Açu (116), foi constituída em município pela lei n.985, de 26 de outubro de 1906, que extinguiu o município de Santarém Novo e criou o de Igarapé-Açu e determinou-lhe os limites”. Essa extinção, cedeu as terras onde atualmente é a cidade de Santarém Novo à cidade de Maracanã. Apesar disso, o território de Igarapé-Açu reaproveitou cerca de 70% das terras da antiga sede (Santarém Novo).

A pertinência dessa informação encontra relevância quando comparada com o ponto de vista do pesquisador paraense, Elielson Rocha, quem esclarece, em entrevista cedida ao canal do youtube, denominado de “Mr News”, em alusão aos 115 anos de emancipação política de Igarapé-Açu, informações pertinentes ao processo de formação da referida cidade, primeiros habitantes, bem como seus respectivos distritos. Para ele, a sede de Santarém Novo foi extinta em face do baixo número de habitantes, daí incorporada à Maracanã, e a nova Sede migrou para Igarapé-Açu onde já havia um embrião mais propício ao povoamento: o núcleo agrícola Jambu-Açu (ROCHA, 2022).

Nesse sentido, a mudança de sede não foi uma ação involuntária, pelo contrário foi criteriosa e amplamente planejada para atender a uma demanda estrutural e ao mesmo tempo uma necessidade de desenvolvimento local e social, uma vez que, conforme explicita ainda Elielson Rocha, quando constituído em sede do núcleo agrícola Jambu-Açu, Igarapé-Açu possuía em extensão territorial, aproximadamente, 2.200 km², uma vez que era formado pelos distritos Nova Timboteua, Peixe-Boi e Santa Maria do Pará (ROCHA, 2022). Porém, em 1943 em virtude da alta demanda de criação de municípios no Estado do Pará, e por influência do

intendente Germano Melo¹, Igarapé-Açu perdeu os territórios de Nova Timboteua e Peixe-Boi, e mais tarde em 1961, perdeu também o território de Santa Maria do Pará.

Na obra “*Trilhos: o caminho dos sonhos*”, Siqueira sinaliza que os números do censo realizado em 1901 apontavam o núcleo Jambu-Açu como:

[...] uma das colônias mais populosas da Zona Bragantina, com um total de 1980 colonos distinguidos da seguinte forma: 1.149 brasileiros, 642 espanhóis e 10 portugueses, sendo 1.008 do sexo masculino e 972 de sexo feminino, incluindo adultos e crianças (SIQUEIRA, 2008, p.66).

Dito isso, a mudança de sede foi, de fato, uma escolha estratégica. Vale destacar que esse núcleo, ou mesmo gleba colonial foi estratégia adotada pelo regente da época para povoar o território sob seu domínio, a partir dessa estratégia e da chegada da estrada de Ferro Belém-Bragança outros núcleos coloniais e pequenos povoados começaram a surgir em torno da mencionada estrada. Ainda acerca disso, o doutor Elielson Rocha (2022) pontua que a criação de Igarapé-Açu como sede do Núcleo Jambu-Açu acontece no ápice do ciclo da borracha no Estado do Pará, e ao mesmo tempo num cenário de crise da produção agrícola, tendo em vista que a população existente entre as décadas de 1870 e 1880 pararam de produzir insumos agrícolas para se dedicarem a extração do látex da borracha, por ser mais rentável.

Tal realidade, obrigou o Estado a pensar numa solução para parar de importar produtos agrícolas, daí surge o projeto estratégico de assentamento com mão de obra estritamente estrangeira, amplamente divulgado na Europa e que acabou não logrando êxito, apesar da política de incentivo financeiro da República, pois ainda havia muita floresta nativa na região, árvores enormes que precisavam ser derrubadas para ceder espaço à lavoura e que os estrangeiros não conheciam como os nativos.

Segundo o geógrafo Penteado (1967) a divulgação na Europa era muito sedutora e visavam, sobretudo: “desenvolver o ensino profissional, o plantio da borracha, a pecuária, a agricultura, a imigração, prometendo enfrentar o problema do trabalhador nacional, que vivia em situação precária” (PENTEADO, 1967, p.115) nas palavras dele:

Fazia-se propaganda na Europa, atraindo-se o imigrante: chegou-se mesmo a editar um pequeno livro, em português, contendo informações para os que quisessem imigrar para o Pará, e outro em Castelhana, sobre o mesmo assunto [...] os relatórios dos presidentes provinciais eram todos confiantes no futuro, pois o Pará, em fins do século era uma das unidades da federação que mais prosperavam (p.115).

¹ Virgulino Germano José de Melo foi prefeito nomeado de Igarapé-Açu (1939-1943), natural de Mossoró, Rio Grande do Norte, com família residente em Nova Timboteua era proprietário também em Nova Timboteua de uma Usina de Beneficiamento de Grãos muito famosa na época, a Usina São Germano de beneficiamento de arroz e algodão (ROCHA, 2022).

Diante disso, a mão de obra advinda dos nordestinos, indígenas e negros recém libertos que viviam na região era extremamente necessária, apesar da propaganda em toda a Europa de uma divulgação atrativa em âmbito internacional, que segundo esclarece Rocha (2022) se devia a necessidade de que os europeus trouxessem novas técnicas e maquinários para serem implementados na agricultura produzida na região bragantina. Essa discussão embora muito pertinente, será objeto de debate na subseção referente a contribuição da estrada de ferro para a formação territorial de Nova Timboteua. Na subseção seguinte, nosso enfoque debruça-se sobre as populações que nesse território viviam antes da ocupação nordestina e estrangeira, que permearam a região bragantina no decorrer do século XVIII e XIX.

1.1. Movência Cultural e Geográfica: A Diáspora dos Tembê Tenetehara na Região Bragantina

Desde o surgimento das primeiras vilas neolíticas, o homem tende a fixar morada em espaço propício para a produção de alimentos, isto é, em terras férteis, próximo às nascentes de rios, capazes de suprir a carência de água potável, e ao mesmo tempo, auxiliar na produção agrícola, ou seja, em locais estratégicos. Dessa maneira, os homens aprenderam a se estabelecer em espaços que lhes fornecessem o mínimo existencial, o que vale tanto para as primeiras vilas de base neolítica quanto para as grandes metrópoles surgidas ao longo dos séculos.

Dito de outra maneira, a construção de vilarejos e cidades pressupõe não só a existência de um espaço propício, como também de uma concepção de coletividade humana alicerçada numa noção de pertencimento daquele espaço, o qual se solidifica na configuração ideológica, e no caso latino-americano, também no aspecto religioso, o território, nesse sentido, não é somente espaço demarcado, de conotação econômica, é antes, construção afetiva. Nesse viés:

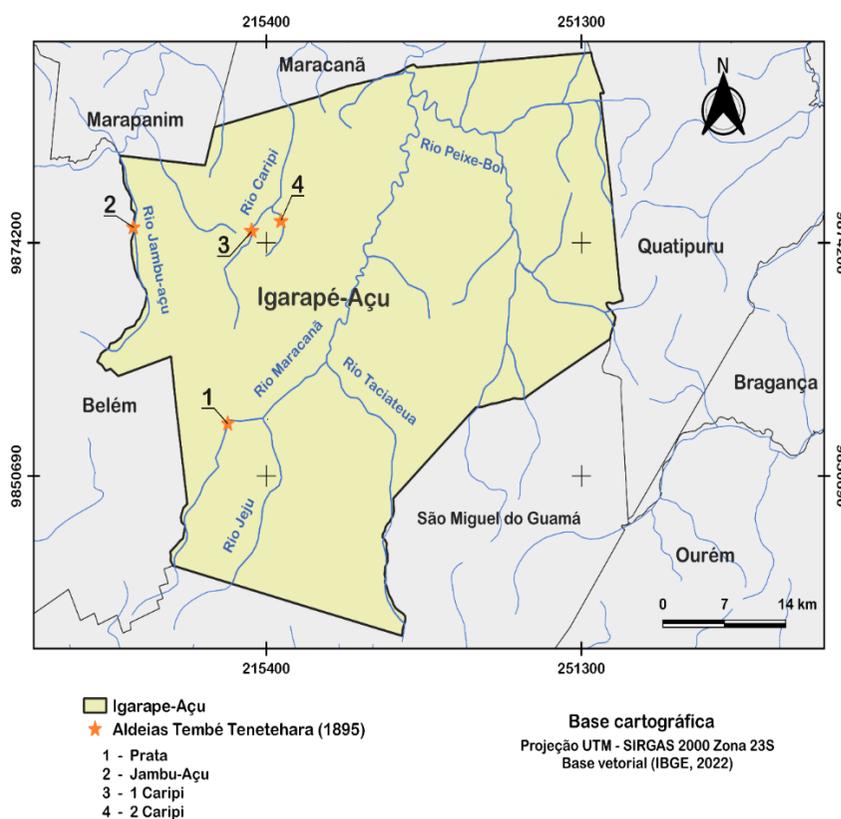
[...] território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Essa relação de afetividade com o território no espaço em que ocupam/pertencem fica visivelmente marcada quando tomamos por base o vínculo das comunidades originárias com as suas tradições, as florestas, assim como com os rios de modo geral. Vínculos esses que permearam por longos anos o antigo território demarcado de Santarém Novo-PA, uma vez que,

tal território já foi habitado por povos ameríndios que deixaram a sua contribuição para e na configuração do espaço territorial que atualmente conhecemos.

Na história recente do Pará, mais precisamente, o ano de 1895, que culmina com o ano de desanexação de Santarém- Novo, e transferência de sede do núcleo Jambu-Açu para Igarapé-Açu e respectivos distritos, o governador do Pará, Lauro Sodré, solicitou que fosse feito um recenseamento da referida região a fim de verificar a presença de povos originários no território, esse recenseamento constatou a presença de quatro aldeias Tembé Tenetehara, assim distribuídos: uma na região do Prata, uma no Rio Jambu- Açu, uma no Primeiro Caripi, e uma no segundo Caripi (ROCHA, 2022). O mapa abaixo ilustra essa ocupação:

Figura 5. Ocupação Tembé-Tenetehara na Região Bragantina



(Elaborado por: COSTA, Antônio Reynaldo. 2024).

A representação imagética acima está ancorada nos posicionamentos teóricos de Rocha (2022), Cunha (1896), Muniz (1913), e foi elaborada afim de construirmos uma imagem mais precisa dessa ocupação. Tal representação corrobora com o entendimento de que as comunidades ameríndias têm uma tendência em ocupar áreas próximas a rios capazes de suprir a carência de água potável, fonte de alimento, e agricultura, o que não foi diferente com os Tembé Tenetehara da região bragantina conforme ilustrado no mapa acima.

Acerca dessas comunidades, Muniz (1913), quem atuava como explorador e escriba oficial do governo, também aponta essa presença na região, especialmente quando elenca como se deu a escolha do local para fixação da missão capuchinha na região, nas palavras dele, os seguintes critérios foram cruciais: “[...] presença de tribos indígenas selvagens, facilidade de comunicação e salubridade do terreno [...]” (MUNIZ, 1913, p.6). A partir desses critérios, ganhou espaço a atuação catequética da Missão Capuchinha Lombarda do Norte, com quem o governo do Pará (Paes de Carvalho) assinou um contrato que deveria durar por quinze anos (1898-1921) para implementação de um Núcleo de catequese de indígenas, que foi fixado “[...] à margem do rio Prata, nas nascentes do Rio Maracanã, território então pertencente ao município de Santarém-Novo” (MUNIZ, 1913, p.8).

A bibliografia aponta que por se tratar de comunidades com quantitativo populacional pequeno, chegando a 300 habitantes juntando as quatro vilas, e em decorrência da facilidade de acesso e comunicação, além da receptividade dos Miranhas do Prata, as outras vilas foram remanejadas para o Prata que passou a ser a sede e o Núcleo de Catequese dos indígenas por intermédio da Missão Capuchinha Lombarda do Norte, a qual atendia a demanda do governo de catequizar os selvagens existentes na área de ocupação da bragantina e ao mesmo tempo atrair a colonização estrangeira.

Ainda que o referido recenseamento tenha constatado a existência de populações originárias nas nascentes do rio Maracanã e Prata somente no ano de 1895, ao considerar a data da primeira expedição à foz do Amazonas (1540), é possível afirmar que:

Essas terras permaneceram desabitadas ou ocupadas por essas aldeias por mais de 400 anos e, ainda que tenham sido negociadas já no antigo Tratado de Tordesilhas, entre espanhóis e portugueses, não houve interesse por parte dos europeus em explorá-las (ROCHA, 2015, p. 19).

Dessa maneira, Rocha (2015) sinaliza para os interesses envolvidos no processo de colonização da região bragantina e reforça que, muito antes, da colonização estrangeira, o território conhecido como “bragantino” já era habitado por comunidades que tinham formas de organizações sociais próprias. Essa presença Tembé Tenetehara, especificamente no Prata, embora não fosse massiva teve repercussão nas páginas do jornal “Folha do Norte” através da escrita do jornalista Alves da Cunha, quem escreveu em abril de 1896 que:

Os Miranhas - número de indivíduos que a mesma possui pode atingir a 300, a maior parte dos quais pertence ao sexo masculino. Dedicam-se à agricultura, à pesca e à caça; são mansos, tem boas roças de mandioca e milho, estão civilizados e habitam em quatro aldeias. Uma, a Aldeia Grande, é sede principal e acha-se situada no Prata, que fica nas cabeceiras do rio Maracanã. Conta com 23 casas cobertas de palhas, quatro pequenas

ruas e clima saudável. Dos outros três pequenos grupos, um jaz nas cabeceiras do igarapé Jambu-Açu, afluente do Marapanim pela margem esquerda; e nele existem quatro palhoças. Os dois restantes são centrais, e estão assentados à margem da estrada da linha teleférica terrestre. As casas que possuem são iguais às dos antecedentes em número e espécie (CUNHA, 1896, p.1).

Conforme o exposto já havia organização social formada naquele espaço, com bom cultivo das culturas de mandioca e milho, há indícios de que os Tembé, especialmente da família dos Miranha eram receptivos “mansos” ao colonizador, cujo chefe era João Thomaz Miranha, que ele teria cedido a sua própria *maloca* para que o frei Carlos de São Martinho se instalasse e iniciasse o processo de catequização daquele aldeamento (MUNIZ, 1913).

Informação essa um tanto duvidosa, tendo em vista que: foi escrita e publicada em jornal paraense², numa época em que o governo local queria a todo custo incentivar a colonização estrangeira em torno da estrada de ferro que ligava Belém a Bragança promovendo para isso, inclusive, propagandas da região na Europa, a fim de atrair europeus que pudessem implementar novas tecnologias à agricultura e assim suprir a carência de alimentos. Ou seja, havia interesses que a região fosse colonizada/habitada por não indígenas e por não nordestinos.

Ao abordar o histórico de formação da região bragantina, Muniz (1913) também pontua a existência ameríndia no território como distante mais ou menos uma légua do Prata, no que mais tarde ficou conhecido como *aldeia velha*, e foi de lá que eles se espalharam construindo assim as pequenas aldeias posteriormente encontradas pelos capuchinhos da missão Lombarda do Norte, essas vilas estavam assim distribuídas:

[...] uma no local da sede do Prata, formadas por umas cinco ou seis casas, da família Miranha; outra nas mesmas condições no local denominado de *Anselmo*, margem esquerda do Maracanã, da família do Tupanas; a terceira da família dos Braz, situada à margem direita do rio Jejú, afluente direito do Maracanã, na qual existia a *rainha* Catharina, e a última nas nascentes d’este rio, denominada de *Arrayal*, na qual vivia a família dos Leopoldinos (MUNIZ, 1913, p.17).

Além disso, mais adiante veremos a partir das contribuições teóricas de Cruz (1955) e outras bibliografias que o processo de colonização a partir da catequese da região não foi assim tão fácil e simples como sugerem Cunha (1896) e Muniz (1913), pois houve constante resistência, que se materializavam em fugas, na resistência em entregar as filhas para a

² Aliás, objeto de discussão no jornal *Folha do Norte* (1896), que os indígenas eram “mansos”, no *Almanak paraense de administração, commercio, indústria e estatística* (1883) que na Escola elementar instalada no ano de 1873, no aldeamento do rio maracanã, os povos originários empregavam-se nas plantações; e no jornal *A Provincia do Pará* (1900) que eles tiveram a amizade dos povos originários, “Sem a amizade dos adultos e dos velhos, os reformadores sabiam ser impraticável a sua empreitada”.

catequese, nos roubos de insumos, na formação/destruição³ de quilombos, na construção de uma comunidade de remanescentes quilombolas, e por fim, na mescla de modos de vida que se solidificam nos hábitos alimentares (caça e pesca), cultivo da agricultura e extrativismo vegetal predominantes até hoje na extensa malha territorial da bragantina.

A fixação do núcleo de catequese na vila Santo Antônio do Maracanã (Prata), como visualizado foi uma escolha estratégica, e que conforme Muniz (1913, p.10), contou com “amistosa recepção por parte dos índios” o que implica dizer que eles já não eram tão “selvagens” como o critério estabelecido sugere, afinal o ano de fixação era 1898, mais precisamente 14 de setembro de 1898, em que “pela primeira vez ergueu-se a Cruz nas invias matas, celebrando-se, também, pela primeira vez o sacrifício da missa (*Ibdem*)”. Diante disso, o espaço assim como seus habitantes são elementos basilares para a construção de territórios, o contato com pessoas de etnias, valores, crenças e costumes diferentes dos nossos tende a construir intenso processo de aculturação e uma identidade intercultural. No caso específico da missão capuchinha no Núcleo Colonial Indígena Santo Antônio do Prata:

A relação do Estado e da Igreja com os Tembé Tenetehara eram marcadas pela imposição cultural e linguística com o propósito de efetivar o projeto colonizador de homogeneização e negação das diferenças étnicas, o que demandou a elaboração de estratégias de sobrevivência em meio à imposição cultural eurocentrada, dentre as quais, o “silenciamento” forçado da identidade étnica Tembé por longo período (FERNANDES, 2017, p.113).

Essas imposições provocaram ao longo da história fugas, resistências e adaptações ao modo de vida. A documentação produzida até os dias de hoje sobre os povos Tembé Tenetehara divergem quanto as origens de suas primeiras ocupações pelo Brasil. Isso, talvez se deva ao número de bibliografias produzidas a partir de olhares, finalidades e instituições distintas. A esse respeito Assis e Dias (2009) informam que a bibliografia produzida sobre o povo Tembé pode ser classificada da seguinte forma: a literatura de cunho exploratório, produzida por viajantes entre os séculos XIX e XX, a literatura de viés administrativo; isto é, para demarcação territorial, proteção e regularização, a encargo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a literatura acadêmica retratada nas dissertações e teses sobre esse povo, e, por fim, a literatura escrita e digital delineada a partir da igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por Organizações Não-Governamentais (ONGS) e órgãos estaduais e federais ligados ao Ministério Público Federal (ASSIS e DIAS, 2009).

³Outro exemplo dessa resistência foi o Massacre do Alto Alegre (1901), considerada “a maior revolta indígena que ocorreu no século XX” e que culminou com a morte de centenas de pessoas, destruindo a missão de catequização e civilização indígena idealizada por Frades Menores Capuchinhos, no Maranhão.

Antes de prosseguir, é importante ressaltamos que, por movência, adotamos a noção de Paul Zumthor (2005) quem a compreende a partir da dinâmica de mudança do (no) mundo. Isto é, movência enquanto qualidade daquilo que se move, o que na acepção de Zumthor⁴ inicia-se e alarga-se com as mudanças culturais, econômicas e sociais. Nesse sentido, discorreremos a seguir sobre a “Movência dos Tembé”, a partir dos documentos mencionados e que são de domínio público.

A literatura historiográfica dos exploradores/viajantes do século XVII sugere ter sido a região do Rio Pindaré, no Maranhão, o território originário dos Tembé Tenetehara⁵ e que de lá eles foram se deslocando para outras áreas, obrigados ou por conta própria. O contato com a “civilização” deu-se a partir da catequese jesuítica por volta de 1653 até 1759 (CEDI, 1985). No século seguinte, os Tenetehara ficaram sob os cuidados das Diretorias dos índios, que eram formadas a partir de colônias, uma delas, em especial, a Colônia São Pedro do Pindaré merece destaque, porque instituída em 1840 entre o rio Caru e o rio Pindaré foi alvo de muitas invasões, tais invasões contribuíram no século XX para a formação do povoado de Sapucaia, para onde os Tenetehara deslocaram-se e passaram a trabalhar para os “brasileiros” na coleta de borracha e copaíba (GALVÃO; WAGLEY, 1961).

Além desse deslocamento, há indicativos de migração também para o Pará através dos rios Guamá, Capim e no rio de divisa do estado do Pará com o Maranhão, o rio Gurupi, “Por volta de 1850, uma parte dos Tenetehara, conhecidos como Tembé Migraram para os Rios Guamá, Capim e Gurupi” (DIAS, 2010, p.22). Ou seja, há uma significativa expansão dos Tembé do Estado do Maranhão para o Pará. A partir do olhar do explorador alemão Curt Unkel, batizado por tribos ameríndias no Brasil, batismo esse que lhe consagrou ser (re) conhecido por Curt Nimuendaju a ocupação Tembé Tenetehara está assim ilustrada:

⁴ ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. Embora o termo “Movência” utilizado por Zumthor esteja associado à escrita e as transformações sociais e culturais pelas quais a língua oral perpassa, a utilizamos aqui como sinônimo que representa a sua essência enquanto palavra: aquilo que se move, que sofre mutações ao longo do tempo.

⁵ Os Tenetehara representam uma categoria que é subdivida em Tembé e Guajajara, durante esse estudo, porém, nos deteremos ao termo Tembé por se tratar dos povos que habitaram a região de estudo em questão, a constituição do território de Nova Timboteua.

A ordem de ocupação da Vila Santo Antônio descritas acima por Santa Brígida (2018) coaduna com as ocupações mencionadas por Muniz (1913) e mais do que isso, sinaliza para o processo que culminou com a expulsão dos Tembé do núcleo de catequese instalado naquele espaço em vigor de 1898-1921, cedendo lugar para a Colônia Correccional, e logo em seguida a Colônia Agrícola de Hansenianos, o primeiro Leprosário do Brasil inaugurado em 1921.

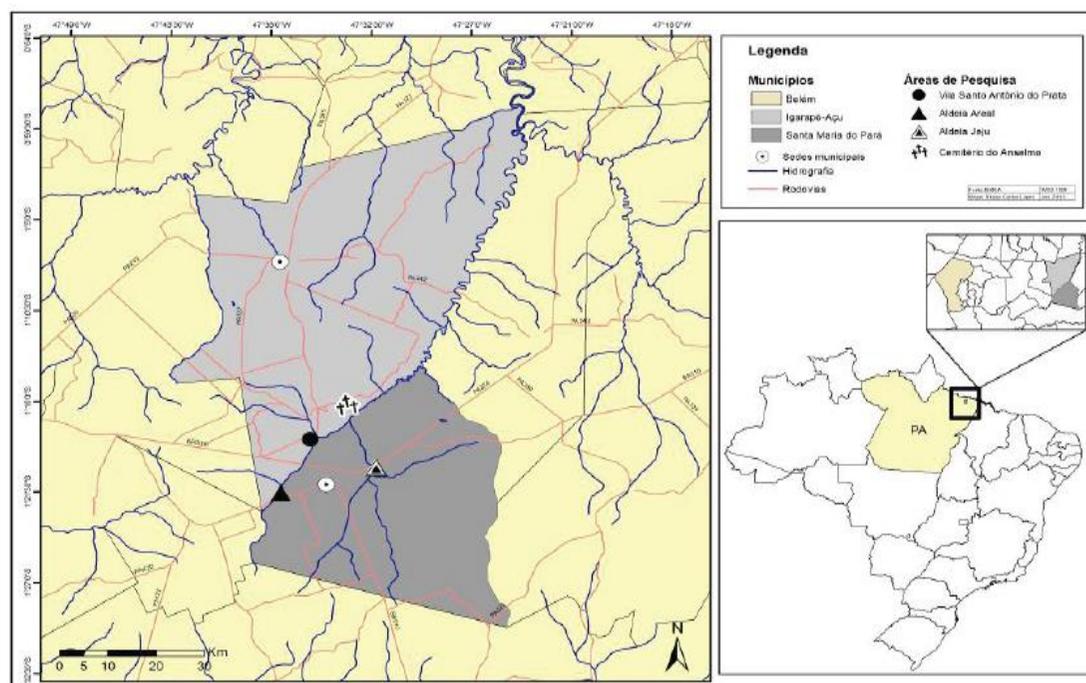
Figura 7. Pavilhão D do Lazarópolis do Prata



(Fonte: LOPES, 2018, p.69)

A ocupação do antigo espaço do núcleo colonial indígena fundado com o objetivo de educá-los aos moldes cristãos, para colônia correccional (prisão) e posteriormente com a finalidade de isolar os leprosos do restante da população provocou novamente o deslocamento dos ameríndios Tembé daquela área para outra localidade, com formação de tribos Areal e Jeju que atualmente fazem parte do município de Santa Maria do Pará, conforme o mapa a seguir demonstra:

Figura 8. Localização dos Tembê de Santa Maria do Pará



(Fonte: FERNANDES, 2017, p.40)

Mediante o exposto, é possível afirmar que o povo Tembê, desde o deslocamento do Maranhão para o Pará sofreu com a perda de suas terras. Durante o século XIX foram subjugados ao sistema de colonização de “branqueamento”. Nesse viés, (FERNANDES, 2017, p.46) ressalta que: “Submetidos às políticas de colonização no final da segunda metade do século XIX até meados do final da segunda década do século XX, os Tembê Tenetehara de Santa Maria do Pará permaneceram silenciados na historiografia produzida no Brasil”. A esse respeito, a pesquisa de Fernandes (2017) que se dedica o estudo dos Tembê de Santa Maria do Pará expõe que desde 2003 unidos à Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará (AITESAMPA) os Tembê de Jeju e Areal em reconhecimento a sua identidade étnica dentro do território tradicional passaram a reivindicar direitos a saúde e educação diferenciados. Isto é, após quase um século de apagamento cultural. Ainda assim, por falta de terras propícias para plantio, eles obrigam-se a trabalhar para os latifundiários/agricultores recebendo em troca diárias, outros dedicam-se ao artesanato, mas a carência de insumos, tais como: penas, sementes e cipós dificulta a produção, outros, ainda se submetem a vender de produtos às margens da rodovia Br-316, vendendo gêneros alimentícios como: castanha de caju, castanha-do-Pará, cupu- açu, banana, e derivados de leite (*Idem*).

1.2. Do Mocambo ao Quilombo: A Construção da Identidade Negra nas Margens do rio Maracanã

Conforme os referenciais citados na subseção anterior, embora não fosse expressiva a ocupação ameríndia, ela existiu na região Bragantina, Muniz (1913) também aponta que nas terras às margens da nascente do rio Maracanã, antes de estarem sob o domínio dos Tembé Tenetehara, serviram de mocambo, isto é, era um quilombo de refugiados e foras da lei, os primeiros a fixarem morada nesse espaço, nas palavras dele:

Resa a tradição, encontrada entre os índios que, em tempos idos, talvez em eras coloniais ainda, a região das nascentes do Maracanã, então não taladas pelas incursões civilisadoras, serviu de refúgio a escravos fugidos, tanto das terras do rio Guamá, como das costas atlântica, e de Belém e suas cercanias, que, interrando-se nas mattas, desapareciam para sempre. Existiu n'essas paragens um celebre *mocambo* de negros, que cultivavam a terra e viviam da caça, fazendo de quando em vez correrias nos povoados e fazendas [...] deixando atrás de si a rapina, o assassinato e outros crimes (MUNIZ, 1913, p.16).

Diante disso, é possível presumir que a fixação de um mocambo nessa área de terra ao entorno das nascentes do Maracanã, mais precisamente no Prata, ocorreu em virtude do espaço ser propício para o plantio e rico também em caças, ou seja, havia garantia de subsistência. Vale ressaltar que o termo mocambo é uma denominação que serve para designar um aglomerado de pessoas negras, geralmente recém-libertos, fugitivos, o termo era mais comum na época colonial no Brasil, com o passar dos anos a definição de mocambo foi ressignificada prevalecendo o nome de quilombo (GOMES, 2015).

Em relação aos termos mocambo e quilombo, Gomes (2015, p.10) destaca que: “Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados”, pouco se sabe sobre como esses escravizados se autodenominavam, o fato é que esses vocábulos parecem ter sido ressignificados, isto é, traduzidos de modo a representar o conceito tal como o conhecemos hoje.

Ainda sob esse viés, Gomes (2015, p.11) esclarece:

Pode ter havido uma tradução dos termos africanos na linguagem e na documentação da administração colonial. Além disso, muitos militares que serviram na África tiveram experiência contra invasores holandeses, expedições antimocambos e apresamentos de índios. De qualquer modo, o termo quilombo só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mesmo mocambo.

Desse modo, desde o princípio da colonização brasileira a definição de mocambo serviu para referenciar uma ocupação genuinamente formada por escravos que fugiam dos engenhos de açúcar, das fazendas. A primeira menção de mocambo é datada de 1575, formado na Bahia, a história de formação do Brasil é marcada pela construção de mocambos e quilombos, o que não é de se admirar tendo em vista que o país perdurou por séculos a vergonha de um sistema escravocrata e de exploração, “dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades” (GOMES, 2015, p.12).

Contudo, essas fugas não ficaram apenas no Nordeste, expandiu-se por toda a malha territorial do que hoje conhecemos como Brasil. Vale realçar que esses fugitivos eram vistos pela coroa portuguesa como “inimigos da colonização, sendo o principal deles os “negros de Guiné” (como eram chamados em geral os africanos escravizados), fugitivos que viviam em algumas serras e faziam assaltos às fazendas e engenhos (GOMES, 2015, p.12)”.

Por coincidência ou não, como informam os autores Vergulino-Henry; Figueredo (1990), os negros que entraram no Pará entre os anos de 1753 a 1801 eram oriundos de Bissau, Guiné-Bissau, Luanda, Benguela, Angola e Moçambique. Ou seja, houve povoação no estado do Pará dos conhecidos pela coroa Portuguesa como “inimigos da colonização”, que tiveram a sua liberdade concedida a força através da “fuga da capital, das fazendas ou ainda no porto de desembarque, no atual município de São Miguel do Guamá (ROCHA, 2015.p.64)”

Em consonância com Muniz (1913) esses refugiados construíram um mocambo próximo as aldeias indígenas dos Tembé, nas margens do rio Maracanã, bem antes do início da colonização da região bragantina. Ao que o referencial teórico consultado indica tratava-se de um povoado muito populoso.

A esse respeito, Rocha (2015, p.64) indica: “As histórias da região falam de uma espécie de Quilombo habitado por cerca de 1000 negros, que plantavam e caçavam e, às vezes, invadiam fazendas [...] cometendo pequenos crimes, principalmente furto de alimentos”. Tal mocambo era formado por:

escravos fugidos, criminosos evadidos da justiça, desertores e toda uma serie de indivíduos que não podiam persistir nos logares em que a lei imperava. O local d’essa villa estava situado á margem direita do rio Maracanã, a um kilometro acima da foz do rio Prata e era denominado de *Santa Maria de Belém* (MUNIZ, 1913, p.16).

No entanto, mesmo sendo pequenos crimes, sua incidência fez com os fazendeiros solicitassem ajuda do governo para combater esses furtos e depredações, atencioso a demanda o governo envia uma tropa de soldados que extermina grande parte da população ali existente e destrói o mocambo. Segundo (Rocha, 2015, p.64) “os sobreviventes a esse ataque subiram o rio

dando origem a algumas comunidades negras, remanescentes às margens do rio Maracanã”, onde nasce a comunidade remanescente quilombola do Tucumamduba, por exemplo.

A vila de Tucumanduba ficava localizada descendo o rio Maracanã, ainda há resquícios do antigo cemitério utilizado pelos moradores do vilarejo, embora, pertença, atualmente, à propriedade particular, e os visitantes não podem entrar, conforme a imagem abaixo demonstra:

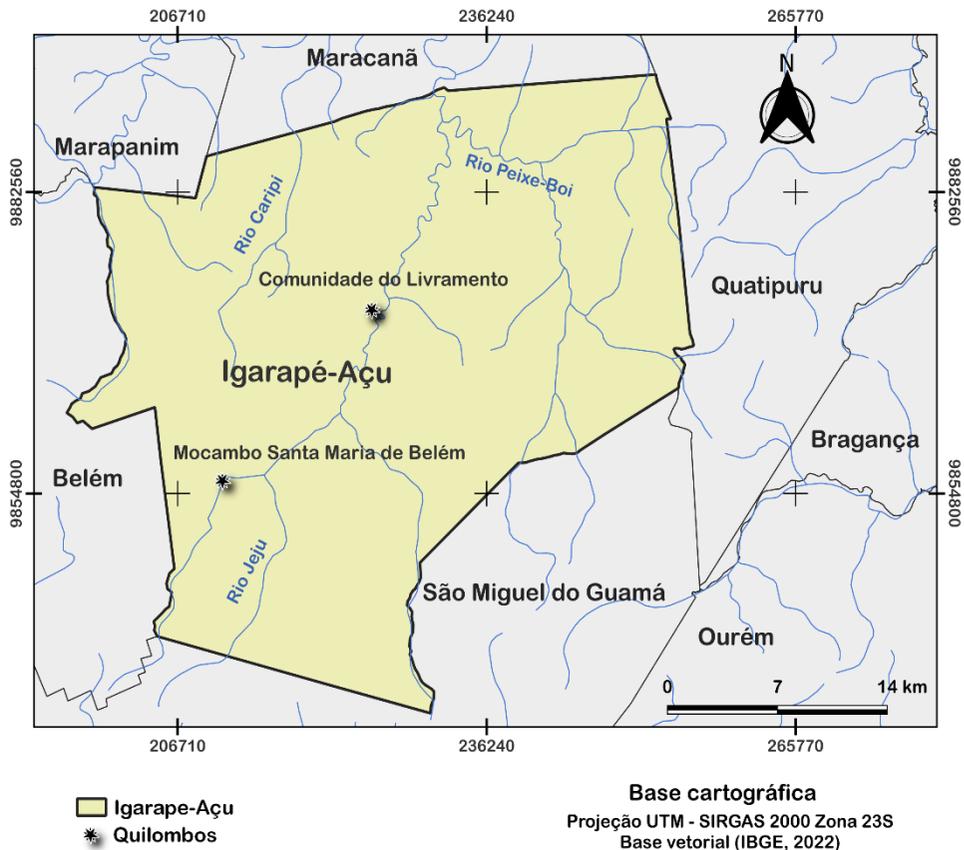
Figura 9. Antigo espaço de Tucumanduba



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A antiga área de Tucumanduba, agora faz parte de uma fazenda, o cemitério ficava nessa área de vegetação mais alta apresentada na imagem, a imagem acima ilustra o que seria o fundo do terreno, a frente ficava para o rio. A partir da chegada da Estrada de Ferro ao Livramento em 1906, os moradores dessa área subiram um pouco mais em direção ao rio Maracanã, conhecido por eles como rio Livramento, conforme ilustrado no mapa abaixo, essa era a localização da vila após com a chegada da Estrada de Ferro em 1906:

Figura 10. Ocupação afrodescendente nas terras pertencentes a Igarapé-Açu (1906).



(Elaborado por: COSTA, Antônio Reynaldo. 2024).

A movimentação dos sobreviventes do Mocambo Santa Maria de Belém para o local denominado de Tucumanduba, um pouco mais abaixo do rio Maracanã conforme ilustra a imagem 7, e depois a movimentação para mais próximo da estação da EFB, provocou também a alteração de seu nome, deixando a toponímia indígena Tucumanduba, que segundo relatos tinha esse nome em decorrência da abundância de Tucum. Assumindo após a Estrada de Ferro, o nome de Nossa Senhora do Livramento, como de praxe, a estratégia portuguesa para atrair novos moradores e progresso era inicialmente aportuguesar os nomes dos locais sob seu domínio, santificá-los, daí a recorrência de tantos locais paraenses com nomes de santos.

A fixação desses fugitivos às margens do rio Maracanã é perfeitamente viável tendo em vista a proximidade com o porto de desembarque de São Miguel do Guamá com as terras de Igarapé-Açu onde se estabeleceram. A movimentação desses fugitivos/sobreviventes demonstra intenso processo de antropização manifestados não só na alteração do espaço geográfico (Abertura da estrada de ferro) mas na própria noção de cultura local que ali era produzida.

1.3. Construindo a Modernidade: A Influência da Estrada de Ferro Belém-Bragança na Formação das Cidades da Região Bragantina

A história de formação das cidades da região bragantina, assim como a sua povoação estão intimamente ligadas à estrada de Ferro Belém-Bragança. Por esse motivo, é salutar discutir aqui a contribuição da abertura da referida estrada de ferro (EFB), bem como a dinâmica de povoamento que se deu em torno de núcleos coloniais. Para efeito didático, apresentamos um quadro síntese com a distribuição dos núcleos agrícolas e o número de lotes de terras concedidos a cada lote:

Quadro 1. Relação de núcleos agrícolas por lotes de terra (Zona Bragantina)

Núcleos agrícolas	Número de Lotes concedidos
Anhangá	500
Anita Garibaldi	403
Apeú	527
Augusto Montenegro	1.000
Benjamim Constant	559
Bom Gosto	48
Capanema	278
Castanhal	218
Granja Americano	92
Ianetama	213
Inhangapy	164
Igarapé-Açu	500
José de Alencar	218
Santa Isabel do Pará	672
São Luís	1.000

(Fonte: Rocha, 2015, p.51-52)

Os quinze núcleos agrícolas acima apresentados tinham a finalidade de sanar a crise de grãos no Pará, iniciado com a perspectiva de atrair estrangeiros para essas localidades ao em torno da estrada ferro que ligava Belém a Bragança. No entanto, a imigração estrangeira não logrou êxito e a mão de obra utilizada primeiramente na lavoura e posteriormente nos seringais foi a advinda do nordeste do Brasil.

A seguir apresentamos uma linha do tempo com os principais acontecimentos da região bragantina e que fomentaram a formação das cidades ao entorno da estrada de Ferro Belém-Bragança, o empreendimento mais caro da história do Brasil que se tem conhecimento, vide ilustração:

Quadro 2. Linha do tempo

ANO	ACONTECIMENTO
1831	Brasil Império- Período Regencial.
1835	É iniciado o movimento de Revolta da Cabanagem no Pará, tomada de Belém.
1840	Fim da Cabanagem, golpe da maioria.
1850	Promulgação da Lei Eusébio de Queirós.
1870	Auge da Borracha no Pará.
1873	Criação da Escola Elementar no Aldeamento do rio Maracanã no Prata.
1875	Criação do 1º Núcleo Agrícola Benevides ocupado por estrangeiros.
1877	Marcha de 800 flagelados do Nordeste chegam às terras de Benevides expulsos pela seca.
1883	É iniciada a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB); Período da Belle Époque.
1885	Aparecimento dos primeiros colonos exploradores da Velha Timboteua (Serafim dos Anjos, Manoel Maria e Afonso Pimentel).
1886	Criação do Núcleo Colonial de Americano;
1888	Assinatura da Lei Aurea; Serafim dos Anjos Costa solicita junto ao governo provincial posse das terras da Velha Timboteua;
1889	Final do Brasil Império- Segundo Reinado; Proclamação da República no Brasil; O núcleo Colonial Castanhal foi elevado à condição de Vila.
1891	Tem-se Início a primeira Constituição Federal.
1893	Criação do Núcleo Colonial Marapanim.
1895	É criado o Núcleo Jambu-Açu em Igarapé-Açu e passa a ser nova Sede, a antiga sede de Santarém Novo é inserida ao Território de Maracanã; A Velha Timboteua é reconhecida como povoado pela Lei estadual nº 324 de 06 de julho.
1897	Tem-se início a Missão Capuchinha Lombarda do Norte em parceria com o governador José Paes de Carvalho; O Núcleo Marapanim é dividido em duas partes: a sede e o Núcleo Colonial José de Alencar.
1898	É criado o Instituto Santo Antônio do Prata pelo Frei Capuchinho Carlos de São Martinho; O Núcleo Colonial José de Alencar é oficialmente desmembrado do de Marapanim.
1900	Igarapé-Açu torna-se Centro Comercial da Borracha.
1901	Massacre do Alto Alegre no Maranhão, fragiliza a Missão Capuchinha Lombarda no Norte no Prata.
1902	É concedido títulos definitivos de terras aos colonos sediados às margens da EFB.
1903	Augusto Montenegro exalta o Projeto Educacional do Prata e o preserva da extinção.
1905	É inaugurado o prédio para atender meninas índias sob jurisdição do Frei João Pedro no Prata.
1906	A EFB chega ao Livramento; o povoado de Vila de Velha Timboteua é extinto passando a pertencer ao Município de Igarapé-Açu.
1907	É criada instalado o Cartório de Registro Civil na Velha Timboteua.
1908	A EFB chega a Bragança-PA.
1913	Tabuleta já tinha comércio e numerosas casas.
1915	A lei nº 1.480 de 09 de outubro de 1915 concede categoria de povoação de Tabuleta até 1936.
1921	O Instituto do Prata é extinto e transformado em Colônia Agrícola Correccional para menores e depois em Lazarópolis do Prata.
1923	É criada a Circunscrição Judiciária e instalado o cartório.
1930	Início da Era Vargas no Brasil.
1939	Germano Melo, dono da Usina de Beneficiamento de Grãos e algodão de Nova Timboteua é nomeado prefeito de Igarapé-Açu.
1943	Término do Mandato de Germano Melo; Nova Timboteua é reconhecida como cidade subdividida em 3 distritos: Nova Timboteua, Velha Timboteua e Quatro Bocas, Santa Maria do Pará é desmembrada de Igarapé-Açu.
1961	Peixe-Boi é desmembrada de Nova Timboteua.

(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A linha cronológica acima contempla os anos de 1831 a 1961 (Império e República) enfocando na configuração geográfica do Distrito, Povoado, Vila e Cidade de Nova Timboteua

assim como os principais feitos históricos que possuem relação com a referida cidade, inclusive com a separação das terras de Peixe-Boi das de Nova Timboteua em 1961. Além disso, põe em evidência o projeto de povoamento ambicioso da Região Bragantina, que através da fundação de Núcleos Coloniais Agrícolas pretendia construir uma sociedade de origem genuinamente estrangeira, e ao mesmo tempo, suprir a carência de insumos agrícolas na capital (Belém). Por volta de 1875, com a criação do primeiro Núcleo Colonial, denominado de Núcleo Benevides, o posicionamento extremamente associado à noção de branqueamento ou ainda de “mitologia branca” como conceitua Derrida (1991), manifestou-se. A Sociedade Nacional de Agricultura lançou em 1926 uma pesquisa para saber a opinião das pessoas, em especial latifundiários sobre a imigração, o recorte da entrevista a seguir esclarece a dimensão do branco e puro anteriormente referenciados, observemos:

É somente de braços que precisa o Pará, e estes ele não pode esperar senão da imigração europeia, e doutra raça não deverá querer. A imigração deve ser exclusivamente branca e dando preferência a algumas nacionalidades (português, italiano, espanhol e polonês), A raça negra viria perturbar o processo de fusão das raças que aqui se vai operando, seria andar para trás (VILLANI; BABERO, 1926).

Conforme o exposto, faz-se uma associação à “mitologia branca”, a qual, forja no homem europeu, cristão e proprietário a representação universal do modelo de humanidade (DERRIDA, 1991). Nessa direção, Mo sung (2019) esclarece que a política de branqueamento, até a década de 90, serviu como critério para escolher o “bom imigrante” para diferentes regiões. Todavia, em face das migrações ocorridas do Nordeste para a Região Amazônica durante o século XIX, expulsos pelas grandes secas de 1877 a 1879 que afetavam diretamente os colonos do Nordeste do Brasil, somado ao surgimento do ciclo da borracha tornou a migração em direção ao norte cada vez mais recorrente (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984).

O que conseqüentemente forçou o governo do Pará a ceder espaço para os sertanejos nos núcleos coloniais, uma vez que, o número de migrantes passou a ser muito alto, e os poucos estrangeiros vindos para o Pará atraídos pelas propagandas internacionais não conseguiram se habituar ao clima da região nem ao árduo trabalho que precisava ser realizado. Dito isso, tornou-se comum a povoação da região Bragantina por nordestinos vindos principalmente do Ceará e Maranhão.

A crescente migração de nordestinos com a acentuada povoação desordenada na Zona Bragantina fez com que o governo do Pará, na época Augusto Montenegro criasse dois núcleos Agrícolas ao mesmo tempo: o núcleo Augusto Montenegro nas terras do atual município de São Francisco do Pará e o Núcleo São Luís, ambos com 1000 lotes de terras cada um (conforme

Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era (HOBBSAWM, 2009, p.61).

A construção bem como inauguração da 13^a Estrada de Ferro do Brasil, a Belém-Bragança, inseriu o estado do Pará nos moldes do progresso industrial e como esclarece Hobsbawn (2009) as categorias sociais tidas como eruditas e populares experimentaram dessa inovação. A novidade não diz respeito apenas a inserção da Zona Bragantina no mercado da industrialização, com a crescente modernização das máquinas e dos meios de transporte, mas também de uma nova reorganização social e uma alteração do espaço intermediada pelas ações antrópicas.

A compreensão de espaço que estamos considerando, diz respeito à teoria Lefebvriana, a qual, o compreende como produto construído na sociedade a partir das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, e que, assim como esse espaço pode ser moldado pelas interferências sociais, do mesmo modo, ele pode ser condicionado por elas (LEFEBVRE, 2000).

Nesse sentido, o espaço é resultado da ação humana nele, segundo Judt: “as estradas de ferro reinventaram a paisagem [...] as ferrovias exigiam [...] poderes e autoridade, tanto sobre homens como sobre a natureza: direitos de passagem, de propriedade, de posse e de destruição” (JUDT, 2016, p.329). Dito de outro modo, o progresso tem um custo, e geralmente quem paga são os menos favorecidos na escala do capitalismo, afinal “a história nos revela que as vias férreas sempre estiveram sob a tutela do poder dos Estados ou de grupos econômicos, e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo interesses dominantes” (BORGES, 2011, p.28).

Perante o exposto, é gritante os interesses dominantes de que nos fala Borges (2011), quando analisamos o encerramento das atividades da EFB em 1965, pois a obra levou mais de 25 anos para chegar ao seu destino (Bragança) e após essa chegada ficou em funcionamento por aproximadamente 57 anos, mesmo o investimento tendo custado uma verdadeira fortuna, já que todo o material utilizado era importado da Europa, mesmo assim foi substituído pelos automóveis nas rodovias e PA’S do estado. Ainda sob essa ótica (QUARESMA; MAIA 2019, p.62) pontuam:

A Belém- Bragança não foi apenas um elemento de integração regional, mas também, uma estratégia de governo geradora de lucros ao Tesouro Estadual, e hoje o turismo se volta a este objetivo, buscando a partir dela ampliar as alternativas econômicas e de desenvolvimento para os povoados/cidades que se constituíram ao longo da estrada e sua população.

Mesmo após o encerramento das atividades na EFB, essa estratégia geradora de lucros ainda permaneceu, através da venda de partes dos equipamentos para outros estados brasileiros, além disso, após a construção das PA 242 que liga Belém a Salinópolis via Igarapé-Açu e PA 342 que liga Belém a Salinópolis via Santa Maria do Pará, o governo do estado através de políticas de incentivo ao turismo propõe em 2014 através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), a revitalização da rodovia PA 242 inclusive com placas de sinalização indicando o percurso da antiga estrada de ferro Belém-Bragança. A imagem a seguir traz os pontos de parada do Trem ao longo da antiga Estrada a partir desse investimento do Setur:

Figura 12. Pontos de parada da estrada de Ferro Belém- Bragança



(Fonte: SETUR, 2014)

Em conformidade com o Setur a proposta de reconstrução da Rota foi promover o desenvolvimento local, além de oferecer condições de os turistas e os próprios moradores dessas localidades conhecerem um pouco mais do processo de formação da zona bragantina através das paisagens, balneários e construções formadas ao entono da antiga estrada de Ferro. O projeto fez do plano estratégico de Turismo do estado do Pará, e segundo Magno (2015, p.1):

Desde a criação da Rota já foram investidos mais de R\$ 16 milhões em recursos como placas indicativas de atrativo turístico, trânsito, pórticos, semipórticos, painéis e ainda sete totens metálicos em localidades dos 13 municípios que fazem parte desse roteiro. Além disso, as vias que dão acesso a esses locais também receberam reestruturação, asfaltamento e sinalização como as PAs 242 e 320, entre outras.

Assim sendo, houve medidas estratégicas para incentivarem o turismo na região bragantina e fortes investimentos, o que continua a demonstrar que se trata de uma preocupação, sobretudo, de hegemonia política conforme já sinalizado por Borges (2011) com geração de renda e acumulação capitalista.

1.4. Fluxos Históricos: a evolução urbana de Timboteua através das vias fluviais e ferroviárias

O processo de ocupação do espaço timboteuense tem datação de 1888, relacionado inicialmente a uma colonização de exploração de recursos provenientes da agricultura ocorrido inicialmente na Vila Timboteua ou Velha Timboteua. Tal colonização deu-se por meio das vias fluviais, pelos rios Peixe-Boi, Livramento e Maracanã, à época trafegáveis, e que, ligavam o Marajó às cidades de Igarapé-Açu, Maracanã e Santarém Novo, por exemplo.

Esses rios abastecem as referidas cidades e suas agrovilas, usado não só como meio de subsistência por pescadores (que deles se alimentam com camarão, caranguejo, e peixes em geral), esses afluentes foram, e são usados pelos moradores, como base para o transporte aquático entre comunidades, cidades e terrenos agrícolas.

Nova Timboteua foi elevada à condição de cidade no ano de 1943, tal *status* se deu por intermédio do decreto lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943 (BRASIL, 2022). Ocasão em que o município deixou de pertencer a Igarapé-Açu/PA. A Vila Timboteua, no entanto, tem data de fundação anterior à Nova Timboteua, essa datação se remete ao ano de 1888, cujo reconhecimento como povoado se deu apenas em 1895, através da lei nº 324 de 06 de julho de 1895 (BRASIL, 1895), ou seja, sete anos depois.

Segundo Cruz (1955, p.131): “Foi criado o município de Nova Timboteua com os seguintes distritos: 1. Nova Timboteua, 2. Peixe -Boi, 3. Timboteua”. Vale ressaltar que a década de 80, condiz com a promulgação do decreto Lei Áurea em 1888, que colocou fim à escravidão no Brasil (ao menos em lei), essa notificação é feita porque em parte isso pode também ter contribuído para o processo de formação da vila em questão. Ao retomarmos o reconhecimento da vila como povoado, é importante destacar as informações colhidas no site da prefeitura de Nova Timboteua, as quais mostram que, depois de reconhecida, legalmente como povoado:

[...] a população entrou em decadência. Isso fez com que, em 1906, em um lugar pouco distante da vila Timboteua, surgisse um núcleo às margens da estrada de Ferro Belém-Bragança, denominada de Tabuleta, por causa da existência de um marco de quilometragem da via férrea (BRASIL, 2022).

Nesse viés, sugere-se que a Nova Timboteua surgiu em decorrência do declínio da vila, tal perspectiva é compartilhada também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual elucida que:

Em 1895, a localidade foi elevada à categoria de povoado, instalado no mesmo ano. Em 1906, o então povoado extinguiu-se e suas terras passaram a pertencer ao novo município de Igarapé-Açu, que ao tempo da sua instalação, apenas havia passado ali o pico da antiga Estrada de Ferro de Bragança. As margens dos igarapés Maracanã, Livramento e Peixe-Boi, foram construídos barracões pertencentes à Ferrovia e também uma Escola de Beneficiamento Agrícola com o nome de Escola Experimental de Agricultura Prática, mais tarde denominada Estação Experimental Augusto Montenegro (BRASIL, 2022).

Entretanto, essa afirmação não se sustenta, pois segundo Siqueira (2008, p.93): “[...] a influência da Estrada de Ferro de Bragança foi determinante no surgimento do novo povoado”. Ainda em conformidade com esse autor, acreditava-se que a categoria de povoado concedida em 1895 (à vila de Timboteua) significaria progresso, porém “[...] a chegada da ferrovia e sua proximidade provocaram um grande êxodo, ocasionando a decadência e conseqüentemente, sua extinção, conforme a Lei Estadual nº 985, de 26 de outubro de 1906” (SIQUEIRA, 2008, p.93).

Em face disso, embora tenha surgido primeiro, tenha tido prefeito, cartório e dois cemitérios, a vila, não galgou de Sede do município, uma vez que o novo núcleo cresceu rapidamente e passou a ser o novo centro econômico. O fato é que as informações que se tem são superficiais, o cabedal teórico existente é carente de respostas, exemplo disso é o que ocorre com a bibliografia existente sobre esse assunto, pois menciona-se a decadência e extinção do vilarejo, porém o que teve extinção foi apenas o título de “povoado” porque a comunidade continuou morando naquela área, que posteriormente ficou conhecida como Velha Timboteua em diferenciação a nova sede da economia, tornada cidade em 1943 devido ao progresso provocado primeiro pelo marco de quilometragem do trem.

2. METODOLOGIAS

A Metodologia desse trabalho pauta-se na pesquisa de campo de caráter descritivo qualitativo em que servem de instrumentos auxiliares à investigação: 1. As fontes documentais históricas; 2. As bases bibliográficas, a partir da definição de conceitos; 3. A pesquisa de campo propriamente dita. Diante disso, o foco de discussão, em primeiro momento, são as fontes documentais bem como sua contribuição para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, é preciso conceituá-la, as fontes documentais são, em linhas gerais, aquelas que se baseiam em documentos diversos sobre um tema, "estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares" (LÜDKE, 1986, p.38). Tais documentos geralmente são de origem primária, isto é, são inéditos porque não tiveram um tratamento analítico, o pesquisador é quem irá analisá-los.

Desse modo, as fontes documentais são amplas, e as que foram utilizadas nessa fase da pesquisa apresentam um recorte histórico que se remete ao final da época do Brasil Imperial, mais precisamente o Período Regencial que vigorou de 1831 a 1840, tendo seu término com o Golpe da Maioridade. É importante destacar que por se tratar de documentos antigos, obras raras com linguagem em português arcaico, optou-se por manter a escrita igual como na fonte consultada de modo a preservar a originalidade textual. Dito isso, os instrumentos legislativos oitocentistas usados como base documental dessa dissertação são alusivos à década de aparecimento dos primeiros exploradores na região da Velha Timboteua (entre 1885 e 1888), ou seja, há uma relação entre os eventos e o povoamento da vila, e é a essa relação que se discorre a seguir.

Além disso, os documentos consultados também perpassam pela ótica da República promulgada a partir de 1889. O Período Regencial foi marcado por inúmeras revoltas, uma, em especial: a Cabanagem, famosa por ter provocado a união de pessoas de diferentes etnias em prol de uma luta comum, de acordo com Ricci (2006, p.6):

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo.

Em consideração a isso, toma-se como ponto de partida o cenário da Cabanagem com a diversidade de pessoas envolvidas na revolta, assim como o território por ela abarcado, a fim de se construir uma base documental e contextual sólida acerca dos primeiros habitantes da região bragantina. Conforme postula a historiografia vigente à época, essa região contou com o povoamento de ameríndios de origem Tembé Tenetehara, negros escravizados, fugitivos organizados em quilombos na região do Prata, imigrantes portugueses, sírio-libaneses, holandeses, italianos, além de migrantes do Nordeste do Brasil.

Em relação à presença ameríndia na região, o jornal *Folha do Norte* (1896) notificou que os indígenas do Prata eram mansos, isto é, não representavam risco para os imigrantes, uma vez que já estavam catequizados, conforme pontuou o jornal *A Província do Pará* (1900). Para a instalação da missão catequética do Prata (com início em 1898), assim como para o processo de ocupação da bragantina, os missionários e estrangeiros tiveram o apoio dos povos originários ali fixados, sem os quais, a sua missão teria falhado. Os documentos apontam que as comunidades originárias que já viviam ali eram suscetíveis à colonização, a ceder espaço para o outro, externo às suas raízes.

Há também menção a essa presença no jornal *Almanak Paraense de Administração* (1883), o qual destaca que na escola elementar fundada no aldeamento do rio Maracanã (também no Prata, após a missão capuchinha), os habitantes originários empregavam-se nas plantações. Isso prova uma mudança no modo de vida e organização social: não se tem mais o trabalho por conta própria para subsistência; eles são apresentados ao capitalismo, recebendo dinheiro pelo trabalho realizado nas plantações (ALMANAK PARAENSE, 1883). Esse fato fez alguns autores mencionarem que esses ameríndios foram se incorporando às novas formas econômicas, vendendo inclusive sua mão de obra para manter o sustento da família, como ocorre com os indígenas não-aldeados do Jeju e Areal em Santa Maria do Pará (FERNANDES, 2017).

Os reflexos da Cabanagem também foram sentidos ao longo da Zona Bragantina, que embora estivesse geograficamente distante do local onde eclodiu o movimento, os habitantes da área de Nova Timboteua já experimentavam a crise da geração de empregos e a perda da posse de terras, como ocorreu em Velha Timboteua. Assim, o anseio por liberdade e as ideias republicanas que o movimento cabano trouxe foram recepcionados também pela comunidade de Timboteua e dos demais municípios ao longo da Bragantina.

Ao discorrer sobre as diferenças entre a pesquisa bibliográfica e a documental, Oliveira (2007, p.69) pontua que “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Partindo

disso, enumeramos as bases documentais utilizadas neste estudo: Lei de 7 de novembro de 1831, que tornou livres todos os escravos estrangeiros vindos de fora do império; Lei nº. 581 de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravos através de embarcações; a Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que deu fim à escravidão no Brasil; Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, que atestou como povoado a Velha Timboteua; Decreto Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que legitimou a cidade de Nova Timboteua; e a Lei nº 7.744. de 30 de outubro de 2013, que reconheceu a Festa do Mingau, que acontece anualmente na cidade, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará.

A Lei Eusébio de Queiroz passou a proibir o tráfico de escravos através de navios e embarcações, conforme estipulado no artigo 1º dessa lei.

As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação está proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos. Aquelas que não tiverem escravos a bordo, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos, serão igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos (BRASIL, 1850).

A proibição do tráfico de escravos é objeto de discussão desde 1850, ou seja, antes da Assinatura da Lei Áurea no Brasil, e antes disso é mencionada também na Lei de 7 de novembro de 1831, que em seu preâmbulo “declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”, continuando no artigo 1º, incisos I e II da mesma lei:

Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fôra, ficam livres. Exceptuam-se:
1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.
2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fôra do Brazil (BRASIL, 1831).

Apesar dessas proibições serem discutidas desde 1831, as condições de trabalho análogas à escravidão ainda tinham raízes fortes, ou seja, eram recorrentes. Daí o movimento empreendido pela Cabanagem, que estreitou a luta pelo acesso a melhores condições de trabalho, à terra para uso e posse, ao fim da escravidão, assim como por melhores preços dos produtos agrícolas e manufaturados. Conforme indica ainda Ricci (2006, p.7), o movimento cabano foi orquestrado quando "indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em

comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades", culminando com a tomada da capital Belém em janeiro de 1835.

Com o avanço do Capitalismo no Brasil e o crescimento das revoltas em âmbito nacional como sinal de resistência manifestados pelo povo, é assinada a Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida popularmente como a Lei Áurea, com a seguinte redação:

A PRINCESA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembleia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1888).

Ademais, mesmo que a proibição do tráfico de escravos tenha sido objeto de discussão desde 1831, no fim do Brasil imperial, e tenha sido reforçada na Lei Eusébio de Queiroz e na própria assinatura da Lei Áurea em 1888, Palma Muniz em 1913 ainda refletia sobre a existência de uma espécie de mocambo dentro da Zona Bragantina (no Prata), que foi alvo de ação dizimadora do Estado, fazendo com que os poucos sobreviventes formassem nas margens do rio Maracanã uma comunidade de negros remanescentes, como explicou (ROCHA, 2015). Essa comunidade, separada do domínio Timboteuese por uma ponte que preserva parte da estrutura da antiga estrada de ferro Belém-Bragança, permaneceu como testemunho da história.

Um ano após a Assinatura da Lei Áurea, ocorreu a Proclamação da República, cuja motivação contou com interesses de militares, civis e negros recém-libertos. A Constituição Federal de 1891, por sua vez, adentrando nos moldes legislativos da recém-instalada República Brasileira, trouxe no artigo 72 um rol exemplificativo de direitos e garantias fundamentais, no qual estava presente a igualdade de direitos perante a lei, independentemente de origem, sexo ou raça (BRASIL, 1891). Assim, passou a ser amplamente divulgada a garantia de direitos a todas as pessoas.

Nesse contexto de proteção aos direitos, é promulgada a Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, que concede validade de povoado à vila de Velha Timboteua, corroborando o entendimento de que, de fato, muito antes dessa data havia começado a povoação da localidade, haja vista a necessidade de um contingente populacional que precisava ser atingido para essa concessão. O conceito de povoado está embasado na definição proposta pelo IBGE, órgão que compreende o povoado como:

Aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas etc.), cujos

moradores exercem atividades econômicas primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral, e atividades agropecuárias), secundárias (industriais em geral) ou terciárias (comércio e serviços) no próprio aglomerado ou fora dele. Para serem isolados em setor devem conter no mínimo 50 domicílios, distantes entre si não mais que 50m. (BRASIL, 2017).

Tal definição assinala que havia atividades, bem como critérios a serem atendidos para a garantia do título de povoação. Essas atividades foram objeto de atenção dos primeiros habitantes: Serafim dos Anjos Costa, Manoel Maria e Afonso Pimentel desde 1888. A escolha do nome Timboteua para a localidade provém da língua Tupi-Guarani, significando, em tradução literal, abundância de timbó (*Deguelia* sp) (PARÁ, 2022). Contudo, em 1906, os documentos ressaltam que Timboteua foi extinta em decorrência da transferência da sede econômica para Igarapé-Açu, o que ocorreu por intermédio da Lei nº 985 de 20 de dezembro de 1906, na mesma data em que a EFB chegou à localidade do Livramento.

A continuidade da abertura que cedia passagem para a Estrada de Ferro, ligando Belém a Bragança, favoreceu o fluxo migratório das regiões de seca e fez com que os moradores do antigo povoado de Timboteua se posicionassem mais próximos dessa estrada, uma vez que a antiga povoação perdia prestígio para as novas formas de exploração econômica possibilitadas pelo progresso que a estrada de ferro prometia trazer (MONTEIRO, 1995). A partir disso, começou a surgir outra povoação próxima à antiga, que, devido ao marco de quilometragem do trem, passou a ser conhecida como “Tabuleta”.

A consulta aos documentos de fontes primárias, mais precisamente os jornais de grande circulação da época, notificava com frequência o quantitativo de retirantes chegados ao estado do Pará, vítimas das regiões de seca do Nordeste do Brasil, a saber, Ceará e Maranhão. Tal informação sinaliza para a quantidade populacional que chegou ao estado do Pará e que acabou povoando e trabalhando na construção e abertura da Estrada de Ferro Belém-Bragança. A consulta a documentos (certidões de nascimento, casamento e óbito) do Cartório do Único Ofício da Comarca de Nova Timboteua também evidenciam esse movimento migratório e a fixação em Nova Timboteua, não só de nordestinos, como também de estrangeiros.

Em decorrência do crescente movimento dos colonos na nova localidade (Tabuleta), esta foi reconhecida como povoado através da Lei nº 1.480, de 08 de outubro de 1915. No entanto, a nomenclatura envolvendo a vila e a cidade de Timboteua apresenta uma história muito complexa. A esse respeito, Monteiro (1995, p.17):

O nome de Tabuleta continuou por vários anos, sendo depois, também usado o nome de Timboteua, que provocou uma certa confusão com a outra vila de Timboteua já existente. Para sanar essa dúvida e ficar dentro das normas legais, tornava-se necessário a mudança do nome de uma das povoações e, nesse caso, mudaria-se o nome da

povoação mais antiga (Velha Timboteua) que conseguira pouco desenvolvimento até então. Assim, foi chamada de Timborana. Porém, seus moradores não se adaptaram a esse designativo [...] foi, então, indicado o de timbó-açu. Este também não foi aceito visto que “Açu” significa mais para Timboteua mais nova que obtivera mais desenvolvimento.

Mediante isso, percebe-se que houve uma preocupação com a escolha toponímica do território, visando manter a essência do lugar. A nova povoação também foi chamada de Nova Timboteua e posteriormente de Assis Brasil, contudo esse último designativo não foi aceito pela comunidade, permanecendo a denominação de Nova Timboteua em diferenciação a Velha Timboteua (MONTEIRO, 1995). Em 1943, por meio do Decreto Lei nº 4505 de 30 de dezembro, é criado o município de Nova Timboteua com três distritos, a saber: Nova Timboteua, Velha Timboteua e Quatro Bocas (PARÁ, 1943). Nessa época, a cidade tinha sob seu domínio também as terras do atual município de Peixe-Boi que foram desmembradas através da lei estadual nº 2460, de 29 de dezembro de 1961 (PARÁ, 1961).

O hino da cidade, instituído pela Lei Municipal nº 24, de 30 de março de 1999, é uma obra da compositora Raimunda da Silva Macedo, que aborda em sua letra o histórico de formação da cidade. Uma das estrofes do hino demonstra isso da seguinte forma:

Bela cidade de nome indígena, foste criada neste torrão; és mãe querida de tanta gente, que veio de longe colher o pão. Tua história está na mente, primeiros filhos como chegou; Herança pura de nordestinos, povo mestiço te consagrou (PARÁ, 1999).

No recorte mencionado, há uma maior visibilidade da cultura nordestina no processo de formação e ocupação da cidade de Nova Timboteua. Entretanto, a formação do município, conforme documentado, é reflexo de uma mestiçagem cultural, com elementos de regiões distintas e pessoas de hábitos e costumes diversos, que juntos formaram uma cidade de Nova Timboteua caracterizada pela diversidade cultural.

Apesar da perda das terras que atualmente compõem o município de Peixe-Boi, Nova Timboteua continuou a desenvolver-se nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Nesse último aspecto, destaca-se a tradicional festa do mingau, surgida em 1985. Símbolo da cultura local, a festa atrai mais de 100.000 pessoas, modificando o calendário escolar, aumentando as expectativas das comunidades e movimentando o comércio local.

A festa do mingau impulsiona a economia, comércios varejistas e de gêneros alimentícios, além de proporcionar oportunidades para os pequenos agricultores venderem seus produtos. Além disso, há um aumento na oferta de serviços de transporte rodoviário e atividades turísticas, como os banhos de igarapés. Reconhecida como Patrimônio Cultural de Natureza

Imaterial do Estado do Pará, a festa envolve apresentações culturais locais e nacionais, além de concursos de quadrilhas que fomentam a cultura junina no município.

A consulta aos documentos de fontes primárias usados na pesquisa esclareceu as divisões territoriais e incorporações sofridas pelos vilarejos ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), contribuindo para a desconstrução de estereótipos ligados à povoação da região. O próximo passo é aprofundar as definições produzidas a partir da pesquisa bibliográfica, essenciais para a discussão dos resultados.

2.1. Pesquisa Bibliográfica: aprofundando conceitos

A pesquisa bibliográfica é base de qualquer pesquisa, e como tal, é a base desta também, pois está ancorada em estudos já realizados, ou seja, detém-se a: “[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa” (KÖCHE, 2006, p. 122). Desse modo, com ela, alargamos os conceitos e as definições necessárias para o entendimento dessa pesquisa.

A primeira definição relevante é a da palavra "cultura", que vai além do cultivo da terra ou da agricultura, como sugere sua origem latina "*colere*". De acordo com o sociólogo francês Denys Cuhe (1999), o sentido figurado atribuído à cultura, como o cultivo abstrato de ideias, levou ao emprego do termo em diversas áreas do conhecimento a partir do século XVIII, com diferentes conotações. Isso inclui o cultivo das artes e das ciências, representando o acúmulo de conhecimento em uma área específica.

Nesse sentido, DaMatta (1981) observa que essa evolução do conceito de cultura ao longo dos séculos levou seu uso para classificar pessoas, grupos e classes sociais, diferenciando aqueles que possuíam cultura daqueles que não possuíam. Assim, a cultura passou a representar o acúmulo de conhecimento, gerando distinções entre classes ricas, que tinham acesso à educação, e pessoas consideradas "incultas", que não tinham tal acesso. Com relação a isso, Ribeiro (1995) destaca que esse entendimento de cultura como um molde classificatório foi amplamente difundido no Brasil, especialmente porque o “povo brasileiro” quase sempre foi enxergado a partir da métrica do outro, do olhar estrangeiro, e não do povo miscigenado que aqui viveu.

No século XIX, com o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, a noção de cultura passou a ser compreendida também como um estilo de vida no qual pessoas, dentro de sua coletividade, compartilham valores e regras em comum. Esse entendimento ganhou destaque com a expansão do colonialismo pelo mundo, que proporcionou aos antropólogos o contato e

convivência com grupos de culturas não europeias, abrindo espaço para uma reavaliação do conceito de cultura.

A partir desse contexto, surgiram diferentes abordagens antropológicas em relação ao termo cultura. A corrente evolucionista, por exemplo, apresenta a ideia de aprendizado transmitido de geração a geração, onde a cultura não é herdada, mas sim adquirida por meio do ensino. Essa visão, fundamentada na teoria evolucionista proposta por Charles Darwin para estudos sobre a evolução animal, destacava os padrões eurocêntricos e o julgamento de outras culturas com base na própria cultura do observador. Essa abordagem dominou o pensamento europeu por décadas, moldando a percepção de desenvolvimento a ser seguido (GIDDENS, 2008).

Na contramão do evolucionismo, o antropólogo Boas (2005) estabeleceu a ideia de que a sociedade é um todo articulado que deve ser estudado a partir de sua própria história, rejeitando assim o modelo evolucionista. No século XX, o conceito de cultura passou por novas reformulações, embora ainda fossem perceptíveis resquícios dos pressupostos evolucionistas dos séculos anteriores. Lévi-Strauss (2012), por exemplo, propôs uma interpretação da cultura considerando suas articulações com o estruturalismo da sociedade, como o matrimônio e a formação da família como primeiras instâncias culturais.

No século XXI, os estudos antropológicos sobre o conceito de cultura foram novamente atualizados, superando os preconceitos que os próprios cientistas tinham em relação a culturas diversas. A tendência atual está pautada no relativismo cultural, compreendendo a cultura como um processo coletivo, histórico e mutável, moldado pelo tempo e pelo contexto histórico de uma determinada sociedade. Nessa perspectiva, a cultura engloba tanto a dimensão material quanto a imaterial. Essas duas instâncias são discutidas por Vaz (1966), que as nomeia de forma diferente: a material corresponde à "via objetiva", enquanto a imaterial é entendida como a "via subjetiva". Segundo o autor, o aspecto objetivo da cultura é percebido por meio das obras culturais, como práticas, tradições e construções materiais e simbólicas. É nesse processo de transição do ser natural para o cultural que o ser humano adquire consciência de si mesmo, e é nessa consciência que se manifesta o aspecto subjetivo da cultura (VAZ, 1966).

Conforme explica Vaz (1966) é por meio dela que o homem se reconhece no mundo, para o autor, a paisagem humana é “[...] construída pelas obras culturais, pois só elas atestam a essência da sua presença no mundo: a presença de um sujeito que compreende, transforma e significa. Elas são a objetivação da essência do homem como consciência de si” (VAZ, 1966, p.5). Dessa maneira, a produção de cultura é reflexo também de uma alteridade, manifestada na consciência desse homem com um outro que lhe habita e com os outros com os quais convive.

A Alteridade por sua vez é definida como a “qualidade do outro ou do que é diferente” (HOLANDA, 2004). Ou seja, ela nasce a partir da diferença, das relações de contraste que ocorrem entre mim e o outro (s), ela se dá por intermédio da “ênfase na mistura, que por estar na origem dos grupos sociais, é acionada na descrição da produção das relações” (VIEIRA, 2010, p.20). Então, está atrelada à cultura e à identidade.

Segundo propõe o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras, a identidade compõe-se de “caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado civil, profissão, sexo etc.” (BECHARA, 2011, p.677). Todavia, ela não é apenas um documento de identificação, é antes, um qualitativo relacionado aos aspectos sociais e subjetivos que integram uma pessoa, uma coletividade, isto é, suas identidades. Nesse sentido, pontua Delgado (2006, p.71): “[...] as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes”. O que implica dizer que o nome impresso no documento de identificação não é a identidade em si, é apenas uma representação dela e que tem relação com o pertencimento de um grupo seja na esfera familiar, seja social, seja ainda no viés histórico. (PROENÇA; TENO, 2011).

Outra definição fundamental para a discussão em questão está relacionada às noções de Patrimônio, as quais também evoluíram ao longo dos séculos. Essa palavra deriva do latim "*Patrimonium*", que em tradução literal se refere à herança paterna, ou seja, à riqueza. Isso explica por que essa palavra é frequentemente usada como sinônimo de posses (NUNES, 2007). Na Roma antiga, o patrimônio era tudo o que pertencia ao pai, ao pater ou ao pater família, ou seja, ao chefe de família. Em outras palavras, o patrimônio representava a herança deixada pela família patriarcal, cujos bens poderiam ser distribuídos a outros membros da família por meio de testamento ou por intervenção de um representante legal (NUNES, 2007).

A partir da Idade Média, com a expansão do Cristianismo, o conceito de Patrimônio passou a incorporar também uma dimensão religiosa, com uma perspectiva coletiva, uma vez que os cultos aos santos se tornaram práticas comuns na sociedade, transformando os espaços de peregrinação em patrimônio de uso coletivo. No entanto, com o surgimento do Renascimento, essa dimensão coletiva ligada ao patrimônio foi suspensa, à medida que aumentaram os colecionadores de obras de arte e a catalogação de objetos antigos, transformando o significado de Patrimônio novamente em sinônimo de coleção particular.

No século XVIII, durante o contexto da Revolução Francesa, a definição de Patrimônio começou a incluir explicitamente um viés coletivo. Nesse período, surgiram preocupações com a preservação dos monumentos históricos, culminando na fundação, em 1837, da primeira Comissão dos Monumentos Históricos. Esta comissão subdividiu os monumentos em três

categorias principais: aqueles provenientes da Antiguidade, as edificações religiosas da Idade Média e alguns castelos, com um foco especial na preservação da arquitetura (NUNES, 2007). Em suma, a partir do século XVIII, a preocupação com a preservação do patrimônio não se limitava apenas à herança como propriedade familiar em âmbito privado, mas também se estendia às construções humanas que representavam bens coletivos, marcando a história de um povo.

O entendimento de Patrimônio como “conjunto de bens culturais que devem ser preservados resulta de uma série de transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental, intensificado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX” (LEAL; TEXEIRA; CHUVA 2014, p.10). Além de transformações históricas que demarcam o viés polissêmico atrelado ao vocábulo “patrimônio”, no Brasil, há uma recomendação acerca desses bens culturais que precisam ser preservados a partir da adoção de uma política organizada nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

A Constituição Federal (CF) de 1988, define os patrimônios culturais que devem ser preservados, segundo ela, mais precisamente através da Emenda Constitucional nº 42/2003, artigo 216 da CF/88: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Essa compreensão do Patrimônio no Brasil em duas categorias, material e imaterial, é fundamental para abarcar tanto os aspectos tangíveis quanto os intangíveis da cultura. A categoria material engloba as construções físicas e visíveis, como monumentos, edificações, e conjuntos urbanos, enquanto a categoria imaterial abrange os aspectos intangíveis da cultura, como os saberes, práticas, rituais e tradições.

Essa abordagem está intrinsecamente ligada à noção de coletividade e aos espaços ocupados por ela. Considera não apenas o espaço físico demarcado, mas também o contexto cultural, social e histórico que envolve a relação entre a população e os recursos disponíveis. Dessa forma, o Patrimônio Cultural é entendido não apenas como um conjunto de obras e monumentos, mas também como expressão das identidades culturais e nacionais de uma sociedade, refletindo sua história, valores e modos de vida. Com o intuito de preservar e reafirmar essas identidades nacionais foi criado em 1936 o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) surgido dentro do cenário modernista e de Estado Novo, que, por meio do tombamento favoreceu a proteção do patrimônio histórico (BERTAGNOLLI, 2015). O decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que deu origem ao SPHAN estabeleceu a proteção do patrimônio material a partir do tombamento tendo por base a organização de quatro livros: Livro

do Tombo Arqueológico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo de Artes Aplicadas e Livro do Tombo de Belas Artes (BRASIL, 1937). Ou seja, cada patrimônio dentro de sua respectiva categoria de livro.

O SPHAN ficou conhecido posteriormente como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IPHAN, por sua vez, compreende os patrimônios histórico-culturais e artísticos a partir de duas vertentes: a material (tangível) e a imaterial (intangível), sendo a primeira aquela que abarca os centros urbanos, paisagens naturais e os vestígios arqueológicos, enquanto que a segunda é representada pelas manifestações artísticas, sociais, rituais e atos festivos (LEZO et al., 2007). Nessa ótica, o patrimônio é então: “tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia”. (LONDRES, 2001, p. 69-78). Nesses termos Londres (2001) definiu as duas dimensões de patrimônio.

O patrimônio bem como a produção cultural estão relacionados. Nesse sentido, é conveniente mencionar que o uso de plantas para construção de casas, artesanatos, produção de medicamentos representam tanto patrimônio material quanto imaterial. No tangente aos usos das plantas a partir do viés imaterial é pertinente esclarecer o que são plantas medicinais, em conformidade com Flor e Barbosa (2015) as “Plantas medicinais são aquelas que possuem princípios bioativos com propriedades profiláticas ou terapêuticas (p.758)”. Seus usos estão condicionados à regulação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que regula as partes das plantas que podem ser utilizadas como insumos para os medicamentos (se a casca, se o caule, se as flores), de modo a controlar como essas “drogas vegetais” devem ser manipuladas.

Tal regulação, estabelece relação de responsabilidade do cuidado do homem frente à flora e a sua preservação, visto que é necessário, por exemplo tirar parte da espécie de planta desejada para a fabricação de garrafada ou chá, sem causar prejuízos que provoque a extinção dela. Historicamente, o uso de plantas como matéria prima para a produção de medicamentos de teor natural configura-se como uma prática milenar que remonta aos tempos primitivos, e que, ao longo das décadas têm assumido múltiplas finalidades, inclusive as mais recentes entre elas, que são: a farmacologia e a fitoterapia, as quais exigem manipulação e concentração de “drogas” provenientes de plantas medicinais. Contudo, importa destacar que para chegar à dimensão de uso a que conhecemos foi percorrido um longo caminho de transmissão cultural de saberes, de produção científica e acadêmica. Dito isso, é pertinente pontuar aqui, ainda que brevemente, uma faceta desse percurso histórico.

A esse respeito, postulam Peckolt; Peckolt (2016), no livro “*História das plantas medicinais e úteis do Brasil*” que:

Desde tempos imemoriais pretendem todos os povos encontrar no reino vegetal recursos com que aliviem ou debelem os seus padecimentos. Já no tempo dos Faraós (4000 anos antes da nossa era) os sacerdotes egípcios curavam por meio das plantas, e Hipócrates menciona o emprego de vegetais para a cura das moléstias. Por instinto, mero acaso, tradição ou falta de outros recursos, o certo é que tem sido em grande número de casos coroado de feliz êxito esse afã com que o vulgo se tem utilizado das plantas para aliviar ou curar os males do corpo (PECKOLT; PECKOLT, 2016, p.15).

Nessa perspectiva, é assertivo dizer que as plantas medicinais estão ancoradas essencialmente aos usos que a sociedade deu a elas dentro de cada cultura. Esse entendimento fica mais acentuado quando, por exemplo, se estuda a história da ciência, percebe-se a contribuição advinda do senso comum em relação aos usos e efeitos de plantas no processo de cura de doenças, o que ao longo da História assumiu efeitos positivos, mas também negativos, porque afinal era preciso testá-las, e nesse processo, houve efeitos colaterais, isto é, vítimas.

De acordo com o engenheiro agrônomo, Osmar Alves Lameira, a aparição do termo plantas medicinais no contexto brasileiro deu-se a partir da contribuição dos padres jesuítas, mas bem antes disso, os “colonizadores” já visualizavam nas práticas indígenas o uso de ervas de poder curativo, nas palavras de Lameira:

No Brasil, as primeiras referências sobre as plantas medicinais são atribuídas ao padre José de Anchieta e a outros jesuítas que aqui viveram durante os tempos coloniais. Eles formularam receitas chamadas “Boticas dos colégios”, a base de plantas para o tratamento de doenças. Várias populações indígenas faziam uso significativo dessas plantas e, mesmo com o processo de extinção desses povos, a informação acerca do uso das plantas para fins medicinais foi transmitida para as gerações seguintes e que, certamente, as transmitiram aos imigrantes europeus e escravos africanos (LAMEIRA, 2022, p. 997).

Ao que parece os padres jesuítas trouxeram a discussão do termo “plantas medicinais” para a academia, embora bem antes disso sua utilização já fosse comum entre as comunidades pré-colombianas. Mediante isso, a utilização de plantas para o tratamento de doenças denota transmissão geracional de saberes, cujo conhecimento tem proporcionado, até hoje, às comunidades mais carentes, as quais não têm acesso aos medicamentos manipulados, uma alternativa de recurso terapêutico mais acessível financeiramente falando. Além disso, essa possibilidade abre margem para a construção do imaginário das comunidades e o perpassa, o alarga, visto que são, antes, uma construção social ancorada em saberes transmitidos de geração a geração por meio de relatos orais, da relação do homem com a natureza, da relação com seus ancestrais, e ao mesmo tempo, com sua posteridade.

Nessa perspectiva, o IPHAN declara que o:

Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2012, p.1).

Nesse sentido, a imaterialidade assumida pelo patrimônio denota uma preservação dos saberes e fazeres geracionais, o que conseqüentemente estimula as identidades, ao mesmo tempo em que promove a diversidade cultural, fazendo com que o homem encontre soluções para seus problemas a partir das realidades que vivencia. Dito isso, é pertinente trazer o ponto de vista de Arturo Escobar, quem chama atenção na obra *“O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento”*, e indicar que: “[...] quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (ESCOBAR, 2005, p.70) [...]”. Em face disso, pesquisas que põem em evidência a contribuição dessas modalidades locais e regionais, de configuração do mundo como produtos de conhecimento como esta pesquisa faz são por demais desejáveis.

Além disso, por tratar-se de saberes que, conforme (Maciel; Neves; Júnior, 2020) vem sendo negados pela maioria dos centros acadêmicos, por não os considerarem válidos, mas que ainda assim “regem a realidade social das populações da Amazônia por proporcionarem soluções aos problemas das práticas sociais cotidianas do mundo do trabalho” (p.24), é que eles precisam ser discutidos, estudados em âmbito acadêmico.

Nessa sequência, serviram como alicerce durante a pesquisa bibliográfica os acervos de bibliotecas públicas municipais aos arredores de Nova Timboteua, a saber, Peixe-Boi, Igarapé-Açu, São Francisco do Pará e Santa Maria do Pará, através dos quais os dados foram comparados dando condições de estimar os acontecimentos envolvendo, principalmente, Nova Timboteua e Igarapé-Açu numa linha do tempo com os principais eventos relacionados a data de fundação inicial de Velha Timboteua com um recorte de datação do ano de 1800 a 1961, ou seja, da condição de vila a de cidade em 1961.

2.2. A pesquisa de campo de caráter descritivo

Esse estudo ganhou forma no final de 2022 no decorrer de algumas disciplinas no Curso de Mestrado em Estudos Antrópicos, tais como: Introdução à Arqueologia da Amazônia: movências estuarinas; Tópico Temático: Antropização e mudança na paisagem da Amazônia, as discussões promovidas nessas disciplinas foram basilares para a ampliação do projeto de

pesquisa que aqui se desenrola.

A partir do amadurecimento do projeto e dos referenciais discutidos nas disciplinas mencionadas, realizou-se a pesquisa de campo que nas palavras de (MINAYO, 2009, p.61) é aquela que “permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual se formulou uma pergunta, mas também para estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade”. Essa pesquisa de campo ocorreu a partir de técnicas de interrogação, que segundo Gil (2002) é dividida em três categorias: o questionário, a entrevista e o formulário. Para essa pesquisa de campo, utilizamos como instrumento para coleta de dados a entrevista “entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2002, p.115).

Nesse sentido, para a realização da pesquisa de campo foi necessário elaborar e aplicar um roteiro de perguntas, ou seja, aplicar entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada consiste num roteiro previamente organizado para ser aplicado numa situação face a face, e que permite ao entrevistador retornar a questão do roteiro sempre que perceber algum desvio, e ao mesmo tempo assegura ao entrevistado liberdade para discorrer sobre o assunto indagado abertamente (GIL, 2002). Nessa perspectiva, o roteiro da entrevistada utilizado foi o ilustrado abaixo:

PERFIL DO ENTREVISTADO	
NOME COMPLETO	
IDADE	
NATURAL DE:	
SEXO	

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A ENTREVISTA

1. Quem foram os primeiros habitantes do vilarejo? (de onde vieram, quais as origens deles?)
2. Qual era a base da alimentação dos primeiros habitantes da vila de Timboteua?
3. O Sr/Sra chegou a conhecer algum descendente de povos antigos que vivia por essa parte da cidade?
4. O que aconteceu com os antigos moradores daqui depois que a cidade de Nova Timboteua foi fundada?
5. O Sr/Sra sabe o que é isso? (mostrando uma lâmina de machado, pedra de corisco). O Sr/Sra já viu ou tem alguma dessa guardada?
6. Como era o espaço desse vilarejo quando você chegou aqui?
7. Sr/Sra lembra-se da época ou de relatos de quando essa vila teve início?
8. Sr/Sra sabe do seu Serafim dos Anjos da Costa? (o primeiro a chegar à localidade, e em 1888 requerer junto ao governo provincial o domínio dessas terras).
9. Aqui na vila tinha plantio de Timbó?
10. Por que a população da vila Timboteua entrou em declínio/decadência, teve fim? Houve algum conflito que fez com que isso ocorresse?
11. Você sabe o que são plantas/ervas medicinais?
() Sim () Não
12. Já fez uso delas alguma vez?
() Sim () Não () Nunca
13. Quais são as espécies de plantas medicinais que você utiliza?

- () Capim Santo () Verônica () Boldo () Alecrim () Camomila () Hortelã () Erva-doce ()
14. Outros: _____
15. Qual a utilidade deles? Para que servem?
16. Como as usa?
() Lamber () Chás; () Decocção () Infusão () Maceração () Garrafadas () Compressas () Cataplasmas () Pomadas () Outros: Quais ? _____
17. Quais são as plantas mais comuns de uso? As que tem maior frequência de uso por você?
18. Você conhece as garrafadas? Já fez uso delas alguma vez?
19. Como você faz para conseguir os ingredientes para os remédios que produz? Tem plantas? Compra? Como é?
20. Os remédios que você sabe fazer são comercializados? Você os vende?

O roteiro da entrevista formado por 20 questões foi elaborado visando investigar a origem (s) de Velha Timboteua, dos artefatos históricos sob domínio da comunidade local, fontes de economia, bem como a relação deles com as plantas medicinais, seus costumes e hábitos. A entrevista foi aplicada com 12 moradores, considerou-se uma amostragem de 12 pessoas num total 1.585 eleitores cadastrados na 33ª Zona da Justiça Eleitoral (BRASIL, 2024), ou seja, considerou-se a população adulta e que já vota.⁶

A escolha dessa amostragem deu-se a partir dos seguintes critérios: 1. Habitantes mais antigos da vila (ainda vivos), por conta da transmissão geracional da história do local; dentre eles uma memorialista da vila, a guardiã da história que ouviu e viveu, a esse respeito compete a definição proposta por Mendes (2007, p.37-38), nas palavras dela:

O memorialista não é um historiador, nem um cronista apenas, trata-se, na verdade, de uma testemunha da História. Seu testemunho restringe-se aos acontecimentos aos quais ele esteve ligado – como ator ou expectador (sic). Para escrever, o autor normalmente recorre a testemunhos de outras pessoas presentes ou mesmo a fontes documentais; contudo é a primeira pessoa que toma a frente na narração, organizando os fatos de acordo com a perspectiva pessoal de um indivíduo em particular.

O memorialista é então um guardião das histórias que viveu e das que ouviu serem contadas ao longo de sua vida. Os outros critérios utilizados na escolha dessa amostragem foram respectivamente: 2. Profissional que trabalha na agricultura ou na pesca, uma vez que essas atividades movimentam a economia local; 3. Profissional da área da Educação, para averiguar como a história local é ensinada ou não nas Escolas e 4. Membro de família de comerciantes, 5. Disponibilidade do entrevistado em responder aos questionamentos.

Para efeito de esclarecimento, na etapa de discussões dos resultados gerados a partir da aplicação da entrevista, os informantes são referenciados a partir de pseudônimos que mantêm parte de seus sobrenomes, essa nomenclatura tem por finalidade preservar as identidades dos

⁶ Não se utilizou os números populacionais gerados a partir do último Censo Demográfico do IBGE (2022) em virtude dos dados detalhados das vilas e agrovilas ainda não estarem disponíveis para consulta pública.

informantes e respeitar o que estabelece o Comitê de Ética. Dessa maneira, esses 12 entrevistados são apresentados com os seguintes perfis:

Quadro 3. Perfil dos entrevistados

PERFIL DOS ENTREVISTADOS					
PSEUDÔNIMO	PROFISSÃO	SEXO	IDADE	NATURALIDADE	DESCENDÊNCIA
Espírito	Agricultora aposentada	Feminino	78 anos	Vila dos Cearenses	Cearense
Santo	Agricultora aposentada	Feminino	84 anos	Vila Timboteua	Cearense
Ramos	Pescador	Masculino	43 anos	Vila Timboteua	Paranaense
Costa	Agricultora /aposentada/pescadora	Feminino	85 anos	Ribeirinha de Maracanã	Paraense
Lopes	Agricultor aposentado	Masculino	71 anos	Jaburu	Bragantina
Souza	Agricultora/aposetada	Feminino	82 anos	Peixe-Boi	Paranaense
Lima	Professora aposentada	Feminino	69 anos	Bragança	Belenense
Martins	Comércio	Feminino	84 anos	Sobral	Portuguesa
Brito	Comércio	Masculino	78 anos	Belém	Portuguesa
Vaz	Agricultor aposentado	Masculino	78 anos	Cearense	Cearense
Farias	Agricultora/pescadora	Feminino	59 anos	Vila Timboteua	Bragantina
Andrade	Pescador	Masculino	58 anos	Vila Timboteua	Bragantina

(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Além da entrevista foram feitos também registros fotográficos cuja finalidade foi apontar e demonstrar seus hábitos alimentares, organização social, base da economia local, usos medicinais e alimentares de plantas e palmeiras; costumes e elementos de sua cultura, em resumo, tinham por finalidade apontar o patrimônio da comunidade.

No mais, foram realizados também, já no ano de 2024, visitas de campo aos locais indicados pela base documental e bibliográfica de ocupação de povos ameríndios, tal visita consistiu em reconstruir (ainda que parcialmente) o percurso da estrada de ferro EFB bem como das origens dos povos que aqui viviam, daí houve registros fotográficos das localidades do Prata, onde há registro bibliográfico da existência de um quilombo, e também de aldeias que posteriormente deram origem a missão catequética lombarda do Norte na região, conversas informais com moradores, coleta de coordenadas geográficas com a finalidade de ilustrar por meio de recursos cartográficos os dados acerca das populações ameríndias na região bragantina, com elaboração de mapas construídos por Costa (2024) a partir das localizações das aldeias e do quilombo, dos remanescentes de quilombolas do Livramento. Essa fase da pesquisa, representa uma mescla das informações obtidas nas fontes documentais e bibliográficas com os dados encontrados na pesquisa de campo. A seguir algumas fotografias realizadas ao longo da antiga estrada da EFB, evidenciando parte do patrimônio cultural de natureza material que resistem ao tempo.

Figura 13. Antiga ponte da Estrada de Ferro Belém-Bragança em Jambú-Açu



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2022).

Na construção de cimento que sustenta as ferragens há uma data gravada que se remete ao ano de 1956. Dada a ação do tempo e a ação humana convém pontuar a qualidade desse ferro, assim como a estrutura de construção da antiga estrada, pois se fosse um ferro de baixa qualidade já tinha sido destruído pela ferrugem, mas ele se mantém intacto. A mesma observação pode ser feita tendo em vista a estrutura da Ponte do Livramento que preserva parte da estrutura férrea por onde passa hoje a PA 242 que liga Igarapé-Açu a Nova Timboteua conforme imagem a seguir ilustra:

Figura 14. Ponte do Livramento



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2023).

A imagem acima evidencia a pomposa estrutura física a qual a estrada de ferro estava ligada, bem como a engenharia pensada para produzi-la, indica também a estratégias de preservação desse patrimônio. A imagem a seguir evidencia a ruína da estação de trem localizada também no Livramento, demonstrando o valor cultural impregnado a ela, com enfoque para a estrutura, arquitetura da época, material utilizado e mais do que isso, pensar a construção histórica e identitária de um povo, uma vez que essa ruína mostra o que um dia foi nesse lugar.

Figura 15. Ruínas da estação de trem do Livramento



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2022).

Os registros fotográficos realizados enriquecem visualmente o que é discutido na base documental e bibliográfica, por isso são de suma importância também. Ainda nesse viés, a partir da aplicação da entrevista organizamos um quadro ilustrativo acerca das espécies de plantas medicinais utilizadas pelos moradores da Velha Timboteua. Ademais, foram feitos registros fotográficos das espécies de plantas medicinais utilizadas pela comunidade, conforme ilustrações abaixo:

Figura 16. Canteiro de babosa (*Aloe vera*)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Figura 17. Planta de Malvarisco (*Plectranthus amboinicus*)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

As imagens demonstram que há uma preocupação por parte dos entrevistados de terem próximo as suas casas plantas que possam auxiliá-los no tratamento de alguma enfermidade, que podem contar com plantios mais rebuscados como é o caso do canteiro, ou mesmo um simples vaso colocado na calçada de casa, ou ainda simples plantio no quintal de casa, como podemos visualizar nas imagens abaixo:

Figura 18. À esquerda Capim Santo (*Cymbopogon citratus*) à direita Jambu (*Acmella oleracea*)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Figura 19. À esquerda açafraão (*Curcuma longa*) à direita Canarana (*Costus arabicus L.*)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Dito de outra maneira, existe uma recorrência entre a vivência da população com as plantas de uso medicinais e isso fica mais acentuado quando demonstramos as imagens e aplicação da entrevista que gerou os dados organizados em um quadro. Diante disso, é correto dizer que para esse estudo, valeu-se das abordagens qualitativas e quantitativas, conforme explica Minayo (2010, p.57) a pesquisa de viés qualitativo é “[...] aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”. Por isso, essa abordagem é de suma importância, pois permite compreender procedimentos relacionados a grupos específicos, os quais são pouco conhecidos, favorece a construção assim como reformulação de conceitos (MINAYO, 2020).

Em contrapartida, nas palavras de Flick (2013, p. 22) “[...] a coleta de dados é projetada de uma maneira padronizada” quando se trata do cunho quantitativo. Isto é, há um tratamento mais analítico, quantificável, segundo Gil (2002, p.90) “nos estudos de natureza quantitativa, após o tratamento estatístico dos dados, têm-se, geralmente, tabelas elaboradas manualmente ou com o auxílio de computadores”, por conseguinte, ocorre a redação com base nos dados das tabelas, o que nesse estudo será realizado a partir de quadros que versam sobre a base da economia local, o uso de plantas (gerais e medicinais) utilizadas pela população local.

Ao discorrer sobre as diferenças entre a pesquisa de base quantitativa e qualitativa, Flick (2013, p.35) explica que: “A primeira está mais interessada nas frequências (e distribuições) dos fenômenos e nas razões para eles, enquanto a última se concentra mais nos significados vinculados a alguns fenômenos ou nos processos que revelam como as pessoas lidam com eles”. Sendo por isso, possível utilizar as duas vertentes na mesma pesquisa de modo a enriquecê-la. Nesse sentido, Flick (2009, p. 39) esclarece que: “[...] os aspectos estruturais são analisados com métodos quantitativos, e os aspectos processuais analisados com o uso de abordagens qualitativas”. Diante disso, para esse estudo apontamos os quadros e gráficos relacionados a Nova Timboteua como base quantificável da perspectiva quantitativa, e as discussões e aprofundamentos teóricas, registros fotográficos e recursos cartográficos afim de analisar o viés qualitativo dos dados quantitativos.

No mais, houve também para essa etapa de teor qualitativo, a observação participante, intermediadas por conversas informais com os moradores da sede do município, em especial os agricultores que vendem seus produtos na feira da cidade. A observação participante é entendida como aquela em que: “o observador participa em interação constate com todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentido

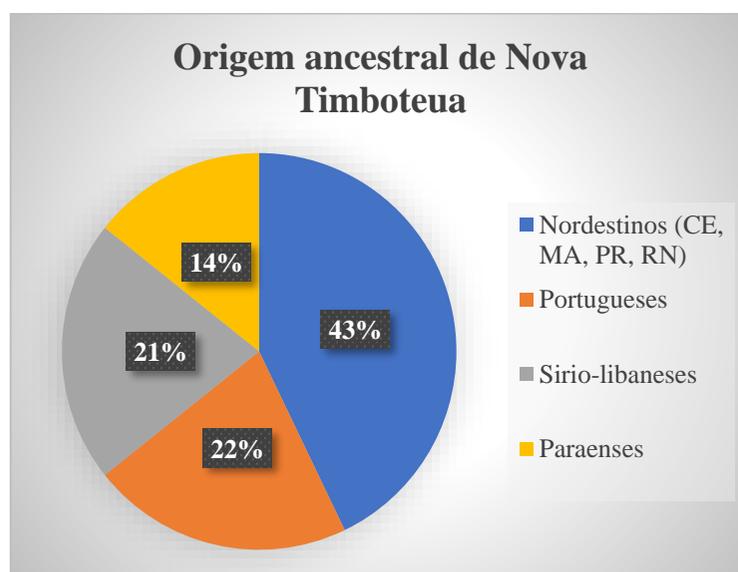
dessas ações, e interrogando sobre as razões e significados dos seus atos” (CHIZZOTTI, 2017, p.111), foi através das conversas informais e da observação participante que elencamos o panorama da base da economia que movimenta a cidade, que será apresentado na seção seguinte.

Em síntese, o passo a passo indicado durante a pesquisa de campo serviu de alicerce para a interpretação das informações iniciadas com a pesquisa documental e a bibliográfica, e serão alvo de discussões mais aprofundadas na próxima seção.

3. IDENTIFICAÇÃO ANCESTRAL: DOS PRIMEIROS HABITANTES À GERAÇÃO DE RENDA

A aplicação de entrevistas com os moradores mais antigos da Velha Timboteua, bem como, consulta aos documentos do Cartório do Único Ofício da Comarca de Nova Timboteua revelaram que a ancestralidade do município de Nova Timboteua é marcada pela predominância de quatro origens ancestrais, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Figura 20. Descendência ancestral de Nova Timboteua



(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Os Sírio-libaneses detinham-se às atividades do comércio de tecidos, padarias, prestação de serviços em cartório, inclusive na cidade de Nova Timboteua havia um bairro somente de Sírios-libaneses, onde a atividade comercial era mais acentuada, do mesmo modo foi com os Portugueses, eles dedicavam-se à comercialização de tecidos; mercearias de secos e molhados; aguardente; rapadura; vida política (vereadores), proprietários de galpões comerciais para prática

de comércio de regatão, e ainda, da venda/troca de alimentos agrícolas por produtos industrializados como foi o caso da Usina de Beneficiamento de Grão Germano Melo gerenciada por portugueses vindos do Paraná. Aos Nordestinos e Paraenses, por sua vez cabiam os serviços de agricultura, pesca, comércio de criações de aves e outros animais, bem como abertura de estradas.

Ao serem indagados acerca do que aconteceu com os primeiros habitantes que povoaram a vila de Velha Timboteua, a maioria dos entrevistados destacaram não saber (por não lembrar e outros por terem ido trabalhar fora por alguns anos), enquanto os que nunca saíram da vila, como foi o caso dos entrevistados: Ramos, Martins e Brito, segundo eles, mesmo após o decreto que extinguiu o povoado da Velha Timboteua, continuou existindo, eles afirmaram: “algumas pessoas mudaram para a sede (Nova Timboteua), outras morreram, mudaram para Maracanã e outras permaneceram aqui”.

Os primeiros habitantes da vila de Velha Timboteua, como é o caso da família Martins que se mantém até hoje da atividade de comércio na referida vila destaca que o pai dela, de origem portuguesa era proprietário de um galpão de malva, arroz e outros insumos que eram vendidos em Abaetetuba por via fluvial, além de ser proprietário também de um comércio local de secos e molhados, Martins afirma “o meu pai tinha um barco grande, ele levava pimenta, tabaco, algodão, para vender em Abaetetuba, passava de dois a três meses nessas viagens e quando voltava trazia cimento, telhas e tijolos que eram vendidos em Salinópolis”.

Essa fala indica que o domínio das atividades comerciais não se limitava ao espaço local, talvez por isso o vilarejo de Velha Timboteua não tenha se extinguido por completo tal como estipulado em 1906, pois havia uma força comercial ali estabelecida. Além disso, já havia pessoas trabalhando na atividade agrícola e que se recusaram a sair dessas terras. Nesse sentido, a territorialidade, é demarcada pela noção de pertencimento que emerge na coletividade, não é por acaso que há aglomeração de pessoas em dado espaço geográfico.

Ainda nessa perspectiva, muito antes da chegada dos imigrantes europeus, sírio-libaneses, portugueses, nordestinos, cearenses às terras de Nova Timboteua, antes mesmo de se pensar na construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, já viviam aqui povos originários com organização social, identidade religiosa, cultural, bem como, com costumes próprios, afinal de contas os artefatos arqueológicos comprovam isso.

Contudo, não há registro de nascimento de populações originárias no cartório da cidade, mesmo que os hábitos alimentares e os aspectos culturais evidenciem essa influência originária no território. Dessa maneira, é possível dizer que as heranças culturais demonstram que os modos de vida característicos de populações indígenas parecem ter se mesclado aos modos de vida dos

“colonizadores”, religiosos, espalhando-se pelos demais distritos, construindo assim uma miscigenação cultural genuinamente marcada por trocar culturais, afinal quando duas culturas distintas entram em contato, elas estão sujeitas a absorver um aspecto ou outro da cultura diferente, ainda que isso não ocorra com certa simetria (FREYRE, 1943).

Tal processo de trocas culturais não se deu apenas nos limites territoriais dos aldeamentos indígenas, mas teve expressiva manifestação também nos vilarejos e povoados que surgiram desse espaço, permanecendo alguns hábitos característicos de povos originários nos territórios formados posteriormente como foi o caso de Timboteua (vila) e Nova Timboteua. Esse processo de mescla cultural é manifestado em Nova Timboteua através da organização social, nos hábitos alimentares, na produção agrícola, nos cultivos de plantas comestíveis e medicinais e na relação do homem com a natureza.

3.1. Hábitos alimentares e atividade agrícola

Nesta seção, o enfoque de análise centra-se nas discussões acerca dos resultados gerados através da pesquisa de campo bem como da observação participante, tanto dentro da vila quanto dentro da cidade de Timboteua. Para efeito didático inicia-se com os dados da entrevista na Vila Timboteua, durante a aplicação de entrevistas semiestruturadas, mais precisamente nas questões que versam sobre as influências de povos originários no cotidiano Timboteuense, observamos que os 12 entrevistados listaram como base da alimentação a caça e a pesca, a informante dona Farias de 59 anos, natural da vila; indica a existência de uma divisão de tarefas entre homens e mulheres, essa divisão em muito se assemelha àquela dos povos originários. Ao responder o questionamento: Quais eram as formas de trabalho existentes? Ela disse:

A agricultura, a gente ia para o roçado com a mamãe, capinar, limpar a roça, milho, colher arroz, o papai ajudava às vezes, mas não era sempre, ele pescava e caçava muito, pegava tanto peixe... Como naquele tempo a gente não salgava, quando ele pegava muito dava para os vizinhos.

Vislumbra-se nessa fala da dona Farias, a presença marcante da divisão de tarefas, em que a mulher se dedicava à educação dos filhos e da lavoura, enquanto que o homem cuidava do sustento alimentar, provendo pescado e caça para a família. É importante destacar que não estamos aqui querendo impor o conceito de “comida indígena” como universal em todas as suas facetas, assim como sua organização, pelo contrário, embora seja:

[...] comum acreditar-se que os índios têm na mandioca e seus derivados – farinha, beiju etc. – a base de sua alimentação. Afinal de contas, usualmente se reconhece a

farinha de mandioca como a mais importante contribuição indígena para a culinária brasileira. No entanto, [...] tal afirmação é válida para apenas uma parte das sociedades indígenas do país. Outras tantas tinham no milho seu principal alimento, e outras a batata-doce (LEITE, 2007, p.183).

Nesse sentido, o que aqui se está apontando são as influências de hábitos alimentares bem como a organização social sob as quais a cidade viveu (vive), embora, esse, seja um discurso relativamente recente, tendo em vista a idade da entrevistada, e que o relato dela é o que se lembra de quando era criança, o que nos leva a supor que nas famílias anteriores à dela, tal divisão poderia ser mais acentuada. No decorrer da entrevista, percebemos também, certo incômodo por parte do marido, que permaneceu calado enquanto a esposa conversava. Do mesmo modo, as crianças da casa foram chamadas atenção para que não circulassem naquele espaço (da entrevista) pois ela estava conversando, ou seja, é um hábito historicamente construído e que talvez esteja cunhada também nessa divisão de atividades, de respeito aos mais velhos.

Esse é um exemplo claro daquilo que o historiador Eric Hobsbawn chamou de “tradições inventadas” que segundo ele representam um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, cuja finalidade consiste em estabelecer automaticamente a continuidade em relação ao passado. Isto é, continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 2002). O domínio das tradições inventadas é visualizado na manutenção de costumes e, em especial na organização familiar como demonstrado na fala da informante Farias; nos hábitos alimentares pontuados por Dona Santo, aposentada de 82 anos, ela afirma que quando chegou ao vilarejo, já com seus 44 anos, as pessoas já se alimentavam do que pegavam no rio, nas palavras dela: “Olha aqui do que mais as pessoas se alimentam é do rio, pegam peixe aí, até hoje é muitos pescadores [sic] que vão e pegam peixe para sobreviver, para comer”.

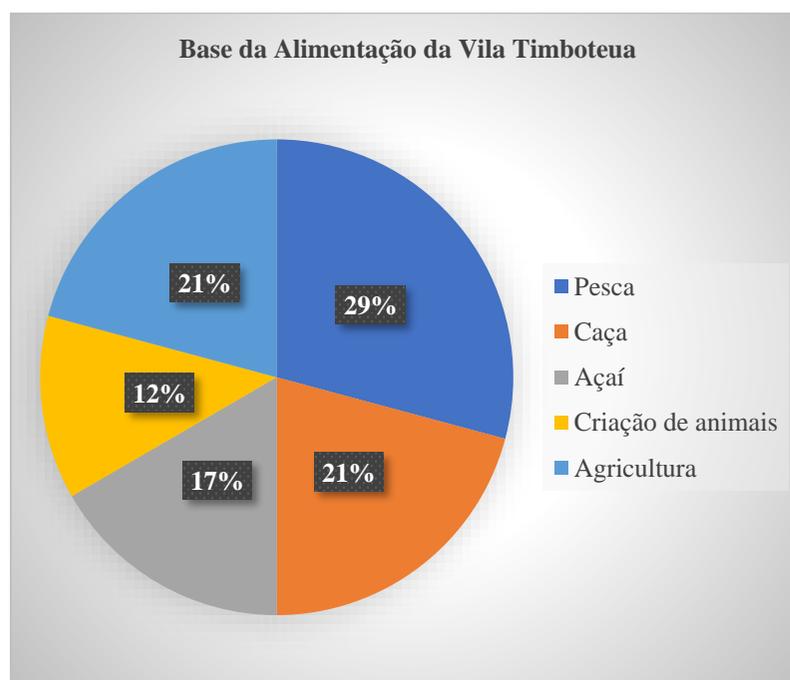
Diante disso, a pesca de subsistência é ainda, um costume de obtenção de alimentos característico das populações tradicionais da Amazônia, isso se deve a alta quantidade de rios que asseguram uma rica diversidade de pescados ao mesmo tempo em que proporciona à pesca uma forma de expressão cultural dos povos que vivem nessa região (DOS SANTOS; SANTOS, 2005). No mais, as tradições inventadas estão presentes também nos festejos religiosos que tem por finalidade manter hábitos/vínculos com o passado. A esse respeito, convém expor a resposta da professora aposentada com 69 anos, de origem bragantina, ainda sobre os hábitos alimentares, dona Lima contou:

Eles comiam peixe, os peixes desse rio, peixe, farinha, na língua deles né que eles falam, na nossa a gente fala inhame, na deles é cará da terra, macaxeira, mandioca,

beiju, aaah essa Franquelina⁷ fazia um beiju que o Antônio conta que ela fazia, botava muito leite de coco e botava dentro dum paneiro entalhado com folha, e botava perto do fogão dela, fogão de lenha (fumeiro) e ficava por dias e dias lá até chegar a semana santa, aí os meninos ficavam olhando para o paneiro (doido para comer) aí quando começava a escorrer aquele leite do coco eles gritavam: vovó a guariba⁸ mijou, já tá bom de comer (entrevistada dona Lima).

A descrição acima evidencia uma faceta da cultura, sendo essa vinculada aos costumes, aos patrimônios da coletividade sejam eles materiais, sejam imateriais resultantes das identidades de um povo como esclareceu Bertagnolli (2015). Além disso, conforme o recorte acima, os primeiros habitantes já haviam sido catequizados, ou seja, já mesclavam seus costumes nativos com os religiosos trazidos pela catequese (Semana Santa). Para encerrar a discussão dos hábitos alimentares organizamos em um gráfico síntese a listagem cedida pelos demais informantes acerca da base alimentar da vila em questão, conforme representação abaixo:

Figura 21. Síntese da base alimentar da Vila Timboteua



(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

⁷ Era uma senhora de descendência indígena que vivia às margens do rio Peixe-Boi e que atuava como parteira na Vila Timboteua e vilarejos vizinhos (informação colhida através da aplicação da entrevista com dona Lima, nora de Franquelina).

⁸ - Será que a referência à Guariba como nome do Beijú era devido ao tamanho (grande)?

- Não, segundo eles a guariba se a gente passar por baixo dela disque ela mija na pessoa, como o beiju escorria aquele leite eles chamavam de guariba.

Conforme ilustração acima no início da ocupação as atividades com maior potencial alimentar eram: caça, pesca e a agricultura, posteriormente o extrativismo do açaí e a criação de animais. Mediante aos recortes da entrevista e da organização dos dados em gráfico ilustrativo, é correto supor que quando os primeiros habitantes chegaram nesse território, seus antepassados já não eram mais nômades, posto que já tinham domínio da agricultura, criavam animais, ou seja, já havia ocorrido a transição de nômade para sedentarismo, não sabemos dizer ao certo se tal transição foi voluntária ou imposta. Todavia, a julgar pelo que nos dizem os escritores clássicos John Locke e Immanuel Kant sobre direito à propriedade como algo natural ao ser humano, e tendo em vista ainda, a teoria da ocupação efetiva de que nos fala Gilbert (2007) é provável que essa transição tenha sido imposta, afinal conforme pontua o autor:

Como resultado desta teoria de ‘ocupação efetiva’ das terras, os povos nômades foram considerados como legalmente inexistentes. Eles foram vistos como não sendo "civilizados" o suficiente para ter o direito de ocupar suas terras. Em relação às regras que regem o título de território, o ‘argumento agrícola’ resultou na crença de que os territórios habitados por povos nômades estavam vazios e abertos à conquista ou descoberta (GILBERT, 2007, p. 688).

Dito isso, a ocupação efetiva da terra seria um critério de tornar aquele espaço civilizado, cultivável e ao mesmo tempo santo, talvez aqui entre o papel exercido pela igreja com o processo de catequização de comunidades originárias por toda a América Latina. A julgar pela fala de Dona Lima, os descendentes de povos originários que fixaram moradia na Vila de Timboteua já eram “civilizados”, catequizados, os primeiros habitantes que entraram por engano no rio Peixe Boi e os que já viviam aqui, como foi o caso da parteira Franquelina.

Em relação ao extrativismo do açaí, a moradora de 85 anos, ex-pescadora, de descendência ribeirinha de Maracanã, aqui denominada de Costa afirmou: “mas o açaí era só para consumo, não tinha transporte para fora”. Ou seja, a açaí era para consumo local, não havia comercialização como atualmente há, é perceptível na fala da dona Costa a demarcação de mudança com relação aos usos do açaí. Nesse viés, ainda sob a ótica da tradição inventada, ela representa:

o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBBSAWM, 2002.10).

Diante disso, a tradição inventada de que nos fala Hobsbawn (2002) serviria então para manter ainda que parcialmente os usos tradicionais do açaí apenas para consumo local da comunidade, que pareceu ser desejo da entrevistada, o que pode ter sido influenciado pelos

problemas históricos relacionados às novas invenções e inserção dos moradores da vila nos moldes do capitalismo, no início dessa apresentação ao capitalismo houve retirada desenfreada do palmito de açaí na área de várzea da Vila Timboteua como pontuou Pinto (2017) no artigo “*Açaí e Manejo: Um impasse não resolvido na comunidade de Velha Timboteua-PA*”, o que consequentemente gerou nos moradores resistência às técnicas de manejo dos açaizais, mesmo que as técnicas mais modernas assegurem que a longo prazo haverá maior rotatividade e produção dos açaizais, há uma demanda emergente e local relacionada à sobrevivência da comunidade durante esse processo, pois o açaí é atualmente a primeira fonte de renda, de tal modo que o manejo garantiria a produção a longo prazo, mas deixaria de suprir as necessidades a curto e médio prazo (PINTO, 2017).

3.2. Panorama comercial: do histórico ao atual

A mudança das famílias de Velha Timboteua para a Nova Timboteua foi estratégica e motivada pela possibilidade de alargar a atividade comercial, uma vez que a estrada de ferro permitia isso. Nesse sentido, a base da economia da cidade de Nova Timboteua, desde a aparição do vilarejo de Velha Timboteua esteve pautada na produção agrícola e nos hábitos de pesca. O quadro a seguir evidencia diversificação agrícola produzida pelas agrovilas que constituem a sede da cidade.

Quadro 4. Produção agrícola de Nova Timboteua

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE NOVA TIMBOTEUA	
LAVOURAS ALIMENTARES	LAVOURAS INDUSTRIAIS
Mandioca	Mamão
Milho (em grãos)	Maracujá
Feijão (em grãos)	Pimenta-do-reino
	Limão
	Acerola
	Murici
	Graviola
	Mel

(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva 2024).

Contudo, nem sempre essas lavouras foram cultiváveis no município, houve uma transformação na produção agrícola que está ligada às mudanças ambientais produzidas pelas ações antrópicas, isso porque a interferência do homem no espaço produziu ao longo dos anos não só alterações nos solos, como também, o aumento de pragas e consequentemente a mudança de lavouras cultiváveis.

De 1948 a 1952, a produção agrícola do município de Nova Timboteua advinha do algodão em caroço, arroz em casca, cana de açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, borracha (1948 a 1949) e madeira, além do comércio de pele de veado (CRUZ, 1955). A lavoura da cana de açúcar era tão significativa no município que havia inclusive engenhos de cachaça e rapadura distribuídos entre os distritos de Nova Timboteua, Timboteua e Peixe-Boi, assim organizados:

Quadro 5. Engenhos de cana de açúcar

Engenhos de cachaça e rapadura	Engenhos de rapadura	Localização e proprietário
São João		Na colônia, margem do rio Peixe-Boi, de A. Henrique.
São José		No quilômetro 168, de Crispim Fernandes da Silva.
Santo Antônio		Na colônia, margem do rio Peixe-Boi, de Raimundo Rodrigues e Irmão.
Engenho de rapadura		
São José		Travessa Jutaí, de Manuel Bezerra.
São Miguel		Travessa Jutaí, de Antônio Miguel da Silva.
Santa Rita		Travessa Cedro, de Lourenço Charlet Queiroz.
São João		Travessa Jutaí, de João Joaquim de Souza.
São Francisco		Travessa Samaúma, de Inácio Tavares.

(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024, baseado em CRUZ, 1955).

Os proprietários desses engenhos eram de descendência portuguesa, sírio-libanesa e paranaense, a produção de aguardente e rapadura eram vendidas nas casas de comércio local e nos próprios engenhos. Além dessa atividade comercial de cunho “empresarial” havia também o comércio de peles de veado, que chama atenção porque sinaliza para a quantidade de animais dessa espécie existentes nessa área, o que pode ter provocado ameaça de extinção desses animais na região de Nova Timboteua.

Em 1995, foi produzida uma importante obra sobre a cidade de Nova Timboteua da autoria de Monteiro (1995), nesse trabalho de conclusão de curso, a autora lista como base da economia, a lavoura alimentar de arroz, contudo, hoje, o plantio de arroz não é mais feito, a justificativa dada pelos agricultores para isso deve-se a três fatores, o primeiro deles tem relação direta com o fim da plantação por volta dos anos 2000, provocado pelo aumento de pragas que invadiu os plantios de arroz, o segundo é o de que não se tem mais terras férteis para esse plantio, e por fim o fato de ser mais cômodo comprar os produtos já industrializados/embalados, do que enfrentar todo o processo do plantio até a colheita.

Tal realidade indica novamente os efeitos das mudanças ocasionadas pela interferência antrópica no espaço e ao que parece também pela ausência da diversidade de espécies agrícolas capazes de sanar a carência de nutrientes de dada área, uma vez que “a diversificação da agricultura aumenta sua resistência frente a mudanças climáticas e condições adversas como

enchentes, secas, empobrecimento do solo, pragas e doenças” (BRASIL,2021, p. 16). Caso parecido aconteceu com os plantios de algodão, que também teve seu plantio suspenso pela presença de pragas que diminuíram a produção, fazendo com que a safra não pagasse se quer o trabalho feito na colheita.

A partir da observação participante e de conversas informais com os feirantes da cidade de Nova Timboteua, organizou-se um quadro com as bases atuais da economia do município, afim de detalharmos como está organizada a geração de renda da cidade, os dados estão organizados no quadro abaixo:

Quadro 6. Base da economia de Nova Timboteua

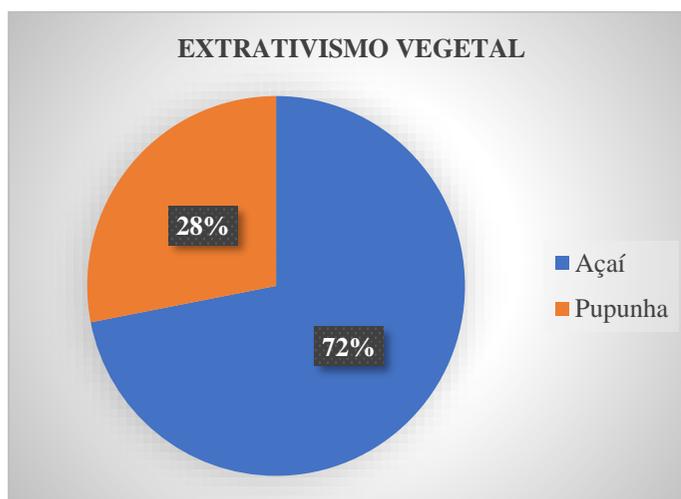
AGROVILAS	BASE DA ECONOMIA
Mapiva	Açaí, agricultura, balneários
Velha Timboteua	Pesca, açaí, agricultura
São Pedro	Agricultura
Curva	Agricultura
Carneiros	Agricultura
Samaúma	Agricultura, mel, madeira, dendê
Pau Amarelo	Agricultura
Sapucaia	Agricultura, Balneários
Km 15	Agricultura, mel
Km 6	Balneários, agricultura
Km 4	Mel, Agricultura, Balneários
Cajueirinho	Agricultura
Traquateua	Agricultura, Balneários, Piscicultura
Cantina	Agricultura
Terreirão	Agricultura, Avicultura
Quatro Bocas	Agricultura, hortaliças, fábrica de tapioca
Boa Vista	Agricultura
Cearenses	Pesca, açaí, agricultura
Jutaí	Agricultura
Santa Clara	Agricultura
Santa Luzia	Agricultura
Nova Timboteua (SEDE)	Funcionalismo Público, Comércio, Agricultura, Mel, Piscicultura, Avicultura, Suínos, Pecuária Aquicultura, hortaliças, associações, costureiras, taxistas, balneários.

(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Percebe-se que, embora haja a presença de outras bases econômicas, tais como serviço público e comércio, a agricultura ainda é o que movimenta e produz renda com expressividade nas agrovilas da cidade. Os pequenos agricultores de hoje enfrentam não só a ameaça de pragas em suas lavouras, mas também a concorrência com os grandes proprietários de terras, os quais plantam grande quantidade de roça, feijão, milho e açaí, o que deixa em desvantagem a produção agrícola dos pequenos agricultores, que por não terem um mercado certo para seus produtos

acabam tendo que se deslocar para outras cidades para vender aquilo que produzem como ocorre com a produção extrativista dos pequenos agricultores ilustrada adiante:

Figura 22. Extrativismo vegetal de Nova Timboteua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Conforme ilustrado acima, a maior oferta extrativista do município está ligada ao comércio do açaí. Além disso, são também cultivadas outras culturas, tais como coco e milho na lavoura timboteuense, contudo, o aumento do extrativismo de açaí tem ocorrido no estado do Pará desde a década de 1990 e deve-se à possibilidade de congelamento da polpa. (HOMMA et al., 2006). No caso de Nova Timboteua, o aumento está condicionado a isso, e aos plantios nativos em áreas de várzea como é o caso da Vila Timboteua, mas também ao gradativo número de plantios particulares. Diante disso, Homma (1996, p.79) pontua que:

O extrativismo vegetal transformou-se em opção adequada para a Amazônia e para as florestas tropicais, como uma maneira de proteger a biodiversidade, reduzir desmatamentos e queimadas, melhor alternativa econômica, assegurar os direitos de populações e minorias que dependem do extrativismo, entre dezenas de outras acepções.

Nesse sentido, o extrativismo vegetal representa uma alternativa econômica rentável capaz de assegurar o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado como preconiza a Constituição Federal de 1988. A imagem a seguir expõe um plantio de açaí em área de várzea.

Figura 23. Açai em área de Várzea em Nova Timboteua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Percebe-se que o espaço desse plantio não é área de várzea, isto é, não se trata de área de igapó, o que exige a presença de um sistema de irrigação capaz de suprir a necessidade de água da planta especialmente em épocas de verão. Isso implica dizer também que o proprietário precisa ter além de conhecimento sobre sistema de irrigação, dinheiro para gerir o plantio até que ele esteja produzindo, isto é, gerando renda. Vale ressaltar ainda que a predominância dessa atividade extrativista favorece a polinização natural, “a polinização é um dos mais importantes serviços ambientais, pois promove a diversidade genética vegetal, aumentando a resiliência dos ecossistemas terrestres, além de prover benefícios para o bem-estar dos seres vivos (WOLOWSKI et al., 2019). Dessa maneira, a produção extrativista configura-se como uma potencialidade não só de geração de renda, como também de bem-estar dos demais seres vivos que ocupam o espaço coletivo, tais como animais, plantas, insetos e pessoas.

Outra modalidade extrativista também comum, é o extrativismo da pupunha, contudo, em face da carência de mercado, na época de safra da pupunha os colonos deslocam-se para vendê-la em outras cidades, acerca desse deslocamento pontua Homma (1996, 85):

A domesticação dos recursos extrativos tende a ocorrer por diversas razões, como, o crescimento do mercado, a baixa rentabilidade na forma extrativa, o aumento da produtividade da terra e da mão-de-obra. O alto custo da extração, etc. Mesmo sem ter esgotado as possibilidades do extrativismo vegetal, o processo de domesticação tende a ocorrer principalmente quando favorecido pelo crescimento do mercado e por preços favoráveis.

O deslocamento dos colonos para outros centros urbanos, para a venda de produtos provenientes da agricultura e do extrativismo decorre em síntese da carência de mercado na cidade de Nova Timboteua que valorize a produção, e ao mesmo tempo pela oferta de preços favoráveis em outros centros comerciais. A imagem abaixo destaca parte desse processo na Vila de Traquateua.

Figura 24. Pupunha (*Bactris gasipaes*) da Vila Traquateua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A imagem acima põe em evidência parte do processo do extrativismo de pupunha na vila Traquateua, isto é, a sua retirada para venda no mercado da cidade de Capanema-PA. Essa realidade revela que há carência de um plano de gestão que possa amparar esses agricultores de modo a assegurar que eles tenham um mercado certo para venda de seus produtos, de tal modo que isso diminuiria a venda de terrenos agrícolas, o crescente êxodo urbano e até os índices de pessoas que deixam a cidade para tentar uma vida melhor em Santa Catarina, por exemplo.

3.3. A hidrografia como fonte econômica: aspecto social e ambiental

Os usos das águas pela comunidade de Nova Timboteua envolvem a atividade comercial, a oferta turística (balneários) e os usos para a agricultura. No início da ocupação do território

timboeense, as águas eram utilizadas para o comércio fluvial em grandes e pequenas embarcações através do rio peixe-boi interligando o município com outras cidades, tais como: Santarém Novo, Santarém, Salinópolis. Atualmente, a comunidade da Velha Timboteua faz uso das águas para atividades de comércio com a pesca de caranguejo em Santarém Novo e para a coleta do açaí nas áreas de várzea, bem como para ir ao trabalho na roça através de suas canoas.

Além disso, há utilização das águas para usos domésticos, para irrigação da agricultura familiar e abastecimento dos bairros da cidade, além das ofertas econômicas e turísticas, possibilitadas pela utilização das águas para criação de peixes, igarapés e balneários que movimentam a economia local. É comum encontrarmos na cidade, e em suas vilas, lagos e lagoas destinadas para a atividade de piscicultura, o que assegura a família a produção de renda a partir de um recurso natural sem comprometer a sua qualidade.

Nos últimos anos, houve um aumento das ofertas turísticas no município de Nova Timboteua, especialmente no que diz respeito aos usos das águas para balneários, os quais atendem as necessidades de lazer da população local ao mesmo tempo em que a coloca em contato com turistas de outras cidades que visitam esses espaços principalmente aos finais de semana. Tendo em vista isso, adiante são ilustrados os espaços que são atrativos turísticos da cidade de Nova Timboteua, a saber:

Figura 25. Balneário Ângelo Gomes aos finais de semana- 2024



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024)

O balneário do Ângelo Gomes sobressai-se em oferta turística na cidade em virtude de ter entrada gratuita; as águas das piscinas naturais serem bem geladas, além de dispor de amplo espaço para assegurar estacionamento para os banhistas, como as imagens dos ônibus ilustram são muitos visitantes aos finais de semana. Existe também no local vendas de comidas com preços acessíveis ao consumidor final, os proprietários são apicultores na vila do quatro (também em Nova Timboteua), e aos finais de semana gerenciam o balneário, aproveitam a oportunidade para venderem seus produtos aos turistas, inclusive há uma placa logo na entrada do balneário colocando em evidência a venda de mel, conforme constatado na imagem a seguir:

Figura 26. Placa de venda de mel no Ângelo Gomes (2024)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Diante disso, é importante definir o que são as atividades turísticas, utiliza-se aqui a definição proposta pela Organização Mundial do Turismo, e que é internacionalmente aceita, segundo a qual, o turismo é “a soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de

residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (BARRETO, 1995, p. 12). Nesse sentido, as atividades ofertadas em Nova Timboteua, não representam apenas passatempo nas horas vagas, pelo contrário, trata-se de atividades de lazer que movimentam a economia, geram renda para os proprietários assim como oportunidade de emprego para os habitantes da cidade, ou seja, são estabelecidas relações comerciais a partir da oferta de produtos e serviços por uma mão de obra que viu na oferta turística uma identidade de viés econômico.

Outro balneário de expressiva relevância econômica e de lazer é o São Francisco, conforme representação a seguir:

Figura 27. Balneário São Francisco aos finais de semana-2024



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

O Balneário São Francisco também é aberto à visitação, é resultado de uma interferência humana no curso natural da água, visto que foi preciso alargá-lo. Além disso, o espaço conta também com campo de futebol em que os banhistas formam seus times de futebol, vôlei, queimada, e outros jogos recreativos competindo entre si por premiações diversas. No mais, percebe-se tanto no Balneário Ângelo Gomes como no São Francisco uma preocupação com a manutenção das árvores ao redor do igarapé, o que pode ser justificado por tratar-se de local que fica sob os cuidados de uma família específica advinda do interior da cidade, que vive e sobrevive da renda gerada do balneário e da agricultura (que em ambas há necessidade de água).

Diante disso, a conservação dos balneários, especialmente nos interiores do município tendem a estarem pautadas no pressuposto do cuidar de que nos fala Boff (2014), segundo ele, o cuidado: “abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo [diz respeito a] uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (BOFF, 2014, p. 35). Essa atenção concedida a esses espaços de lazer e renda, é intensificada pela necessidade de utilização desse recurso finito para outras finalidades, tais como, irrigação nas lavouras de mamão, maracujá e pimenta do reino, utilização na pecuária, para fonte de subsistência de outras espécies de animais.

No mais, há outros balneários na cidade que não recebem tantos visitantes quanto os dois já mencionados, mas que ainda existem, estão entre os mais antigos que ainda resistem ao tempo e as ações antrópicas: Passaginha, Tubo e Ponte do Traquateua, os famosos, agora quase obsoletos: Barrada, Tabaco, Seis (Osiel) e Pega-Leve que inclusive foram listados no Inventário Turístico de Nova Timboteua realizado em 2016 pelo SETUR, os mais novos e visitados com frequência pelos moradores locais além do São Francisco e Ângelo Gomes, que são: Balneário da Clarisse, Balneário do Antares e o Balneário do Mauro, entre tantos outros que mais afastados da Sede da cidade, isto é, em outros vilarejos.

Embora haja essa preocupação de preservar os novos espaços de turísticos, a oferta turística de Nova Timboteua ainda não é considerada “sustentável”, tendo em vista que Boff (2012) conceitua a sustentabilidade enquanto:

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

Diante disso, para o desenvolvimento de um turismo com indícios sustentáveis (ecoturismo) na cidade, a população necessita de orientação, acompanhamento e incentivo das políticas públicas capazes de fortalecer não só a economia local, mas também a preservação ambiental local. Além de a própria comunidade preocupar-se com os espaços de uso comum e não somente da preservação de propriedades particulares, pois embora, o trabalho de Alves et al., (2019) aponte que no município há preocupação com a preservação das águas, tal preocupação não parece ser unânime já que o antigo balneário do Igarapé grande (Luís Leandro) está desde muito tempo em completa situação de abandono, o igarapé assoreou, em primeira análise pela carência de um tubo que permitisse a passagem da água de um lado a outro da

estrada⁹, o que acabou favorecendo que as águas das chuvas adentrassem o espaço do igarapé. A imagem a seguir demonstra o estado de abandono:

Figura 28. Balneário Igarapé grande



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Localizado no ramal da Travessa Cariteua que liga a cidade de Nova Timboteua às vilas de Cariteura, Terreirão e Traquateua, esse igarapé já recebeu inúmeras visitas e fez parte da infância de crianças e adolescentes, assim como da vida adulta de diversas pessoas. Contudo, não passou alheio às ações antrópicas, isto é, às interferências humanas na transformação do ambiente. Dito de outro modo, foi alvo do impacto ambiental, a esse respeito a Resolução do CONAMA nº 001/86, define em seu artigo 1º que o impacto ambiental é qualquer: “alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetem:”

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

⁹ Os tubos de concreto eram trocados quando apresentavam estado de danificados, isto é, quando quebravam e impediam a passagem dos moradores por essa estrada, porém pela falta de interesse do Poder Público e ausência de cobrança da população para a preservação desse patrimônio ele se encontra nessas condições.

Diante disso, há predominância de impacto ambiental na cidade de Nova Timboteua materializado através da realidade do Igarapé grande, que devido a fatores naturais, tais como a chuva, somado as ações antrópicas (desmatamento, queimadas) têm contribuído para a transferência de sedimentos (areia, poeira, vegetação) de uma área a outra, deixando o local propício para as enxurradas, contribuindo assim para o assoreamento do igarapé. Realidade que se agravou com o processo de transferência do lixão a céu aberto (da sede da cidade para a vila de Cariteua) próximo de onde está situado o balneário, a imagem a seguir ilustra o lixão:

Figura 29. Lixão a céu aberto da cidade de Nova Timboteua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Esse lixão fica localizado a menos de dois quilômetros do antigo balneário do Igarapé grande, o que pode comprometer a qualidade da água potável da nascente próxima, já que é recomendado que: “Não devem existir quaisquer corpos hídricos, como nascentes, cursos d’água, lagos, etc., a uma distância inferior a 200 metros da área do lixão” (NOGUEIRA, 2015, p.36). A predominância do lixão é reflexo do aumento populacional, que provoca também uma alteração antrópica do espaço e sua localização próxima à nascente demonstra que não houve planejamento estratégico para essa fixação. Apesar disso, o lixão foi fixado, e numa localidade próxima cerca de 500 metros foi inaugurado um novo balneário: o Balneário da Clarisse.

Em 2024 o igarapé grande e o balneário da Clarisse em decorrência da proximidade da vasta área de desmatamento para fixação de fazendas enfrentam o risco de desaparecer por completo, a imagem a seguir evidencia essa realidade de desmatamento entre os dois balneários,

sendo o igarapé grande o mais afetado tendo em vista sua posição de descida em relação a área desflorestada.

Figura 30. Vasta área de desmatamento próximo ao Igarapé grande



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Essa área de desflorestamento encontra-se entre o igarapé grande e o lixão, ela é resultado do intenso processo de êxodo rural já alertado por Monteiro lá em 1995, e ainda recorrente até os dias atuais no município, posto que os pequenos agricultores vendem suas terras para os fazendeiros e latifundiários para tentarem a vida na cidade, e sem a geração de emprego acabam voltando para trabalhar por diárias para esses fazendeiros ou mesmo para os colonos que ainda têm sua própria terra, ou ainda, indo tentar a sorte em Santa Catarina, nas indústrias de fabricação de roupas. Tal fato, demonstra que além de não haver uma preocupação ambiental, a cidade não dispõe de incentivos a geração de empregos seja na modalidade empresarial seja no incentivo ao pequeno agricultor.

Caso parecido com o que ocorreu com o Igarapé grande, aconteceu também com o da Água Boa, um importante igarapé do município famoso por ser a principal atração turística da cidade como pontuou Monteiro (1995). Contudo, decorridos 29 anos, eis a situação do igarapé da Água Boa, vide ilustração:

Figura 31. Igarapé da Água Boa em 2024

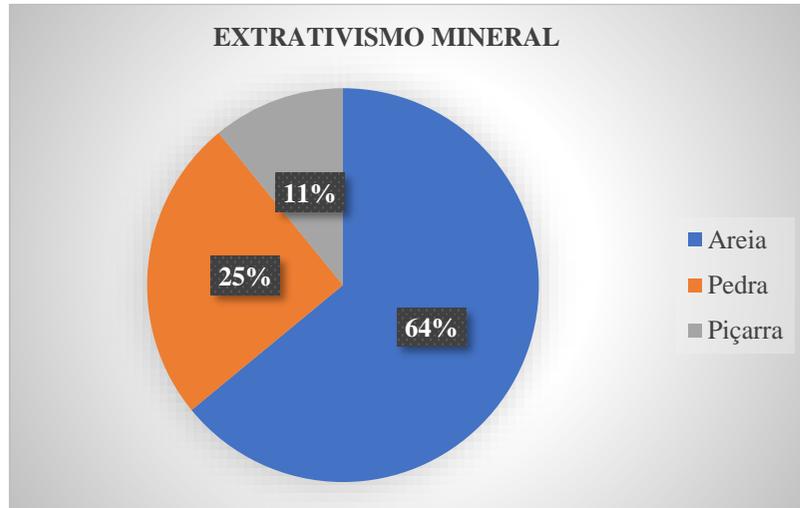


(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Esse Igarapé também apresenta marcas de assoreamento explícitas, embora não haja nas proximidades área desmatada, o assoreamento é um fenômeno que pode ocorrer tanto pela perda da vegetação ao seu entorno quanto pelo acúmulo de lixo proveniente da ação antrópica no ambiente. Nesse viés, Carvalho; Mendes (2018, p. 2) explicam que: “as causas de erosão são muitas, devido ao aumento da população com necessidades diversas. Os prejuízos e problemas não ficam somente em aproveitamentos de recursos hídricos”. Diante disso, importa salientar os prejuízos para o meio biótico com diminuição das espécies de animais e plantas que vivem no ambiente, isto é, compromete-se a fauna e a flora (Fortes et al., 2015).

Ainda no aspecto relativo aos impactos ambientais é salutar destacar o extrativismo mineral, “O extrativismo mineral está fortemente correlacionado à destruição da natureza, reduzida a mero recurso à disposição do capital, e que, por isso, são ações geradoras de conflitos com as práticas territoriais realizadas por povos do campo e por comunidades tradicionais” (ANTONINO, 2017, p.2). As práticas extrativistas realizadas em Nova Timboteua estão em consonância com a figura a seguir:

Figura 32. Extrativismo mineral de Nova Timboteua



(Elaborado por: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Trata-se de retirada do solo de elementos não-renováveis, isto é, o espaço não será mais o mesmo após a retirada da areia, da pedra e piçarra. A imagem a seguir demonstra a atividade de um areal:

Figura 33. Impactos ambientais causados pelo extrativismo de areia



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A escavação para retirada de areia, piçarra e pedra modificam o ambiente causando danos como: perda da vegetação natural, diminuição das espécies de plantas e animais que vivem nesse habitat, além de provocar a erosão do solo (CARDOSO; CAMPOS, 2010). A esse respeito, Silva

(2013, p.20) pontua: “É comum em áreas mineradas a processos erosivos resultantes da exploração mineral, feições como erosão laminar, sulcos, ravinas e voçorocas são exemplos característicos de identificação de tais processos”. O que também pode contribuir para a promoção da transferência de sedimentos através dos ventos, além de contribuir também para a erosão hídrica, como já ocorreu em um antigo areal da cidade. Essas consequências sinalizam para a necessidade de política de controle ambiental da mineração, cuja finalidade é reduzir os impactos ambientais, que se é feita, não está sendo suficiente.

3.4.O papel das palmeiras na economia da Vila Timboteua

A partir da aplicação da entrevista e da observação participante é correto dizer que no território pertencente à Vila Timboteua-PA, há o predomínio de palmeiras de frutos comestíveis, tais como: caraná (*Mauritia carana*), buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*), açai (*Euterpe oleracea*), pupunha (*Bactris gasipaes*). A ilustração a seguir demonstra a sequência de frutos provenientes dessas palmeiras.

Figura 34. Frutos comestíveis de Palmeiras da Vila Timboteua-PA



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2023).

Os frutos de caraná e buriti são usados na produção de licores, porém a mais popular, mais consumida fruta de palmeira é o açai, inclusive com áreas de plantio em propriedade particular. A especialista em Gestão ambiental e manejo de paisagem, Pinto (2017), postula que:

Nessa região extensa de várzea, há a predominância de açazais ao longo de seu principal rio, o rio Peixe-Boi. A grande parcela da população, que não possui emprego e renda fixa utiliza como principal atividade econômica a prática extrativista, que se trata da colheita do fruto de açaí, cujo período de safra ocorre anualmente de agosto a dezembro, quem participa da coleta do açaí em Vila Timboteua são homens, mulheres e crianças. Os tiradores mais antigos conhecedores de todas as áreas de açazais passam esse conhecimento para os filhos e netos (PINTO, 2017, p.7).

Nesse sentido, o extrativismo de açaí na vila Timboteua é uma prática tradicional transmitida de geração a geração e que faz parte do ciclo produtivo e econômico. Ainda em conformidade com a autora já mencionada, na Vila Timboteua, o extrativismo é tão expressivo a ponto de ser usado “[...] cerca de 20% desse recurso como fonte de alimento e 80% como fonte de renda (PINTO, 2017, p.9)”. Ou seja, a comunidade depende do açaí, especialmente as famílias que não tem renda nem emprego fixo.

Além disso, existem outras plantas predominantes na vila, e que, ainda são utilizadas para finalidades diversas, a partir das conversas informais com os moradores construiu-se um quadro com a relação dessas palmeiras e seus usos:

Tabela 3. Plantas úteis entre os Timboteuenses

Nome	Nome Científico	Usos					
		Fruta/bebida	Palmito	Construções diversas	Cobertura de tetos	Artesanato	Outros
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.						
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.						
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.						
Caraná	<i>Lepidocaryum tenue</i> Mart.						
Cipó timbó-açu	<i>Serjania laruotteana</i> Cambess.						
Coco Babaçu	<i>Attalea compta</i> Mart.						
Guarimã/ Guarumã/Arumã	<i>Ischnosiphon gracilis</i> (Rudge) Körn.						
Inajá	<i>Attalea maripa</i> (Aubl.) Mart.						
Junco	<i>Acorus gramineus</i> Sol. ex Aiton						
Malva	<i>Helicteres sacarolha</i> A.St.-Hil., Juss. & Cambess.						
Marajá	<i>Bactris acanthocarpa</i> Mart.						
Morototó	<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire et al.						
Murumuru	<i>Astrocaryum ciliatum</i> F.Kahn & B.Millan						

Paxiúba	<i>Iriartea deltoidea</i> Ruiz & Pav.						
Pupunha	<i>Bactris acanthocarpa</i> var. <i>exscapa</i> Barb.Rodr.						
Sororoca	<i>Stromanthe stromanthoides</i> (J.F.Macbr.) L.Andersson						
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G.Mey.						
Ubim	<i>Geonoma brevispatha</i> Barb.Rodr.						

(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

O quadro acima indica que há na Vila Timboteua o predomínio de um conhecimento tradicional, isto é uma herança cultural relacionada à produção artesanal a partir de plantas, palmeiras encontradas na natureza, produção essa semelhante àquela dos povos originários: paneiros, peneiras, abanos, cacuris, hábito alimentar de frutos e licores. Entretanto, os usos que se faz dessa herança cultural ameríndia não é total, pois está condicionado as necessidades e exigências locais de uso, afinal:

alegar, contudo, que o conhecimento tradicional é recebido em sua totalidade dos antecedentes genealógicos, como um legado do passado, equivale a admitir que a experiência presente dos povos ao habitar a terra não tem nenhum papel na sua constituição (INGOLD; KUTTILA, 2018, p. 172).

Diante disso, por tratar-se de outras pessoas, de outra época com modos de vida diferentes, seria impossível e até arbitrário dizer que os conhecimentos e fazeres foram passados de geração a geração sem interferência nenhuma. Nesse viés, o conhecimento tradicional diz respeito aos usos da terra, posto que é na relação com ela, os animais e as plantas que o conhecimento é gerado (INGOLD; KUTTILA, 2018). Diante disso, o conhecimento tradicional expressa-se na confecção de instrumentos de pesca, no artesanato, na construção de casas, na alimentação.

4. MANUTENÇÃO DAS TRADIÇÕES ORIGINÁRIAS: O OLHAR DA MISCIGENAÇÃO CULTURAL

Ao analisarmos a influência originária no cotidiano dos moradores da Velha Timboteua percebeu-se que são mantidos costumes como: pesca de peixes, camarão (*Macrobrachium carcinus*), caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), caranguejo sarará (*Armases benedicti*),

informações confirmadas a partir da observação e aplicação de entrevistas com moradores da Vila Timboteua, realidade não só da vila Timboteua, como também de outras vilas, tais como: São Pedro, Curva, Cantina, Traquateua, Km 15, essa prática de pesca é realizada quase sempre por homens (o que de novo põe em evidência a divisão de tarefas entre homens e mulheres) com auxílio de redes, anzóis, armadilhas confeccionadas por eles como o curral, matapi, monduru, paneiro, antigamente produzidos com o cipó timbó-açu (*Serjania laruotteana* Cambess.), mas em decorrência da dificuldade de encontrar essa espécie de cipó, que está sob ameaça de extinção, as armadilhas têm sido produzidas por pescadores com o guarumã (*Ischinosiphon koern*), conforme ilustrado pela imagem abaixo:

Figura 35. Moduru para pesca de camarão na Vila Timboteua



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2023).

Para a captura de camarão, os pescadores mais experientes utilizam o monduru e utilizam como isca para atrair os camarões a polpa branca do coco. Daí a justificativa de tantos cocos secos ao redor da casa dos pescadores da vila como ilustrado na imagem acima. O conhecimento sobre a floresta é perceptível desde a confecção dos equipamentos de pesca, de tal modo que se reafirma o pressuposto de Alves; Saboia (2022) de que a pesca começa primeiro na mata, pois é partir do conhecimento da biodiversidade vegetal que os apetrechos de pesca ganham forma, daí a necessidade de conhecer primeiro a floresta, a mata, bem como aquilo que ela pode oferecer.

O pescador da Vila Timboteua, ao substituir um insumo por outro (timbó-açu pelo Guarumã) indica uma necessidade resultante das mudanças antrópicas que alteraram não só o meio ambiente, mas também o modo como o homem relaciona-se com esse espaço, o que direta ou indiretamente interfere na quantidade e qualidade de alimento que ele consegue pescar, além de interferir na (re) produção das espécies de fauna e flora do território.

Esse território, por sua vez, tem relação com os usos que dele se faz, a esse respeito esclarece Santos (2002) “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p. 10). Dito isso, é nele que ocorrem múltiplas trocas de vivências, de experiências sociais e individuais, as quais, de um modo ou de outro transformam o ambiente em face de necessidades culturais, habitacionais ou ainda econômicas. Dessa maneira, é impossível viver num território sem modificá-lo.

Os hábitos da pesca e a confecção de seus próprios instrumentos tendo como base o que a floresta pode oferecer insere a cultura como dimensão fundante de desenvolvimento, uma vez que: “É a dimensão cultural que fortalece, potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares, códigos de relacionamento do grupo humano focalizado” (GONÇALVES, 2005, p.8). Dito isso, embora não se tenha documentado a aparição de comunidades ameríndias na velha Timboteua nem na Nova Timboteua, vestígios arqueológicos, especialmente os sambaquis, fósseis antigos, terra preta arqueológica, artefatos de cerâmicas antigas, instrumentos líticos denominados localmente de pedra de corisco demonstram que há uma manifestação dessa presença indígena na região, o que em decorrência da proximidade com o local que havia assentamentos indígenas torna-se cada vez mais acentuado.

Além de manterem viva a tradição de uso dessas palmeiras, há uma recorrência latente dentro do município que diz respeito a prática de medicina popular a partir do uso de plantas para a fabricação de fitoterápicos, que demonstra ser resultado do processo de miscigenação da região.

4.1. Desdobramentos do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial da Vila Timboteua

Durante a aplicação da entrevista, especialmente sobre os questionamentos que envolvem o conhecimento da comunidade sobre os artefatos arqueológicos (momento em que a pesquisadora mostrava uma lâmina de machado) de origem pré-colombiana e perguntava se os entrevistados sabiam o que era aquilo, se já tinham visto algo parecido. Comprovou-se com isso que os moradores conhecem o artefato como pedra de raio ou pedra de corisco, e que elas são

perigosas porque atraem raios, foi o que nos contou Costa¹⁰: “Conheci um homem que tinha essas pedras, tinha uma mala cheia, quando chovia a mala se tremia todinha, isso é perigoso, não é bom guardar em casa porque atrai”.

Ao que a Literatura consultada sugere, esse entendimento do perigo associado à pedra de raio tem relação com a interpretação bíblica, em que o raio representa o símbolo do poder, a ira de Deus (na mitologia deuses), como sugere a passagem dos livros de Salmos e de Apocalipse a título de exemplo tem-se: “Ao resplendor da sua presença as nuvens se espalharam, e a saraiva e as brasas de fogo e o Senhor trovejou nos céus, o altíssimo levantou a sua voz; e houve saraiva e brasas de fogo. Mandou as suas setas, e as espalhou; multiplicou raios, e os desbaratou” (SALMOS 18).

Conforme o exposto, o trovejar dos raios nos céus demonstram a fúria e o poder, são por isso, representações que produzem medo. Nesse sentido é que (MAGNANI et al., 2021, p.208) ressalta: “os moradores acreditam que é muito perigoso guardar as machadinhas de corisco porque o raio poderia buscá-las em até sete anos (o que remete à lenda portuguesa). Então, para que isso não ocorra, deve-se quebrar o encanto dessa pedra de corisco danificando seu corte”. Diante disso, é perceptível que há uma predominância simbólica atrelada à lâmina de machado.

Tal simbologia também é expressiva na Vila Timboteua. No entanto, está relacionada ao número sete, visto que segundo os entrevistados Costa, Espírito, Vaz, Souza e Lopes: a pedra de raio, quando cai, fica enterrada sete palmos do chão, a cada ano ela sobe para mais próximo da superfície, sendo necessário decorrer sete anos para tornar-se visível por completo, os entrevistados ressaltam ainda que onde ela cai ficam indícios de fogo e que ela é tão forte que é capaz de lascar ao meio uma árvore. Importa destacar que essa observação feita pelos informantes são relatos ouvidos dos mais velhos e que foram passados de geração a geração.

De acordo com o aspecto religioso, o número 7 representa em linhas gerais a perfeição, tal como na passagem bíblica idealizada no mito da criação do mundo situado em Gênesis em que, “Ora, havendo Deus completado no dia sétimo a obra que tinha feito, descansou nesse dia de toda a obra que fizera (GÊNESIS, 2:2). Diante disso, o retorno da pedra de corisco à superfície após decorridos sete anos demonstra também o final do ciclo, a conclusão do processo.

Durante a realização da entrevista foram encontrados sob domínio de seu Ramos e seu Espírito, 03 lâminas de machado que mais uma vez demonstram a presença de populações ameríndias na área territorial de Vila Timboteua, conforme imagem a seguir:

¹⁰ Os entrevistados aqui mencionados/citados foram notificados através da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa, antes de optarem por responder às perguntas da entrevista semiestruturada.

Figura 36. Lâminas de machado encontradas na Vila Timboteua-PA



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2023).

Ainda a esse respeito, dona Farias conta que seus netos tinham umas 2 pedras, com as quais brincavam no leito do rio peixe-boi, segundo ela, eles: “faziam de conta que era sabonete, porque era parecido com um, brincaram tanto que acabaram perdendo”. Isso revela que os patrimônios não são objeto de estudo nas escolas do município, visto que se fossem discutidos, essas crianças teriam noção de que “aquele brinquedo”, não era brinquedo. Essa realidade realça os dados encontrados por Fernandes; Fernandes (2019) de que em Nova Timboteua há uma preocupação com a diversidade cultural no currículo escolar, contudo, não há prática efetiva dessa diversidade, assim como não há formação continuada dos professores do município voltados para tal realidade (FERNANDES; FERNANDES, 2019). Essas lâminas de machado inserem-se no conceito de patrimônio material móvel, definido pelo Iphan (1980) como:

O que se convencionou denominar bens móveis são os objetos de arte ou de ofícios tradicionais, ou simplesmente utensílios domésticos ou religiosos que, como o nome diz, podem ser retirados e transportados com facilidade por não estar fixados ou fazer parte indivisível do imóvel tombado. Participam dessa categoria os acervos de museus e casas históricas constando de móveis, prataria, indumentária, esculturas, louças, cristais, vidro, objetos de trabalho, instrumento de tortura, utensílios de cozinha – como panelas, tachos, vasilhames e todas as naturezas (BRASIL, 1980).

Dito isso, o patrimônio material móvel são os objetos materiais que podem ser transportados de um local a outro, enquanto que o patrimônio material imóvel diz respeito às construções ligadas ao solo sendo a movimentação impossível de ocorrer sem gerar danos ao bem, os patrimônios materiais móveis ou imóveis são aqueles registrados via tombamento. Levando em conta essas definições e os resultados da entrevista, percebeu-se que a noção

associada à lâmina de machado é que ela é perigosa, do contrário que pode ser reduzida a pó para produção de remédio (caso do entrevistado Ramos que será apontado quando discorrermos sobre produção de remédios naturais), e no caso mais extremo a situação em que é usada como brinquedo. Ou seja, há ressignificação do patrimônio material, o que comprova a hipótese já mencionada de que não há política pública voltada para sua preservação no município, ao mesmo tempo em que indica a carência de estudos à respeito dessas materialidades na Escola.

Em síntese geral, na Vila Timboteua faz-se referência a um tipo de patrimônio, o de cunho imaterial (festejos, ritos, comemorações), enquanto que o material móvel e imóvel encontra-se em estado de descuido, exemplo disso, é o que ocorre com a Usina e o Mercado da vila, aqui listados como patrimônio material e que são negligenciados pela população local, a usina fornecia eletricidade para a vila antigamente, porém está desprotegida pelo Poder Público, conforme ilustração abaixo:

Figura 37. Antiga usina de energia da Vila Timboteua-PA



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2023).

Como visto acima, não há manutenção do prédio que faz parte da história, do patrimônio histórico, isto é, bem material do município. A manutenção a que nos referimos é àquela entendida pelo Iphan (2005) como:

O conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento e uso, em especial, a edificação. São exemplos: inspeções rotineiras, a limpeza diária ou periódica, pinturas, imunizações, reposição de telhas danificadas, inspeção nos sistemas hidro-sanitário, elétrico e outras (IPHAN, 2005, p.13).

Diante disso, emerge a necessidade de preservação do patrimônio, uma vez que ele integra a história de um povo e como tal exerce influência direta na cultura produzida. Então, preservá-lo é dever de toda a coletividade. A esse respeito, Boito expressa sua visão sobre a preservação e conservação de bens culturais, para ele:

[...] é obrigação de todo governo civil, toda província, de toda comuna, de toda a sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para admiração do mundo (BOITO, 2002, p.37).

Apesar disso e da pertinência desse esclarecimento, em conversas com as pessoas residentes na vila ficou claro que elas não se sentem incluídas nesse patrimônio, não sentem que isso é herança material integrada a formação histórica delas, uma vez que nos discursos dos moradores trata-se de um prédio da prefeitura. Uma moradora local disse que esse espaço está abandonado, e que algumas pessoas já tentaram invadir e fixar morada, porém a prefeitura interviu, usando inclusive o poder de polícia para retirá-los do local.

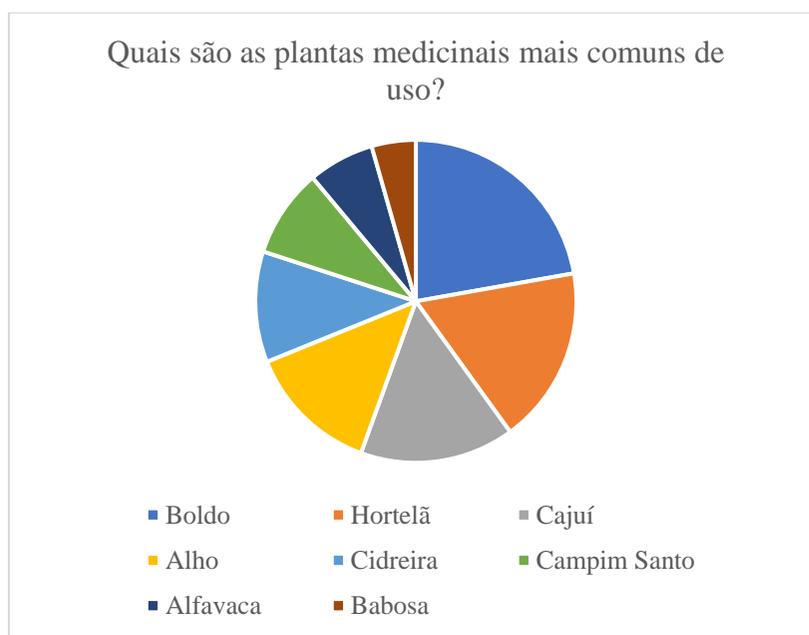
Outro entrevistado disse que já morou na usina, quando não tinha casa, e que lá havia uma placa com a data de fundação dela, quando indagado sobre o que aconteceu com a placa, ele afirmou tê-la jogado no lixo, mas que a data seria 1964 e que fora construída por Augusto Olímpio Neto, antigo desembargador que inclusive deu nome à única Escola Estadual do município, a EEEM Desembargador Augusto Olímpio. Em face dos relatos aqui registrados vislumbra-se que a própria comunidade contribui para a destruição do patrimônio público, com ato de vandalismo, apropriação indevida, sem indícios de preocupação com a manutenção do prédio. O que claramente, deve-se à ausência de educação patrimonial que dê condições de as pessoas valorizarem e se reconhecerem também como donas e responsáveis pelo patrimônio histórico.

Por outro lado, há maior valorização do patrimônio cultural de natureza imaterial, uma vez que, a comunidade mantém viva a tradição do Carimbó, com grupo ativo, denominado de: “Grupo de Carimbó Pena Verde da Vila Timboteua”. Há também a predominância de sabedoria popular proveniente da produção de remédios de origem natural (garrafadas, chás e outros), ensinamentos passados de geração para a geração, cuja origem remete-se a miscigenação cultural de populações indígenas e africanas. Com base nisso, discute-se a seguir os usos das plantas medicinais à luz das noções de Alteridade.

Em consonância com a aplicação da entrevista singularmente concernente aos usos de plantas medicinais pela comunidade de Vila Timboteua, os 12 informantes indicaram já terem

feito uso dessas plantas a fim de curar/amenizar alguma enfermidade, a apreciação das respostas cedidas por eles em relação as plantas mais comuns de uso são demonstradas na figura a seguir:

Figura 38. Usos das plantas medicinais pelos entrevistados



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A figura acima elucidada as principais plantas comumente utilizadas pelos moradores locais, tais plantas geralmente são mais fáceis de serem encontradas pois há plantio em canteiro ou simplesmente mudas de planta na calçada ou ainda plantios no quintal próximo as casas, há também os que já compram as plantas nas casas de produtos naturais. Desde tempos imemoriais o homem vale-se da medicina popular afim de achar a cura para suas comorbidades, “as bases socioculturais da medicina colonial foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas – indígena, africana e europeia –, com inexpressiva participação dos profissionais de formação acadêmica” (CHALHOUB, MARQUES, SAMPAIO, SOBRINHO, 2003, p. 101).

Sendo assim, os usos da medicina popular pelos habitantes da Vila Timboteua também parecem ter passado por essa combinação tendo em vista que começou a ser povoada na mesma década de assinatura da Lei Áurea, sofreu influências indígenas e europeia devido à proximidade com os locais habitados por escravizados, indígenas e também por europeus (caso do Prata, onde se desenvolveu a missão Capuchinha Lombarda do Norte). Ademais, entre os ameríndios, a base da medicina popular parece ser a possibilidade de contato com o místico.

Estudo aprofundado do poder curativo das plantas analgésicas, alucinógenas ou entorpecentes associadas ao místico demonstram tratar-se de um ritual advindo da Grécia antiga, é o que esclarece, Araújo (1981, p. 257):

Esses rituais de consulta ao oráculo dos deuses pela aspiração de fumo ou pó, esteve presente na Grécia antiga, em Epidauro, nos templos de Asclépios, quando os sacerdotes davam aos consulentes uma bebida entorpecente para que o próprio deus da Medicina, em sonhos, pudesse consultar e realizar as manobras do exame físico. Inexplicavelmente, séculos depois, os indígenas da Pindorama realizavam os mesmos preceitos e repetiam os mesmos gestos.

Percebe-se assim, uma transmissão geracional atemporal, marcada pela coexistência entre culturas distintas. Segundo Lobo (2014), as comunidades da “Amazônia utilizam uma ampla farmácia natural, de plantas e remédios, proporcionada pelo compartilhamento de informações com diferentes sujeitos, transmitida na esfera familiar atravessando gerações e fronteiras” (LOBO, 2014, p.45). No tocante a isso, a transmissão geracional de saberes proporciona não só a aquisição da medicina popular, como também a aproximação entre diferentes sujeitos que, embora, não pertençam ao mesmo seio familiar, compartilham de interesses em comum: a saúde coletiva.

Os usos que se faz das plantas medicinais na Vila Timboteua são diversos, baseado nos dados da pesquisa de campo elaborou-se um quadro com os nomes das plantas seguido de seus respectivos usos, a fim de construirmos um entendimento mais detalhado da utilização dessas plantas segundo a tabela abaixo:

Tabela 4. Plantas medicinais entre os timboteuenses

Nome	Nome científico	Indicações de uso
Abacateiro	<i>Persea americana</i> Mill.	Gripe, asma e coração
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merril.	Cálculo renal
Açafrão	<i>Escobedia grandiflora</i> (L.f.) Kuntze.	Dores articulares, corante para temperar comida
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Diarreia
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i> DC.	Gripe, resfriados e no combate a baixa resistência
Aguapé	<i>Pontederia crassipes</i> Mart.	Anti-inflamatório
Alecrim	<i>Baccharis aracatubensis</i> Malag.	Diabetes, mal olhado e dor de barriga de criança
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Dor de cabeça, indigestão
Alfavacão	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Mal olhado e baixar a febre
Algodão	<i>Gossypium barbadense</i> L.	Tosse
Alho	<i>Allium sativum</i> L.	Panemeira, mal olhado, dor de cabeça e gripe
Ameixeira	<i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels.	Diarreia, hemorroidas e intestino preso
Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Anti-inflamatório, gastrite.

Anador	<i>Pfaffia glomerata</i> (Spreng.) Pedersen.	Febre e dores
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Inchaço, dores
Arnica	<i>Baccharis serrulata</i> (Lam.) Pers.	Cicatrização de ferimentos, contra inflamações em geral e febre
Arruda	<i>Pilocarpus microphyllus</i> Stapf ex Wardlew.	Dor de cabeça, problemas intestinais e AVC
Babatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville	Inflamação
Babosa	<i>Aloe arborescens</i> Mill.	Câncer, inflamação e bom para cabelo
Banana	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Sangramento e infarto
Boldo	<i>Gymnanthemum amygdalinum</i> (Delile) Sch.Bip. ex Walp.	Combate a cólica, dor de barriga, auxilia no processo de emagrecimento e a passar a dor de estomago
Café	<i>Coffea arabica</i> L.	Dor de cabeça
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Diarreia, cicatrização
Cajuí	<i>Anacardium giganteum</i> W.Hancock ex Engl.	Banho de acento, infecções.
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.	Calmanete
Canarana	<i>Echinochloa polystachya</i> (Kunth) Hitchc.	Inflamação, infecção urinária.
Canela	<i>Cinnamomum verum</i> J.Presl.	Aborto
Capeba	<i>Sorocea briquetii</i> J.F.Macbr.	Inchaço, vermelhidão
Catinga-de-mulata	<i>Tanacetum vulgare</i> L.	Dor de ouvido
Cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Calmanete
Cipó-alho	<i>Mansoa alliacea</i> (Lam.) A. Gentry.	Mal olhado
Cipó-puçá	<i>Abuta selloana</i> Eichler.	Derrame
Confrei	<i>Symphytum asperum</i> Lepech.	Tratar hematomas
Copaíba	<i>Copaifera duckei</i> Dwyer.	Anti-inflamatório, tosse, catarro, cicatrizante.
Corama	<i>Kalanchoe pinnata</i> Lam.	Gastrite, inflamações.
Elixir-paregórico	<i>Piper callosum</i> Ruiz & Pav.	Cólica e menstruação
Erva-doce	<i>Xylopiya brasiliensis</i> Spreng.	Analgésico e anti-inflamatório
Espinheira-santa	<i>Monteverdia aquifolium</i> (Mart.) Biral.	Doenças estomacais
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe.	Dor de garganta, cefaleia e reumatismo
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	Diarreia
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Reumatismo, dores nas mãos e na coluna
Hortelã bebê	<i>Stellaria media</i> (L.) Vill.	Dentição infantil
Hortelãzinho	<i>Coccocypselum capitatum</i> (Graham) C.B.Costa & Mamede.	Gripe, tosse e dor de barriga
Ipê roxo	<i>Eperua bijuga</i> Mart. ex Benth.	Anti-inflamatório
Laranja	<i>Citrus ×aurantium</i> L.	Tosse, bronquite, resfriado e albumina
Limão	<i>Citrus ×limon</i> (L.) Osbeck	Combate a azia, emagrecimento
Malvarisco	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Lambedor para gripe.
Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Mal olhado
Maracujá	<i>Passiflora amalocarpa</i> Barb.Rodr.	Calmanete, dor no fígado
Marupá	<i>Eleutherine bulbosa</i> (Mill.) Urb.	Diarreia
Mastruz	<i>Amaranthus spinosus</i> L.	Cicatrizante,
Mucuracá	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Mal olhado e gripe

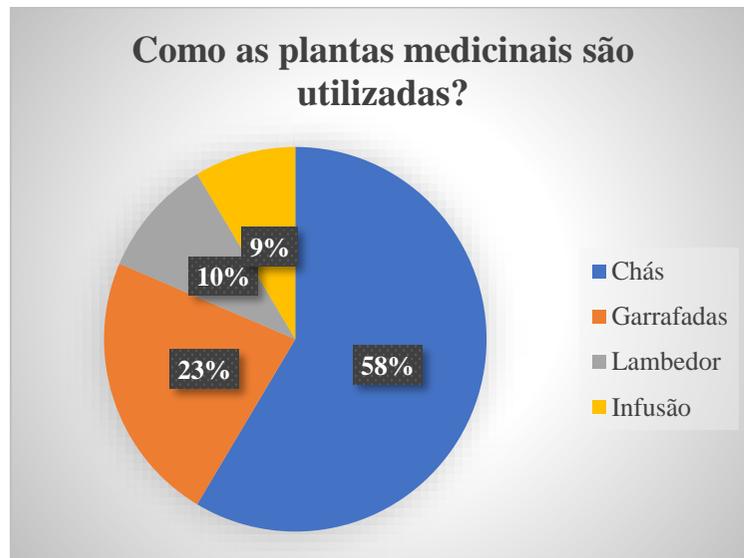
Murta	<i>Sebastiania jacobinensis</i> (Müll.Arg.) Müll.Arg.	Cicatrização de feridas
Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Emagrecer
Pariri	<i>Fridericia chica</i> (Bonpl.) G.Lohmann.	Febre, anemia
Pimenta malagueta	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Gripe
Pião roxo	<i>atropa gossypifolia</i> L.	Mal olhado, feitiço, dor de ouvido, inflamações.
Sacaca	<i>Croton cajucara</i> Benth.	Vômito
Sucupira	<i>Calliandra macrocalyx</i> Harms var. <i>macrocalyx</i> .	Dores estomacais
Sucuriçu	<i>Mikania lindleyana</i> DC.	Infecção no fígado e ouvido
Unha de gato	<i>Dolichandra unguis-cati</i> (L.) L.G.Lohmann.	Verme, cisto e infecções no útero
Urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	Saúde dos olhos, doenças cardiovasculares, cicatrizante
Uxi amarelo	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.	Inflamações, síndrome dos ovários policísticos
Vassourinha-de-botão	<i>hirsacanthus microphyllus</i> A.Côrtes & Rapini.	Anti-inflamatório
Veronica	<i>Dalbergia monetaria</i> L.f.	Inflamações
Vinagreira roxa	<i>Hibiscus sabdariffa</i> L.	Gripe, mal olhado e feitiço

(Elaboração: SOUTO, Marcia da Silva, 2024. Fonte: REFLORA, Disponível em: <https://reflora.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ResultadoDaConsultaNovaConsulta.do#CondicaoTaxonCP>. Acesso em 04 de julho de 2024).

Conforme o quadro acima demonstra são muitas as variedades de plantas com finalidade medicinal, assim como seus usos, sobressaindo-se com frequência as citações acerca de plantas de caráter anti-inflamatórios. Ou seja, parece haver maior conhecimento das plantas capazes de aliviar os efeitos de infecções por doenças crônicas ou leves ferimentos inibindo seu prolongamento, permitindo alívio da dor.

Diante desse cenário, convém ressaltar que não foi por acaso que curadores, pajés, parteiras, negros e missionários construíram ao longo das décadas formas de manter vivo o conhecimento sobre as plantas de uso medicinal, Araújo (1981) acrescenta ainda que: “Além da defumação, os povos indígenas utilizavam a medicina da flora, como chás, infusões, decoctos, emplastos, banhos e xaropes adocicados com o mel de abelhas (ARAÚJO, 1981, p. 258)”. Com relação as formas de utilização, estão entre as modalidades de uso pelos informantes da entrevista as estampadas na ilustração abaixo:

Figura 39. Modalidades de utilização das plantas medicinais



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

Percebe-se que o modo de uso mais recorrente é a produção de chás, o que se justifica pela facilidade de produção, seguido do consumo via garrafadas, e posteriormente de lambedor e infusão. Com relação à modalidade “garrafada”, a entrevistada Farias, quando indagada sobre os usos das plantas, afirmou utilizá-las nessa modalidade, que são: “produtos complexos que, de modo geral, consistem em combinações de plantas medicinais veiculadas em bebidas alcoólicas, sendo o vinho a mais utilizada, podendo-se, ainda, utilizar mel, vinagre ou água como veículos” (PASSOS, 2018, p.249). A entrevistada acrescenta que aprendeu a fazer garrafadas com a sua mãe, ainda quando adolescente, e que ao longo dos anos foi aprimorando a técnica misturando outras substâncias e ervas, o que a elevou ao nível de referência no assunto dentro da Vila Timboteua.

A garrafada é, Segundo Camargo (2010, p.41): “[...] uma fórmula medicinal preparada com componentes de origem vegetal, mineral e animal, complementada com elementos religiosos próprios dos sistemas de crenças vigentes no Brasil”. Outra curiosidade importante sobre o termo “garrafada” recorre às boticas jesuíticas, que ofereciam seus medicamentos em vidros, garrafas, daí o termo dicionarizado por Moraes em 1878 de que ela seria o medicamento da botica em garrafa. Hoje, porém, há uma diversidade das misturas, inclusive do tipo de recipiente utilizado para misturá-las e conservá-las por mais tempo, como é o caso da garrafa pet.

Desse modo, essa herança quanto às modalidades de uso das plantas é também atemporal, isso porque, é possível visualizar entre as populações dos estados brasileiros essa mesma variedade de usos, demonstrando assim que há uma miscigenação que excede os limites raciais

e étnicos, excedendo também idades. É o que se percebe por exemplo, quando analisamos o posicionamento do entrevistado Ramos com relação à pedra de raio, pois ele a compreende para além de pedra perigosa, ele mencionou um remédio que ouviu dos mais velhos produzido com essa pedra, trata-se de um remédio para pessoas que tem problema de nervosismo, segundo ele é preciso: “misturar o pó da pedra com chá de folha de lima e tomar, mas não pode tomar sem coar, porque se não coar faz mal”. Nota-se que o conhecimento acerca da produção de remédios artesanais não se reduz apenas às plantas de modo isolado, podendo seus usos estarem condicionados a outras misturas.

Em face disso, é possível até fazer uma analogia com a reação química, essa não se limita apenas aos usos dados às plantas, mas também, aos conhecimentos construídos a partir dos testes e misturas de ervas, com as trocas de experiências entre pessoas, ainda que de gêneros e gerações distintas. A esse respeito, a pesquisa de Flor; Barbosa (2015), por exemplo, que investigou a sabedoria popular no uso de plantas medicinais dentro do distrito de Marudá-PA, mais precisamente no bairro do Sossego confirmou que entre os 18 informantes consultados na pesquisa:

[...] as mulheres com idade entre 64 e 87 anos apresentaram o maior número de citações, pois se constatou de maneira geral que os mais idosos conhecem uma maior diversidade de plantas úteis, devido ao saber acumulado ao longo de suas vidas (FLOR; BARBOSA, 2015, p.759).

Tal realidade sinaliza para o fato de que, quando se trata de plantas e dessa medicina popular, as mulheres assumem posição mais centralizadora, o que funciona como uma mola propulsora para a “revolução do conhecimento” de que nos fala Pierre Bourdieu em “*A dominação masculina*”, isso porque, a definição de revolução do conhecimento traz à tona a perspectiva feminina para além do espaço doméstico, uma vez que testemunha a ocupação de mulheres em espaços de poder e saber, que historicamente e majoritariamente são ocupados por homens.

As mulheres passam a assumir espaços que promovem mudanças para além do lar. Nesse ínterim, é pertinente aprofundar a discussão com o posicionamento de Simone de Beauvoir (2016), quem compreende a alteridade a partir da existência do “segundo sexo”, as mulheres que existem como o outro, nesse caso, como o negativo dos homens, o cuidado com o outro amplia-se ao ligar-se a um processo identitário, é o que pontuam Silva; Souza (2015, p.281) ao afirmarem que: “O processo de construção de identidade envolve a questão da alteridade”.

A identidade, segundo Ricoeur (2000) assume duas vertentes: a identidade narrativa e a

identidade pessoal, ambas, porém não podem ser dissociadas da alteridade, visto que o homem não é o mundo, ele é constituído com o mundo, isto é, através das relações com outros sujeitos e com o próprio mundo é que a identidade dos sujeitos se forma. Nesse sentido, identidade e alteridade devem ser enxergadas como conceitos que se complementam.

Ainda com relação à fabricação das garrafadas, a informante Farias quando indagada sobre como faz para adquirir os ingredientes para a sua produção, ela destaca que ela mesma vai na mata retirar das árvores o que vai precisar (cascas, raízes, folhas), a imagem a seguir põe em evidência o cuidado que ela tem com a preservação da árvore.

Figura 40. Retirada de casca de Cajú (*Anacardium nanum*)



(Fonte: SOUTO, Marcia Silva, 2024).

A imagem acima mostra o cuidado com a preservação da espécie de Cajú, as cascas são retiradas ao redor da base da árvore com auxílio de um terçado ou faca, a próxima retirada precisa respeitar o tempo de recuperação da árvore, isto é, é preciso está com a casca renovada, caso contrário ela fica sujeita a ação de insetos que podem danificar a qualidade da árvore, e em casos mais extremos até derrubá-la. No entanto, essa preocupação em ir a floresta retirar o que vão precisar não é manifestado por todos os entrevistados, haja vista que os demais entrevistados destacaram durante a entrevista que compram os produtos nas casas de produtos naturais, que são inclusive mais fáceis de conseguir.

Pesquisadores da medicina científica e da medicina popular parecem imbuídos na certeza de que o conhecimento só é válido quando compartilhado. Isso fica mais notório quando a

entrevistada Farias responde ao questionamento: Os remédios que você faz são comercializados? Você os vende? A que ela responde:

Na maioria das vezes não, é porque eu faço para pessoas próximas, às vezes tem alguém precisando e como sabem que eu faço eles pedem, e eu faço, às vezes nem pedem, mas eu sinto que devo fazer, olha, um tempo atrás um vizinho nosso estava muito doente, desenganado dos médicos, aí eu fui lá visitar ele e disse que ia fazer um remédio que ele ia ficar bom, fiz a garrafada e levei para ele, ele tomou, pronto. Até hoje quando ele passa na frente de casa agradece porque ele ficou mesmo bom! (entrevistada Farias).

Ao que o recorte da entrevista indica a preocupação não está no valor comercial do produto que ela fabrica, mas na qualidade de vida do sujeito para quem ela fabrica. Caso semelhante foi notificado na pesquisa de Pinto (2018), intitulada: “*Plantas medicinais: saberes, práticas e ensinamentos presentes na vivência de antigos moradores da cidade de Cametá-PA*”. O estudo demonstra que as plantas medicinais têm seus usos comumente compartilhados com outras famílias que necessitam, conforme o recorte da entrevista a seguir ilustra, é perceptível a existência de uma relação de afetividade que se manifesta através da doação de plantas medicinais, vejamos:

“Eu ajudo aquele que me pede ou que está precisando (...) de um galinho, umas folhas das minhas plantas [medicinais], se for, é claro, praquilo que ela estivê precisando, porque é uma forma de ajudar o próximo, porque dinheiro agente sempre não tem, mas posso ajudar ela [Dona Zenaide] no que estiver no meu alcance (...) porque era assim que nós fomos ensinado minha filha, sempre está disposto a pensar nos outros também, ela [Dona Zenaide] nesse momento tá precisando de nós, está doente, quase não tem vindo pro CENCAPI porque vivi com dor nos rim (Fala de Dona Edna Barbosa, 74 anos, antiga moradora de Cametá assistida pelo CENCAPI, 2018) (PINTO, 2018, p.119).

Isso corrobora com a dimensão de alteridade compreendida por Levinas (2007), como a “alteridade absoluta”, isto é, um cuidado “do eu”, no e com “o outro” em que se constrói formação humanizada por intermédio da partilha de saberes geracionais, em que o sujeito que doa o que sabe, não o perde, pelo contrário expande o seu horizonte e o do outro também, já que se trata de uma troca de saberes. Ainda nas acepções de Levinas (2007) é que podemos falar na conceituação de cuidado assimetricamente responsabilizado, ou seja, quando um indivíduo assume que é sua incumbência cuidar do outro, sem:

Cobrar a recíproca. Mesmo porque essa reciprocidade pode implicar uma certa posse do tu, já que para cobrá-lo sobre aquilo que poderá oferecer ao eu, este precisaria apreendê-lo de alguma maneira (o eu precisaria saber o que o outro lhe pode oferecer para cobrá-lo), o que implica que a alteridade perderia o seu caráter absoluto (LEVINAS, 2007, p. 7).

Nessa perspectiva, a convivência social com outras culturas, costumes, crenças, na relação com o outro é que se constrói o sujeito com alteridade, ou seja, assumir diante do outro, a diferença que nos une enquanto sujeitos igualmente diferentes, é o que nos torna mais humanos. Essa alteridade constrói-se a partir da:

[...] ênfase na mistura, que por estar na origem dos grupos sociais, é acionada na descrição da produção das relações, na interpretação dos “tempos nativos” e na demarcação de certa linha de continuidade (temporal) entre gerações e pessoas; nesse caso, explicita-se a proeminência da alteridade na socialidade enquanto polo de definição de suas identidades (VIEIRA, 2010, p. 20).

Então, mais do que mero termo associado à existência do outro no mundo, a alteridade pressupõe relação com sujeitos que são diferentes do eu, assim como todos os demais indivíduos do grupo social, com os quais se demarcam a presença de identidades diversas, com costume, religião, cultura e traços fenóticos distintos. Todavia, essa diversidade não significa necessariamente separação, pelo contrário estabelece proximidades. Nesse sentido, o conhecimento compartilhado por homens e mulheres acerca de plantas medicinais pelo viés da medicina popular, revela também, uma faceta dessas identidades pautadas em alteridade.

Além disso, a relação dos homens (em sentido amplo) com os usos que ele faz das plantas medicinais contribui para a preservação e conservação de diversas espécies da flora, isso porque algumas pessoas optam por plantar nos quintais de casa uma muda de determinada planta, e assim ter ao alcance de suas varandas, ervas que possam aliviar, por exemplo, uma dor de barriga, dor de dente, aliviar dores estomacais entre outras finalidades. Ao mesmo tempo, essa prática favorece a descoberta de novas espécies de plantas, possibilita a cura de novas doenças a partir da fórmula de novos medicamentos, à medida que aguça a curiosidade de botânicos e cientistas mundo a fora, pois tendo em vista o contexto amazônico, essas finalidades são alargadas, especialmente porque trata-se de muitas espécies de plantas que podem ser utilizadas e de outras que ainda se mantêm no anonimato.

CONCLUSÃO

A formação de Nova Timboteua, dentro do contexto histórico e territorial do Pará, reflete não apenas a dinâmica de mudanças cartográficas, mas também os movimentos políticos, sociais e econômicos que caracterizaram a região ao longo do tempo. Desde as estratégias de colonização e defesa territorial da coroa portuguesa, até a ascensão e declínio de atividades

econômicas, como, a exploração da borracha, é perceptível que a formação das cidades ao entorno da EFB esteve intrinsecamente ligada a uma complexa teia de eventos e interesses.

Nesse sentido, a trajetória do território de Igarapé-Açu, e posteriormente desmembramento que culminou com o município de Nova Timboteua exemplifica as transformações que ocorreram, desde sua origem como núcleo colonial até sua elevação ao *status* de cidade. A mudança das famílias do antigo povoado de Timboteua para a sede, foi uma ação estratégica e planejada, cuja finalidade era a busca por desenvolvimento e povoamento, enquanto as perdas e incorporações territoriais refletiram as disputas políticas e administrativas da época.

Os primeiros habitantes que povoaram o território timboteuense eram de origem portuguesa e sírio-libanesa, que desenvolveram como atividade econômica o comércio de tecidos e dominaram as rotas de comércio fluvial, os de origem nordestina (de variados estados) e paraense (capital e interiores) dedicaram-se, principalmente, às atividades de agricultura. Embora, não haja registro escrito no cartório que evidencie a presença ameríndia na região de Nova Timboteua; os artefatos da cultura material móvel encontrados; assim como, a manutenção dos hábitos alimentares; a valorização da cultura de natureza imaterial em sobreposição à material; os usos das plantas úteis e medicinais revelaram que a miscigenação cultural da região se mantém forte.

Os traços dessa acentuada mescla cultural manifestadas através do carimbó, das festas religiosas, das festas folclóricas e dos diversos usos das águas pela comunidade parece ter contribuído para um apagamento das contribuições genuinamente originárias; ainda que se mantenha hábitos característicos desses povos, tais como: pesca, extrativismo, confecção de instrumentos de pesca e domínio da agricultura. Além disso, o estudo demonstrou também que há carência de políticas públicas para a agricultura, pois não há mercado local forte, assim como não há geração de empregos locais. Ainda assim, ao destacar a continuidade dessas comunidades até os dias atuais, o estudo reflete sobre os desafios e as conquistas das populações tradicionais em meio às transformações do mundo contemporâneo.

No mais, a pesquisa destacou a continuidade do legado da Estrada de Ferro Belém-Bragança no contexto atual, especialmente através do turismo e da revitalização das antigas rotas ferroviárias como estratégias de desenvolvimento econômico. Isso demonstra a capacidade de adaptação e reutilização dos recursos históricos para promover novas oportunidades e narrativas, ao mesmo tempo em que levanta questões sobre o papel do Estado e dos órgãos municipais no controle e direcionamento dessas iniciativas.

Dessa maneira, pesquisa sobre as origens ancestrais de Nova Timboteua revelou a rica tapeçaria cultural que compõe a identidade do município, marcada pela presença de diversos

grupos: povos originários, europeus, afrodescendentes e nordestinos. A escassez de documentação escrita, no entanto, ameaça apagar as complexas relações sociais e culturais que moldaram a região. Ao investigar vestígios arqueológicos e elementos do patrimônio imaterial, como a Festa do Mingau, demonstrou a importância da preservação da memória coletiva e a necessidade de promover uma maior valorização das heranças culturais deixadas pela miscigenação. Nesse sentido, como forma de resgatar essas culturas sugerimos a formação de professores acerca do Patrimônio Histórico local como estratégia para difundir a cultura local bem como a preservação desses bens dentro da cidade e das vilas.

Ainda nesse viés, ressalta-se que esse trabalho é fundamental para o inventário cultural local, possibilitando que as comunidades se apropriem de seus bens patrimoniais e fortaleçam sua identidade. Assim, a compreensão dos aspectos históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a formação de Nova Timboteua se torna essencial para o desenvolvimento de diretrizes que preservem e promovam a diversidade cultural da região. A busca por um reconhecimento e valorização mais efetivos das tradições locais pode ser um passo crucial para a construção de um futuro que respeite e celebre essa herança rica e multifacetada, o que indiscutivelmente pode e deve começar dentro das escolas municipais.

Ainda no que concerne à análise das atividades econômicas e sociais em Nova Timboteua revela a rica influência cultural e práticas comerciais, refletindo a interação entre diferentes grupos imigrantes e os povos originários. Os sírio-libaneses e portugueses, com suas tradições comerciais, e os nordestinos e paraenses, com suas raízes agrícolas e pesqueiras, contribuíram para a formação de uma identidade local multifacetada. A persistência de práticas e memórias da Vila Velha Timboteua, mesmo após a sua extinção formal, ilustra a força das relações comunitárias e o apego à terra, mostrando que o pertencimento territorial vai além das fronteiras administrativas.

Embora a falta de registros formais, sobre os primeiros habitantes dificultem a documentação dessa história, os vestígios arqueológicos e as tradições culturais permanecem como evidências da presença indígena e da contínua troca cultural entre os grupos. A mescla de hábitos alimentares, técnicas agrícolas e rituais revela uma dinâmica cultural viva, onde os modos de vida se transformam e se enriquecem através da interação. A análise das práticas de uso de plantas medicinais em Nova Timboteua revela a complexidade e a riqueza do conhecimento tradicional, especialmente no que diz respeito à produção de garrafadas. Este método, que combina elementos vegetais com substâncias como álcool, mel e vinagre, demonstra não apenas a habilidade das mulheres na transmissão e aprimoramento dessas práticas, mas também sua importância na manutenção da cultura local. A experiência de Farias,

que aprendeu a arte das garrafadas com sua mãe, exemplifica a continuidade de saberes que transcendem gerações, reforçando o papel central das mulheres na medicina popular.

Além disso, a pesquisa destaca como o conhecimento sobre o uso das plantas vai além das características individuais de cada espécie, envolvendo um entendimento mais amplo sobre as interações entre diferentes elementos e práticas culturais. Essa troca de saberes, que se manifesta em uma variedade de preparações e usos, ressalta a dinâmica de uma cultura em constante evolução, que integra tradições locais e influências externas, resultando em uma verdadeira miscigenação cultural.

O reconhecimento da sabedoria acumulada pelos mais velhos, especialmente as mulheres, ilumina a importância do legado oral e do aprendizado coletivo na construção da identidade local. A posição das mulheres nesse contexto desafia as normas de gênero, ao se afirmarem como protagonistas em um espaço historicamente dominado por homens, contribuindo para a transformação das dinâmicas sociais e culturais.

Por fim, a prática cuidadosa de coleta de plantas e a consciência ambiental demonstrada pela entrevistada Farias sublinham a interdependência entre o conhecimento tradicional e a preservação da natureza, refletindo uma identidade cultural que se liga intimamente ao território. Assim, a valorização dessas práticas não apenas resgata saberes ancestrais, mas também promove a sustentabilidade e a continuidade da cultura local em um mundo em constante mudança.

Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar essas heranças culturais, que não apenas moldaram Nova Timboteua, mas também contribuem para a identidade coletiva da região. O fortalecimento do conhecimento sobre essas trocas culturais pode servir como um instrumento para a valorização do patrimônio imaterial e material, promovendo uma maior conscientização da diversidade cultural que caracteriza esse espaço. Assim, o estudo das interações entre os diferentes grupos sociais enriquece a compreensão da identidade local, destacando a importância da preservação das memórias coletivas na construção do futuro de Nova Timboteua.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ALVES; NASCIMENTO; JÚNIOR. Qualidade e uso da água de um igarapé, uma nascente e um reservatório na zona rural do município de Nova Timboteua – PA. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.7, n.1. 048-069 (2019).

ALVES; SABOIA. A pesca começa na mata: a biodiversidade vegetal e a confecção de apetrechos de pesca no território das ilhas do município de Cametá/PA. **Meio ambiente e a outra economia dos povos e comunidades tradicionais**. ISBN 978-65-5360-096-6, Editora Científica Digital- www.editoracientifica.org - Vol. 1 - Ano 2022 (pp122-141).

ANTONINO, Lucas Zenha. **A participação do Estado no processo mutiescalar e territorial da mineração**. II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: Entre teoria e prática, articulações e resistências. 3 a 5 de julho de 2017, Salvador, BA.

ARAUJO, Heraclides Cesar de Sousa. **Lazarópolis do Prata: A primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil**. Empreza Graphica Amazonia, Belém, Pará, 1924.

ARAÚJO. A medicina popular: mitos e tabus. **Rev Bras Anest** (artigos especiais) 31: 3: 257 - 260, 1981. Disponível em: <https://bjan-sba.org/article/5f9c9dcf8e6f1a40018b46d6/pdf/rba-31-3-257.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2024.

ASSIS, Eneida; DIAS, Claudionor. **Diagnóstico para implantação do levantamento preliminar das referências culturais do povo indígena Tembé da terra indígena do alto Rio Guamá**. Relatório Técnico. Instituto de Patrimônio Histórico Nacional- IPHAN, 2ª Superintendência Regional do Pará e Amapá, Belém, junho, 2009.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP. Papirus, 1995.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. 3ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016a.

BECHARA, Ivanildo. **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa**. São Paulo, Companhia Editoria Nacional, 2011.

BERTAGNOLLI, Giselle B. Leal. Processos de Construção de Identidades Regionais: Cultura Imaterial, Identidade e Desenvolvimento. **Perspectiva**, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, dezembro/2015.

BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008, (SALMOS, 18:12-14), (GÊNESIS, 2:2).

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Textos selecionados (1858-1942) apresentação e tradução, Celso Castro. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós- Graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.

BORGES, Barsanufu Gomides. Ferrovia e Modernidade. **Revista UFG**. Dezembro 2011/ Ano XIII nº 11. Dossiê Ferrovias, 2011 (p-27-36).

BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina**. - 11º ed. - Rio de Janeiro 160p. tradução Maria Helena Bertrand, [1930-2002] Brasil, 2012.

BRASIL. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 96 p.: mapa.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 19 de maio de 2024.

BRASIL. **Bens móveis e integrados**: Iphan Online 1980) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1299>. Acesso em 10 de junho de 2024.

BRASIL. **Censo Agro 2017, IBGE:** Setor censitário. <https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/26573-2000-malha-censitaria.html>. Acesso em 22 de maio de 2024.

BRASIL. **Censo demográfico de Nova Timboteua 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/nova-timboteua/panorama>. Acesso em 26 de maio de 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_de/0025.htm. Acesso em 21 de maio de 2024.

BRASIL. GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patrícia Reis da, BRAGA, Sylvia Maria Nelo. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. **Justiça Eleitoral- 33ª Zona/PA:** cadastro eleitoral do município de Nova Timboteua. Nova Timboteua, 2024.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em 05 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888:** Lei Áurea. Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/lei_aurea.pdf. Acesso em 06 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº. 581 - de 4 de setembro de 1850- Lei Eusébio de Queiroz.** Disponível em: <https://www.gnsc.adv.br/wp-content/uploads/2021/10/2-Lei-n.-581-de-1850-Lei-Eusebio-de-Queiroz.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2024.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:** estratégias de adaptação às mudanças do clima dos sistemas agropecuários brasileiros. Eleneide Doff Sotta, Fernanda Garcia Sampaio, Kátia Marzall, William Goulart da Silva (organizadores); Brasília: MAPA/SENAR, 2021.

BRASIL. **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF: Iphan, 2012.

BRASIL. **Prefeitura de Nova Timboteua:** trabalho, desenvolvimento e transparência. Disponível em: <https://novatimboteua.pa.gov.br/mapa-do-site/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Resolução Conama n 001, de 23 de janeiro de 1986.** Brasília: D.O.U, 1986. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>. Acesso em 27 de maio de 2024.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. **A garrafada na medicina popular:** uma revisão historiográfica. Dominguezia. Buenos Aires. 2011 Jun; 27(1):41-49. Conferência apresentada no XXI Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil. João Pessoa, PB – Brasil. De 14 a 17 de setembro de 2010.

CARVALHO; MENDES, Anderson Braga. **Proteção e controle de sedimentos em reservatórios de barragens devido ao assoreamento.** XIII Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos, I Partículas nas Américas. Vitória/ES, 2018.

CARDOSO; CAMPOS. **Impactos ambientais causados por processos erosivos no parque Carmo Bernardes no Município de Goiânia/Goiás.** IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, I Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental 21 a 24 de novembro de 2010, Bauru, São Paulo.

CEDI. **Tembé.** Povos Indígenas do Brasil 8-sudeste do Pará (Tocantins). 1 São Paulo, 1985, Carlos Alberto Ricardo (Coord.).

CHALHOUB, S., MARQUES, V. R. B., SAMPAIO, G. R., SOBRINHO, C. R. G. (Orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Presidência da República, superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. SPVEA, setor de Coordenação e Divulgação. Belém, Pará, Brasil, 1955.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Alves. **Jornal folha do Norte**. Quinta-feira 09 de abril de 1896, ano 1896\Edição 00100 (1). Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=101575&Pesq=Miranhas&pagfis=387>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

DAMATTA, Roberto. **Você tem cultura?** Artigo publicado no Jornal da Embratel, RJ, 1981.

DELGADO, L. de A. N. **História oral-memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte:Autentica, 2006.

DERRIDA, E. **Margens da Filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa. São Paulo: Editora Papyrus, 1991.

DIAS, Claudionor Lima. **O povo Tembê da terra Indígena do Alto Rio Guamá**: Construindo vaís de desenvolvimento local. Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia- Núcleo de meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Orientador: Thomas Adalbet Mitschein. Belém, 2010.

DOS SANTOS, G. M; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Estudos avançados, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

FERNANDES, Rosani de Fatima. **“Na educação continua do mesmo jeito”**: retomando os fios da história Tembê Tenetehara de Santa Maria do Pará. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Orientadora: Jane Felipe Beltrão, Belém, 2017.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, U. **Métodos de pesquisa**: introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLOR, A.S.S.O.; BARBOSA, W.L.R. **Sabedoria popular no uso de plantas medicinais pelos moradores do bairro do sossego no distrito de Marudá – PA**. Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.17, n.4, supl. I, p.757-768, 2015.

FONSECA; FONSECA. **A Diversidade Cultural no currículo escolar**: Uma análise sobre o currículo em uma escola pública no município de Nova Timboteua, estado do Pará. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58197> . Acesso em: 10/06/2024 22:59.

FORTES; RABELO; COSTA; SILVA; SILVA. **Impacto ambiental X Ação Antrópica**: um estudo de caso no igarapé grande– barreirinha em Boa Vista/RR. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre/RS – 23 a 26/11/2015.

FREITAS, Aluizio Moraes de. **Memória de Igarapé-Açu**. Gráfica Supercores, Belém, 2005.

FREYRE, Gilberto. “Prefácios às Primeira, Segunda , Terceira e Quarta Edições”. IN: **Casa Grande & Senzala**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1943.

FUNARI, Pedro Paulo; PLEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GALVÃO; WAGLEY. **Os índios Tenetehara** (Uma Cultura em Transição), Ministério da Educação e Cultura, 1961.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Alexandra Figueiredo et al., 6ª edição, edição da Fundação Calouste Gulbenkian Av.de Bema I Lisboa, 2008.

GIL, A. C, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. -São Paulo: Atlas, 2002.

GILBERT, Jérémie. Nomadic territories: A human rights approach to nomadic peoples' land rights. *Human Rights Law Review*, v. 7, n. 4, 2007, p. 681-716.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. - (Coleção Agenda brasileira).

GONÇALVES, J.F.S. Ressonância, Materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre. Ano 11, nº 23, jan/jun. 2005, (pp 15-36).

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Aurélio B. **Dicionário da língua portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HOMMA, A. K. O.; NOGUEIRA, O. L.; MENEZES, A. J. E. A.; CARVALHO, J. E. U.; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. **Açaí**: novos desafios e tendências. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, p. 7-23, jan./jun. 2006.

HOMMA. **Extrativismo Vegetal e desenvolvimento na Amazônia**: conflitos e possibilidades. EMBRAPA, 1996, (pp 79-118) Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/394282/1/Extrativismo-vegetal-e-desenvolvimento-na-Amazonia.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2024.

INGOLD; KURTTILA. **Percebendo o ambiente na Lapônia Finlandesa**. *Campos*, v.19, nº 1 Jan-Jun 2018. (pp169-182).

JUDT, Tony. **Quando os fatos mudam**: ensaios 1995. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2016.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução, introdução e notas de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial e Barcarolla, 2009.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 23. ed. Vozes, Petrópolis, 2006.

LAMEIRA, O. A. **Espécies Mediciniais Nativas da Região Norte**. Parte de livro (capítulos de livros, trabalhos e resumos publicados em anais ou em coletâneas). In: CORADIN, L.; CAMILLO, J.; VIEIRA, I. C. G. (ed.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região Norte**. Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1144641/1/Plantas-para-o-Futuro-Norte-998-1002.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

LEAL; TEXEIRA; CHUVA. **Patrimônio cultural**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *L'production de l'espace*). 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEITE, M.S. **Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena**. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., and GUGELMIN, S. Â., orgs. *Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena* [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 180-210. ISBN: 978-85-7541-587-0. Available from: doi: [10.7476/9788575415870.009](https://doi.org/10.7476/9788575415870.009). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub>.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós – testes sobre o pensamento para o outro**. 4. ed. Paris: Grasset, 2007.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 542 p.

LEZO, D.; DORNELAS, E.; ZANON, E. R.; MORAES, V. de. **Reconhecendo o patrimônio cultural de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007.

LOBO, Milene Mindêlo. **História e prática de curas com plantas medicinais na comunidade de Belos Prazeres, município de Cametá/PA**. Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá-PA, 2014.

- LOCKE. **Segundo Tratado do Governo**. Trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1991.
- LONDRES, C. (org.). Patrimônio Imaterial. **Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial**, n. 147. Rio de Janeiro, out./dez., 2001.
- LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. Lepra, Políticas Sanitárias e Controle Social: isolamento e cotidiano Na Lazarópolis Santo Antônio Do Prata, Pará. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 12, nº. 1, Jan – Jun/ 2018.
- LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACIEL; NEVES E JÚNIOR. Amazônia e seus artefatos culturais. In: _____ (org.). **Cultura material em contextos não escolares na Amazônia Paraense**. Curitiba, CRV 2020.
- MAGNANI; JUNIOR; FEDELI. Pedra do Raio: Um mito universal no Alto Vale do Jequitinhonha. **Rocalha | São João del-Rei, MG**, ano. II, vol. II n. I, dez. 2021(pp. 195-214).
- MAGNO, Bruno. **Rota Belém-Bragança mistura passado e presente no Pará**. ORM News, Pará, 22 set. 2015. Disponível em: < <http://www.ormnews.com.br/noticia/rota-belebraganca-mistura-passado-e-presente-no-para> >. Acesso em: 05 de maio 2024.
- MARX; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos de Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MENDES, Maria Lúcia Dias. **No limiar da história e da memória: um estudo de Mes mémoires, de Alexandre Dumas**. 2007. 320 f. Tese (Doutorado em Letras Modernas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/pt-br.php>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MITSCHEIN, Thomas Adalbert; FILHO, Francisco Potiguara Tomaz. **Eco-desenvolvimento, proteção da biodiversidade e mitigação do efeito estufa na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá: O povo Tembé em busca de sua autosustentabilidade - Proposta de projeto interinstitucional- Ufpampf-Pa/Funai-Aerbel/Cids-Governo Do Estado Do Pará/Bolsa Amazônia**, Belém, abril, 2008.
- MONTEIRO, Luiz Maria de Lima. **A realidade de sobrevivência e a luta pela escolaridade: um estudo de caso em uma comunidade rural de Nova Timboteua- PA**. Monografia do curso de Formação de professores para Pré-escola e 1ª a 4ª série do ensino fundamental, Centro de Ciências Sociais e Educação, Secretaria de Estado de Educação, Belém- PA, 1995.
- MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 16 ed. São Paulo, Hucitec, 1998.
- MO SUNG. Imigração: a morte dos não-humanos e a idolatria. IN: **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 193-210.
- NOGUEIRA, Israel de Almeida. **Recuperação de Lixões: Proposta de metodologia de apoio à tomada de decisão**. Trabalho Final de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia da UFJF, Juiz de Fora, 2015.
- NUNES, Verônica. Patrimônio cultural. Universidade Federal de Sergipe CESAD, São Cristóvão, 2007.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PALMA MUNIZ, João de. **O Instituto de Santo Antônio do Prata** (Município de Igarapé-Assú). Belém: Typ. da Livraria Escolar. 1913.

PARÁ. **35º Festival do Mingau**. [2019] Disponível em: <https://setur.pa.gov.br/eventos/35o-festival-do-mingau>. Acesso em 24 de maio de 2024.

PARÁ. **Almanak paraense de administração, commercio, indústria e estatística**, 1883, p. 222.

PARÁ. **Decreto lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943**. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/decreto-lei-n-4-505-de-30-de-1943/>. Acesso em 06 de março de 2023.

PARÁ. **Inventário da oferta turística de Nova Timboteua-PA**. Responsabilidade Técnica: Cleber Gomes da Silva – Bacharel em Turismo; Isabela de Souza Sena – Bacharel em Turismo. Belém, 2016.

PARÁ. **Jornal A província do Pará**. Belém, 20 de maio de 1900.

PARÁ. **Lei Municipal nº 24, de 30 de março de 1999**: Hino de Nova Timboteua, compositora Raimunda da Silva Macedo, 1999.

PARÁ. **Lei nº 324 de 06 de julho de 1895**. Disponível em: <https://novatimboteua.pa.gov.br/o-municipio/>. Acesso em 06 de março de 2023.

PARÁ. **Lei nº 7.744, de 30 de outubro de 2013**. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=MenuOrgao.show&id=4113&oOrgao=65#:~:text=Lei%20n%C2%B0%207744%2C%20De.no%20Munic%C3%ADpio%20de%20Nova%20Timboteua>. Acesso em 07 de maio de 2024.

PARÁ. **Nova Timboteua**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/nova-timboteua/historico>. Acesso em 06 de março de 2023.

PARÁ. **Peixe-Boi**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/peixe-boi/historico>. Acesso em 23 de maio de 2024.

PASSOS, Márcia Maria Barros dos; ALBINO Rayane da Cruz, SILVA, Michele Feitoza; OLIVEIRA, Danilo Ribeiro de. A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde Debate**; Rio de Janeiro, v. 42, nº. 116, p. 248-262, Jan-Mar, 2018.

PECKOLT; PECKOLT. **História das plantas medicinais e úteis do Brasil / organização Theodor Peckolt, Gustav Peckolt**. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2016. 904 p.: il. ; 23cm.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Coleção Série José Veríssimo, volume I, Universidade Federal do Pará, 1967.

PINTO, Lizandra Cristina Macedo. **Açaí e manejo**: um impasse não resolvido na comunidade de Velha Timboteua-PA. Artigo de Especialização em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem (UFPA), orientador Prof. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin, Belém, 2017.

PINTO, Sherlyane Louzada. **Plantas medicinais**: saberes, práticas e ensinamentos presentes na vivência de antigos moradores da cidade de Cametá-PA. / Sherlyane Louzada Pinto. - 2018. 132 f.: il. color.

PROENÇA; TENO. **Algumas aproximações: compreendendo o conceito de identidade**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.1, n.3, p.132-145, set./dez. 2011.

QUARESMA, Luis Augusto Barbosa; MAIA, Máira Oliveira. A estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração. **Revista Iberoamericana de turismo- RITUR**, Penedo, Vol. 9, nº especial, Mar. 2019. P62-79. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/ritur. Acesso em 05 de maio de 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, 2ª edição, Curitiba, PR, 1995.

RICOEUR, Paul. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal**. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, p. 177-194, 2000.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Dossiê**. Artigo recebido em outubro de 2006 e aprovado para publicação em dezembro de 2006.

ROCHA, Antônio Elielson Sousa. **115 anos da emancipação política do município de Igarapé-açu**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ixGMbign7QA&t=1290s>. 2022. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

ROCHA, Antônio Elielson Sousa. **Igarapé-Açu: intendentess e prefeitos**. Gráfica Supercores, Belém, 2022.

ROCHA, Antônio Elielson Sousa. **São Luís: a vila Caripi e a colonização da região Bragantina**. 1ª edição, Gráfica 4 cores, Belém 2015.

ROSA; PALÁCIOS. Patrimônio Industrial na Amazônia: Acenos Históricos da Estrada de Ferro de Bragança. **Revista História e Cultura**, Vol. 9, nº 2, (pg 569-591), 2020.

SANTA BRÍGIDA, Nilson Oliveira. **Entre memórias e esquecimentos: a Colônia do Prata como patrimônio Olvidado**. Dissertação de Mestrado do Programa de pós-Graduação em Antropologia (PPGA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Dr^a. Jane Felipe Beltrão, Belém-PA, 2018.

SANTOS, M.. Território e Dinheiro. In: SANTOS, M. **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Niterói:UFF/AGB, 2002, (pp. 9-15).

SETUR/PA 2014. In: Fabio Romero: Turismólogo e amazônida. Disponível em: <https://fabioromero.blogspot.com/2014/05/rota-belem-braganca.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

SILVA, Carla Holanda. **Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social**. Geografar, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 98-115, jan./jun. 2009.

SILVA, Luan Patrick dos Santos. **Diagnóstico ambiental preliminar de áreas de mineração de Saibro no município de Macapá-AP, com o suporte de ferramentas de geotecnologias**. (Trabalho de conclusão de curso) Orientadores: Sávio Carmona, Marcelo Oliveira. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

SILVA, Paulo Celso; SOUZA, Luciana Coutinho Pagliarini de. **Alteridade e identidade em produções culturais brasileiras**. (Adaptação de artigo apresentado no Simpósio "Identidades Y derechos de los pueblos originários hoy" pela RED Alec, na Université de Limoges –França, 23 e 24 de outubro de 2014)- REU, Sorocaba, SP, v. 41, n. 2, p. 281–293, dez. 2015.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira. **Trilhos: caminhos dos sonhos (Memorial da Estrada de Ferro de Bragança)**, Bragança, Pará 2008.

TAVARES, Maria Goretti Costa. **A formação territorial do espaço paraense: das fontes à criação de municípios**. Acta Geográfica, Boa Vista, V.2, n.3, p.59-83, 2008.

VAZ S. J., Henrique de Lima. **Cultura e universidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966. (Coleção educar para a vida. V. 10).

VERGOLINO-HENRY; FIGUEIREDO. **A Presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. Descrição Física 280 p.:il; 22 cm.

VIDAL; Marly Camargo. MALCHER. Maria Ataíde. **Sesmarias**. Pesquisa: Girolamo Treccani, José Heder Benatti, José Maria Hesketh Condurú Neto; Marly Camargo Vidal; Maria Ataíde Malcher. Revisão: Jane Aparecida Marques. Belém: ITERPA, 2009. 120p.; il.

VEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba**. 2010. 365p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

VILLANI; BABERO. **Imigração: Inquérito promovido pela sociedade Nacional de Agricultura**, 1926.

WOLOWSKI, M.; AGOSTINI, K.; RECH, A. R.; VARASSIN, I. G.; MAUÉS, M.; FREITAS, L.; CARNEIRO, L. T.; BUENO, R. O.; CONSOLARO, H.; CARVALHEIRO, L.; SARAIVA, A. M.; SILVA, C. I. **Relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil**. Brasília: Editora Cubo, 2019.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.